


UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANA CLARA CITELLI

**TRANSFORMAÇÕES E IMPACTOS
SOCIOESPACIAIS PÓS-IMPLANTAÇÃO DA
PENITENCIÁRIA DE ARARAQUARA/SP**



ARARAQUARA – SP
2018

ANA CLARA CITELLI

**TRANSFORMAÇÕES E IMPACTOS
SOCIOESPACIAIS PÓS-IMPLANTAÇÃO DA
PENITENCIÁRIA DE ARARAQUARA/SP**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi
Bolsa:CAPES-1583642

ARARAQUARA – SP
2018

Citelli, Ana Clara
Transformações e impactos socioespaciais pós
implantação da penitenciária de Araraquara/SP / Ana
Clara Citelli – 2018
119 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Rafael A. Orsi

1. Impactos socioespaciais. 2. Políticas de segurança
pública-prisional. 3. Planejamento urbano. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANA CLARA CITELLI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ARARAQUARA.**

Aos 15 dias do mês de março do ano de 2018, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro C, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. RAFAEL ALVES ORSI - Orientador(a) do(a) Departamento de Antropologia, Política e Filosofia / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara, Prof. Dr. JOSÉ CARLOS BAPTISTA DA MOTA do(a) Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território / Universidade de Aveiro, Profa. Dra. ANA LUCIA DE CASTRO do(a) Departamento de Antropologia, Política e Filosofia / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ANA CLARA CITELLI, intitulada **Transformações socioespaciais no bairro pós-implementação da penitenciária de Araraquara/SP**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. RAFAEL ALVES ORSI

Participação por Videoconferência
Prof. Dr. JOSÉ CARLOS BAPTISTA DA MOTA

Prof. Dra. ANA LUCIA DE CASTRO

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador Rafael Orsi, que com toda dedicação, paciência e empenho orientou a realização deste trabalho como professor, mestre e amigo— até mesmo se tornando pai, duas vezes ao longo do processo. Sou extremamente grata pelo tempo despendido, pelos ensinamentos ao longo dos anos e por ter possibilitado o meu encontro com “a cidade”.

*Pelo retrovisor enxergamos tudo ao contrário:
Letras, lados, lestes. O relógio de pulso pula de
uma mão para outra e na verdade... nada
muda[...].*

*A placa do carro da frente se inverte quando
passo por ele. E nesse tráfego acelero o que
posso, acho que não ultrapasso e quando o faço
nem noto. O farol fecha... Outras flores e carros
surgem em meu retrovisor.*

*Retrovisor é passado, é de vez em quando... do
meu lado. Nunca é na frente!*

*É o segundo mais tarde... próximo... seguinte
É o que passou e muitas vezes ninguém viu!*

*Retrovisor nos mostra o que ficou; o que partiu.
O que agora só ficou no pensamento.*

*[...] Retrovisor mostra as ruas que escolhi,
calçadas e avenidas. Deixa explícito que se vou
pra frente... coisas ficam para trás. A gente só
nunca sabe... que coisas são essas!*

(Fernando Anitelli).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Acredito que todos que passaram pelo processo da escrita acadêmica, com todas as glórias e mazelas que isso significa, anseiam esse momento: o de finalizar essa etapa e agradecer tudo e todos que possibilitaram esse acontecimento. Ao mesmo tempo em que quero demonstrar a minha mais genuína gratidão, corro o risco de ser ingrata e me esquecer de pessoas ou situações que foram importantes, mas adianto que ainda que minha memória racional falhe – devo parte disto ao árduo caminho da escrita –, retribuo com a mais sincera vibração todas as pessoas que me incentivaram e me impulsionaram, ainda que imperceptivelmente, à realização desse trabalho.

Começo, sem dúvida, agradecendo aos meus pais, não somente pelos meus 26 anos de existência e dedicação integral deles, mas por terem me incentivado desde o dia em que anunciei a graduação que escolheria, mesmo sabendo das dificuldades dessa profissão, principalmente no Brasil. Sem os meus pais, isso não faria sentido, tudo o que eu sou, o que eu faço e o que eu quero ser, são para vocês! Obrigada por serem vocês, que mesmo sem um diploma, são as pessoas mais inspiradoras de vida, de trabalho e principalmente de inteligência.

Agradeço ao meu pai, Luis, por ter provocado o meu espírito crítico e me ensinado tanto de vida quanto de política. Obrigada, pai! Por todas as caronas de manhã durante a graduação, por todas as discussões na hora do jantar, por todos os diálogos descontraídos, mas com rigor, por sua inteligência que me inspira tanto. Você é essencial no meu processo acadêmico, para me manter informada do mundo ao redor e da vida, como um todo.

Agradeço à minha mãe, Fabiana, por toda a doçura e cobrança, todo o colo e aconchego, todo incentivo e todo orgulho que divulgou ao mundo que sente de mim. Obrigada, mamis! Por me fazer tão parecida com você e tão diferente do restante. Obrigada por todas as ligações me perguntando algo sobre a dissertação e me cobrando, mesmo que você não soubesse exatamente os termos técnicos, você continuou me impulsionando a sempre fazer o melhor, e

por você, eu sempre quero ser melhor!

Agradeço ao meu companheiro de vida e de amor, de desafios e de mundo, o Henrique. Obrigada, obrigada por todos os abraços nos momentos difíceis, obrigada por acreditar em mim, obrigada por todos os vinhos e cervejas que tomamos nos momentos de total estafa mental.

Agradeço imensamente por todas as vezes que parou o que estava fazendo, e me ouviu compartilhar um trecho dessa dissertação em voz alta. Sou grata que tenhamos escolhido compartilhar essa vida juntos! Obrigada por cuidar do meu jantar, do céu e do mar (dos gatos), e de você e de mim.

Agradeço aos meus avós, que por sorte tenho os quatro aqui compartilhando esse mundo comigo, de um lado dois que discutem política e mundo, super “prafrentex”. Do outro, dois que, ainda que não entendam exatamente qual é a minha profissão – e porque eu passei dois anos sentada escrevendo –, sentem-se orgulhosos. Obrigada por estarem vivos e vivendo isso comigo!

Agradeço à minha sogrinha, Luciana, por ser uma inspiração no campo e por ser uma mulher forte, que me encorajou e compartilhou dos anseios e toda a problemática das ciências humanas comigo. Você é uma assistente social incrível, muito obrigada! Agradeço ao Alberto, por ser um pai e um tio para nós, por compartilhar todas as cervejinhas boas e comilanças gostosas no decorrer desse caminho de escrita!

Sempre me senti solitária por não ter irmãos, mas o Universo foi muito bonzinho e me apresentou os amigos que são a família que eu escolhi ter: Renata e Laura, vocês são as irmãs de alma que eu levo comigo, mesmo distante estamos sempre perto. Obrigada por terem me dado sobrinhos e por me deixarem ser tia, obrigada por todas as mensagens me perguntando como eu estava ou como estava a dissertação. Obrigada por estarem comigo desde sempre, obrigada por compartilharmos uma vida juntas. Agradeço tanto por vocês existirem e estarmos juntas que me faltam palavras!

Letícia, Guto e Jujuba, obrigada por estarem aqui pertinho de mim, me apoiando. É muito bom ter vocês na minha vida, desculpem-me a necessária ausência por esse tempinho.

Kamila e André, nosso casal real, muito obrigada por terem compartilhado tudo conosco, desde a graduação, até o momento em que nos

tornamos vizinhos. Obrigada por tudo, inclusive por darem um novo sentido ao fenômeno que é o Carnaval, principalmente nessa fase do mestrado.

Lari, Gui, Cadu e Meiroca, vocês são o meu presente de mestrado e de vida, sou grata por todas as conversas racionais, intelectuais. Obrigada por todos os autores apresentados (Gui!), obrigada por compartilharmos os mesmos anseios, os mesmos prazos, as mesmas sensações e nos fortalecermos juntos. Nossas cervejas, os “jantares de família” (Richard, Matheus Tainá, Pantera), nosso Manda-Brasa foi essencial. Sem isso, não teria dado certo, é muita gratidão pulsando aqui e fica pequeno expressar em palavras! Agradeço ao professor doutor José Carlos Mota, que cruzou o Oceano e veio compartilhar seu conhecimento conosco, e me aproximou ainda mais do que é a cidade.

Obrigada, José, por compartilhar, incentivar e ser tão genuíno! Devo também a você essa pontada a mais de paixão e curiosidade pelo estudo urbano, do viver a cidade e de em breve continuar meus estudos nesse tema no doutorado.

Agradeço às professoras doutoras Ana Lúcia de Castro e Maria Jardim, que ao aceitarem estar na minha banca de qualificação, contribuíram tanto com o conteúdo do meu trabalho. Sou muito grata e tenho muita honra em ter tido vocês como professoras na graduação e no mestrado. Vocês são inspiradoras!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara, por todo o conteúdo oferecido, os incentivos do programa e os professores que compõem essa formação.

À CAPES, a agência de fomento que permitiu que minha pesquisa fosse realizada com total dedicação nesses 24 meses de mestrado.

Por fim e tão importante, agradeço novamente o meu orientador, professor doutor Rafael Alves Orsi. Agradeço imensamente por me apresentar uma nova perspectiva da geografia; por abraçar e dar um norte para as minhas ideias de projeto e com isso, se empenhar e me mostrar autores incríveis na realização do grupo de estudos NEDUA. Agradeço por me apresentar as formas da cidade e como isso pode ser apaixonante. Agradeço por todo trabalho e dedicação, por estar sempre presente, por marcar reuniões constantemente, por carregar o peso desse momento do mestrado comigo, mesmo tento passado por um momento tão importante e único na vida, o nascimento de dois filhos. É com a mais pura gratidão que eu escrevo este último agradecimento, não há palavras

para expressar como é importante ter um orientador que oriente de fato, que esteja presente e compartilhe das glórias e mazelas de um processo acadêmico tão árduo, em um tempo tão curto como o mestrado, por isso mais uma vez e por último: muito obrigada!

RESUMO

A descentralização do Estado deu autonomia financeira e administrativa aos municípios— esse processo deu margem para que investidores privados intervissem nos espaços e construções urbanas. Esse acontecimento modificou as estruturas e as dinâmicas das cidades de diversos modos, possibilitando inclusive que os municípios ficassem à mercê de interesses econômicos e do mercado. Neste trabalho, o foco se dará na cidade como protagonista e também coadjuvante, através das escolhas e formas de planejamentos urbanos e dos impactos nas políticas de segurança pública. A interiorização dos presídios paulistas inicia-se no início dos anos noventa, expandindo-se em direção às pequenas e médias cidades, modificando a paisagem, a estrutura e as relações sociais das cidades que recebem uma estrutura complexa de cumprimento de pena em seu território. Na cidade de Araraquara/SP instalou-se um presídio masculino considerado modelo de segurança máxima e do estado de São Paulo. Este, por sua vez, teve uma atuação relevante nas últimas crises da Segurança Pública no Brasil. É certo que as muralhas deste espaço impactam não somente a “visão” dos cidadãos, mas também – e principalmente – a rotina. Por isso pretende-se analisar, compreender e dialogar com fenômenos advindos das escolhas de planejamento e empreendimento urbano que se atrelaram ao projeto prisional paulista e, como esse espaço de tensão e conflito, representado pela penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira, repercute socialmente para a vizinhança, sobretudo aos finais de semana, nos dias de visita, no bairro Jardim Pinheiros na cidade de Araraquara. Para isso, utilizou-se levantamento bibliográfico, análise de imagens territoriais, entrevistas e inspirações etnográficas que culminaram em uma pesquisa qualitativa advinda do material obtido no campo como as principais diretrizes metodológica para essa pesquisa.

Palavras-chave: Impactos socioespaciais. Políticas de segurança pública-prisional. Planejamento urbano.

ABSTRACT

The decentralization of the State has given financial and administrative autonomy to the counties, and this process has allowed the private investors to intervene in urban spaces and constructions. This happening has modified the cities' structures and dynamics in several ways, even enabling the counties to be at mercy of the market and economic interests. In this research the focus will be given to the city as a protagonist and also as a supporting role through the choices and means of urban planning and its impacts on the public security policies. The internalization of prisons from São Paulo state starts in the beginning of the nineties, expanding towards the medium and small cities, modifying the landscape, structure and the cities' social relations in which a complex structure of penalty execution is welcomed in their territory. In the city of Araraquara, a male prison considered a model for the state and for maximum security, which has been operating relevantly in the last crises of Public Security in Brazil, was settled. It is assured that the walls from this space impact not only the "vision" of the citizens, but also – and mainly – their routine. Therefore, this work aims to analyse, comprehend and dialogue with the phenomena coming from the urban planning and development which were attached to the prison design from São Paulo state and, as this space of tension and conflict represented by the Dr. Sebastião Martins Silveira prison socially reverberates itself to the neighborhood, mostly on weekends, on the visiting days in the Jardim Pinheiros, district from Araraquara. For this purpose, a survey and bibliographical research, analysis of territorial images, interviews and ethnographic inspirations were used, culminating in a qualitative research, with ethnographic inspirations coming from the material obtained in the field as the main methodological guidelines for this research.

Keywords: Socio-spatial impacts. Public security-prisons policies. Urban planning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
LEP	Lei de Execução Penal
CDP	Centros de Detenção Provisório
CPP	Centros de Progressão Penitenciária
CR	Centros de Ressocialização
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
FIRJAN	Índice de Desenvolvimento Municipal
OP	Orçamento Participativo
FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
NEPO	Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
NESEFI	Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças
NESPOM e Mercado	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Organização, Poder
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FCLAr	Faculdade Ciências e Letras de Araraquara
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ARSA	Anexo de Regime Semiaberto
PCC	Primeiro Comando da Capital

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
SEÇÃO I – DA URBANIZAÇÃO ÀS CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTOS URBANOS: CONCEITOS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS	18
1. O QUE É A CIDADE: pelas perspectivas teóricas e sociológicas da vida no espaço urbano.....	18
1.1 TERRITÓRIO: Segregação e disputas espaciais.....	22
1.2 A URBANIZAÇÃO: da cidade mercado à cidade como mercadoria. O empreendimento urbano	27
2 O PLANEJAMENTO URBANO: organizar, prever e gerir o espaço urbano	33
2.1 O PLANEJAMENTO URBANO TECNOCRÁTICO	37
2.2 O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO.....	40
2.3 A INOVAÇÃO DOS MODELOS URBANOS: o planejamento estratégico	43
2.3.1 A MILITARIZAÇÃO COMO FORMA DE URBANISMO: o encarceramento em estado permanente	48
SEÇÃO II – OS PRESÍDIOS BRASILEIROS: as primeiras instalações e o processo de construção massiva pelo interior paulista	50
3. Um breve histórico dos modelos prisionais no Brasil	50
3.1 As instalações físicas e o cumprimento da pena na modernidade	53
3.2 A INTERIORIZAÇÃO PRISIONAL.....	54
AS UNIDADES	62
3.3 APRESENTAÇÃO DO OBJETO: o que será investigado	66
3.4 ARARAQUARA E OS MUROS DO CÁRCERE: panorama geral e implementação ...	69
3.5 A PENITENCIÁRIA NA MÍDIA NACIONAL	77
SEÇÃO III - A ENTRADA NO CAMPO E A CARACTERIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO OBJETO	80
4 OS DESAFIOS	80
4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA-GEOGRÁFICA DO CAMPO DE ANÁLISE: O bairro entre muros, Jardim Pinheiros e Vila Biagioni.....	90
4.2 O PRIMEIRO OLHAR: distante.....	93
4.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: a seleção dos interlocutores.....	96
4.4 DE DENTRO E DE FORA: a ambiguidade entre pertencer ao espaço de alcance dos muros do cárcere.....	102
4.5 A PRIMEIRA REPRESENTANTE DO BAIRRO: Maria.....	107
4.6 A SEGUNDA REPRESENTANTE DO BAIRRO: Sara.....	113

Sumário

4.7 A FALA DOS DE DENTRO: os agentes prisionais e a visão dos que estão acima do muro	118
5. O ÚLTIMO CAMPO: o desdobramento a respeito das cores e a extensão do estigma prisional no bar e nas imediações.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Na última década, a formatação do sistema prisional mundial tem seu mecanismo social questionado em relação a sua efetividade e aos modelos de penas aplicadas. Tais questionamentos encontram sustentação ao notarmos, através das mídias internacionais e locais, que os países democraticamente avançados e bem estruturados (política e socialmente) optam por desativar números consideráveis de suas unidades carcerárias, tal como a Holanda (ressalta-se que, evidentemente, não se pode comparar a dimensão territorial e as dificuldades do Brasil com esse país europeu). Por meio de aplicações, inovações e incentivos em políticas sociais, a Holanda fomentou políticas públicas que resultaram no processo de extinção de unidades prisionais, pois o número de condenados já era menor que a quantidade do número de vagas nos presídios presentes no país. No caso brasileiro, é sabido que o sistema prisional está sobrecarregado; e o sistema judiciário obsoleto em relação ao incentivo de aplicação de penas alternativas, exceto para casos políticos como no ano de 2017¹.

Há uma escassa promoção de meios alternativos para cumprimento das penas no Brasil, e quando alternativas penais são aplicadas, o cumprimento do acordo é facilmente corrompido conforme a condição financeira do réu. Em suma, o tipo de política que se fomenta na área de segurança pública em geral é emergencial e instável. Planos e agendas de segurança pública dependem de fatores sociais, além de estabilidade política, para não haver interrupções referentes às trocas de governo durante períodos eleitorais, que é o que ocorre no Brasil. Logo, optou-se pelo meio mais rápido de punição – o encarceramento e a construção de aparatos prisionais tem sido o foco dos investimentos, pelo menos nos últimos 15 anos (SALLA, 2007).

Constatamos que esse movimento político, econômico e social do aumento do encarceramento humano, requisitou construções de unidades prisionais no início da década de 1990 e como resultado, esse processo apresen-

¹ No Brasil, a operação chamada “Lava Jato” possibilita a investigação da polícia federal em casos de corrupção política. Nos dois últimos anos (2015 a 2017) inúmeros políticos foram condenados pela justiça, mas tiveram a opção privilegiada de cumprirem pena domiciliar. Por isso, a exceção do cumprimento de pena da justiça penal foca-se nas figuras públicas e não em casos do cotidiano.

tou impactos socioespaciais, sendo o principal deles, a disseminação dos presídios pelo interior do estado de São Paulo, chamado de “Interiorização Prisional”. A partir deste contexto e do contato teórico, pretende-se abordar o que significou esse fenômeno de duplo impacto para as cidades brasileiras e também, considerando esse processo uma escolha racional de gestão de governo, como isso se entrelaça às escolhas do planejamento urbano no Brasil.

Como recorte de trabalho, optou-se por investigar uma das unidades prisionais, localizada na cidade de Araraquara/SP. O objeto a ser investigado é a penitenciária masculina de regime fechado, chamada “Dr. Sebastião Martins Silveira Salgado”, que foi construída anterior ao processo de interiorização, mas hoje faz parte da rede dinâmica das prisões construídas pelo interior do estado de São Paulo. Inclui-se Araraquara neste cenário do fenômeno da “Interiorização Prisional”, pois atualmente a cidade conta com mais três unidades além da penitenciária – objeto de investigação. São elas: o Centro de Ressocialização Feminino (CR) que possui em seu espaço um Anexo de Regime Semiaberto (ARSA), totalizando 93 mulheres que vivem nesse espaço inaugurado no ano de 2004. Há também o CR masculino com um ARSA masculino, que ao todo somam 323 homens, inaugurado no ano de 2001². Por fim, a Fundação Casa que não divulgou os dados em sua página, mas que é capaz de abrigar jovens em regime provisório e pleno.

Quando nos deparamos com a dimensão estrutural e arquitetônica advinda dos espaços prisionais na cidade de Araraquara através dos dados encontrados no site da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), temos o CR somado ao ARSA feminino, que possui uma estrutura física equivalente a 1.018,93 m²; o segundo espaço, o CR e ARSA masculino que ocupam o espaço territorial de 24.000,00m², e o maior, referente à Penitenciária masculina, que possui 34.339, 28m² e assim ocupa a categoria de segunda maior do estado. Os espaços prisionais construídos na cidade de Araraquara totalizam 59.358, 21 m².

² Todos os dados quantitativos a respeito das Unidades Prisionais presentes na cidade de Araraquara e do restante do estado de São Paulo, então presentes no site da Secretaria Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP). Os números apresentados fazem parte dos registros de atualizações encontrados quando a página é acessada, por isso, considerando-se os números encontrados referentes ao primeiro semestre de 2017.

³ Quando tratarmos do conceito “simbólico” neste trabalho, é preciso ressaltar que nos remeteremos diretamente às definições do autor Pierre Bourdieu e sua obra “O poder simbólico”.

Este número pode ser irrelevante se comparado com a área total da cidade, mas é certo que os bairros onde se encontram essas construções, são impactados. Araraquara ao incluir-se no cenário da interiorização prisional, tornou-se uma cidade entre muros, de maneira simbólica³ e geográfica, diante das dimensões apresentadas.

Uma das facilitadoras de escolher a cidade de Araraquara foi a aproximação física do objeto. Constatou-se que o município é parte do cenário do processo de crescimento de penitenciárias, que vem expandindo-se constantemente pelo estado e pelo país. Portanto, fazer parte desse fenômeno de interiorização nos mostram impactos que outras cidades dentro desse mesmo contexto também podem apresentar. Por já haver uma literatura já imersa nessa perspectiva, a intenção de investigar as formas de impactos (advindos da estrutura prisional) no bairro mostrou-se possível e também coerente. Este trabalho dissertará sobre a relação que foi encontrada entre a política prisional e o histórico de escolhas do planejamento urbano utilizado para pensar as cidades brasileiras e como isso impactou as relações humanas e sociológicas que se estabeleceram nesse espaço.

A primeira seção permeará um diálogo a respeito do que é a cidade através do trabalho de autores como Raquel Rolnik (1991) e Lewis Mumford (1965), que fazem uma retrospectiva histórica para analisar alguns pontos fundamentais das estruturas das cidades e o que ela representa. De imediato, é preciso dizer que é impossível tratar os aspectos sociais da cidade sem trazer o conceito de cidadania, assim como suas implicações nas relações que o indivíduo tem com o espaço. Por isso, as discussões acerca do conceito de território, urbanização e relação das cidades com o mercado será tratada nesse primeiro momento. Após direcionarmos o que tratamos como urbano e cidade, ainda na primeira seção, serão apresentadas três formas principais utilizadas para racionalizar e gerir os recursos urbanos, isto é: o planejamento tecnocrático (ou não democrático), o planejamento participativo (ou democrático) e o planejamento estratégico.

Discute-se como essas escolhas permitiram a criação de espaços estigmatizados para pessoas também estigmatizadas, assim como a disseminação de espaços da cidade que são feitos para um só tipo de uso.

No caso deste trabalho, espera-se deixar em evidência como o planejamento urbano atrelou-se ao encarceramento massivo – e a construção de presídios – como estratégia do capital. Para endossar essa discussão, serão traçados diálogos com autores críticos dos modelos de planejamento urbano, como Jane Jacobs, David Harvey, Marcelo Lopes Souza, Henry Lefebvre, Paulo César da Costa Gomes, entre outros.

Devemos deixar sempre em evidência que a forma como se escolhe planejar uma cidade é também o modo de controlar e indicar como os seus moradores habitarão o espaço urbano. Apresentar esses modelos de planejamento iniciará o paralelo que se pretende neste trabalho: as formas de gerir o espaço urbano somadas ao modo como as cidades do interior, ao escolherem asilar uma penitenciária como estratégia econômica em um pacto entre município e estado, afetam a vida dos moradores que são vizinhos do espaço prisional.

Na segunda seção será exposto o panorama a respeito da situação prisional do estado de São Paulo, apresentando brevemente como se iniciou a pena de prisão no Brasil, seguido da descrição do processo de interiorização dos presídios, que ocorre intensamente desde o início de 1990. Além da explicação conceitual no que tange ao fenômeno da interiorização prisional, apresentaremos o objeto da pesquisa – penitenciária masculina – e a paisagem onde ela se encontra, isto é, a demarcação do espaço a ser analisado, o histórico da obra da penitenciária encontrado em jornais da cidade e o conceito de presídio modelo, que foi dado a essa unidade prisional. Durante o processo de retomada histórica do objeto de pesquisa, observou-se a importância de divulgar como o presídio de Araraquara apareceu na mídia de amplitude nacional, somente para reforçar que esse espaço está vinculado a rede política e geográfica de interiorização e proliferação dos presídios.

Na terceira e última seção, que antecederá as considerações finais, relataremos a pesquisa de campo, o que inevitavelmente trará consigo a escolha da metodologia utilizada à luz dos autores da antropologia urbana, que forneceram instrumentos de análise para “quando o campo é a cidade” (MAGNANI, 2008). Diante disto, a etnografia urbana tornou-se o principal instrumento de pesquisa neste trabalho, para observar e caracterizar a relação do

bairro Jardim Pinheiros com a penitenciária. Contudo, a delimitação do espaço no bairro a ser investigado, contou com o auxílio de imagens retiradas de satélites e dados dos setores censitários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de autores decorrentes da geografia humana, tal como Milton Santos. Porém, o processo de pesquisa de campo trouxe à tona a urgência de contribuições sociológicas de Norbert Elias para compreender aqueles cidadãos, quem eram os “estabelecidos e os *outsiders*” daquele espaço, pois de um lado temos os muros prisionais que criam um território à parte, com dinâmica e regras próprias, e um novo público que passa a fazer parte do bairro. Do outro lado, encontram-se os vizinhos dos muros prisionais, ou seja, os moradores “oficiais” daquele espaço e do bairro, que é outro território e que possui outras regras e dinâmicas sociais. É evidente que esse espaço é um espaço de tensão e de disputas, e em vista disso, o conceito de território deverá ser constantemente abordado. Deste modo, espera-se demonstrar que o “alcance” dos muros prisionais extrapola a própria estrutura física da penitenciária.

No contexto após a descrição espacial e metodológica do campo, seguiremos indicando a percepção dos moradores do bairro a respeito do presídio, como se estabelece a dinâmica dos “estabelecidos”, com os “*outsiders*”. No final, ambos partilham partes de seus territórios e constituem a mesma paisagem durante os “dias de visita” (SILVESTRE, 2012). Ainda dentro dessa mesma perspectiva, identificou-se outra categoria de moradores do bairro, que transitam pelos dois territórios e criam um novo ponto de vista: os agentes penitenciários. Eles têm sua rotina de trabalho baseada no padrão prisional, ao mesmo tempo em que residem e pertencem ao bairro, portanto, a fala desses agentes acrescentará no processo etnográfico no bairro.

Por fim, as considerações finais trarão a percepção da autora baseada nos relatos dos moradores daquele espaço, entrelaçando conceitos que sustentarão o que foi percebido na pesquisa de campo, tal como a situação observada no bairro, debatida por Agier (2011). É evidente que conceitos como “lugar” e “território” são imprescindíveis para este trabalho, assim como apresentar ao final deste processo, de que modo a produção e reprodução tanto de políticas de segurança quanto as de políticas urbanas, interferem e modificam as práticas sociais, principalmente em um bairro que abriga uma penitenciária de grande vulto, inserida em uma cidade de porte médio como Araraquara.

SEÇÃO I – DA URBANIZAÇÃO ÀS CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTOS URBANOS: CONCEITOS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS

1. O QUE É A CIDADE: pelas perspectivas teóricas e sociológicas da vida no espaço urbano

Antes de expormos o debate em torno dos modelos e técnicas de planejamento utilizados para gerir e ordenar cidades, dialogaremos com autores que focaram em compreender como a cidade pode ser descrita, de forma espacial, mas especialmente social. É válido salientar que ao não considerarmos neste trabalho a dinâmica humana existente no campo (rural), não ignoramos sua importância e até mesmo seu universo de possibilidades e complexidades. Porém, por uma questão de escolha, nosso debate ficará circunscrito ao espaço urbano, que possui um acúmulo de tensões e densidades. De modo a endossar a escolha do debate por um viés quantitativo, o espaço urbano acomoda cerca de 53% da população mundial, segundo o levantamento da ONU no ano de 2016. Esse número se refere às mais de sete bilhões de vidas existentes no mundo, portanto, a maior parte das relações humanas existentes no planeta encontra-se nas cidades: “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si” (ABREU, p. 28, 2011).

Segundo Rolnik (1988), quando falamos de cidades, logo pensamos em prédios, asfaltos e ruas movimentadas, características do século XXI. Ou quando voltamos no tempo, os livros de história remontam às cidades romanas, por exemplo. Vislumbra-se grandes muralhas que limitavam e protegiam seu povo, sua cultura, bloqueando a ameaça que era o “mundo externo” e bárbaro. Porém, devemos conceber que as disposições físicas das cidades ultrapassam a concepção de meras escolhas espaciais – elas determinam a forma como vivemos o cotidiano e construímos o espaço físico e social no mundo. De acordo com o trecho abaixo, a cidade antes de ser o lugar de edificações, é o lugar onde os homens se aproximaram e se relacionaram, para somente depois planejarem o mundo em que vivemos hoje:

[...] uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, me veio à cabeça um imã, um campo magnético que

atrai, reúne e concentra os homens [...] A cidade é antes de mais nada um ímã[...] antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia[...] A construção do espaço cerimonial corresponde a uma transformação na maneira de os homens ocuparem o espaço (ROLNIK, p. 12-13, 1995).

De acordo com essa perspectiva, as construções, os zoneamentos urbanos, a aparência de um prédio ou as escolhas paisagísticas (e econômicas) de uma rua, podem traduzir e contar – tal como a escrita – quais eram as circunstâncias sociais e históricas presentes no tempo e espaço. Entretanto, os aspectos e construções urbanas delimitam também o espaço de atuação, e para qual tipo de cidadão ela existe:

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases. É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história (ROLNIK, p. 20, 1995).

Ademais, a cidade é o lugar de encontro desde seu primeiro suspiro, tal como Mumford afirma: “Antes mesmo da cidade ser um lugar de residência fixa, ela começa como um ponto de encontro onde as pessoas periodicamente voltam [...] o primeiro germe da cidade, é o ponto de encontro” (p. 19, 1965). Ou ainda, segundo Rolnik (1995), a dinâmica urbana significa que nunca estamos sozinhos, isto é, sempre iremos compartilhar um espaço, um trajeto, uma rede de lugares e relações com outros indivíduos: “mesmo que o próximo ser humano esteja para além da parede do apartamento vizinho ou num veículo de trânsito”. De modo ainda mais intenso, observar a cidade – e a vida urbana – é abarcar nessa análise a relação biológica que temos com as construções físicas, isto é, a estrutura urbana e o corpo humano estão intrinsecamente relacionados, em que um molda, modifica e afeta o outro.

Afirmar isto é também reconhecer que as questões políticas e econômicas envolvidas na construção urbana determinam para os cidadãos que tipo de cidade e de espaço eles viverão. A cidade não é apenas um enorme objeto concreto, definido por prédios ou tijolos, a cidade é um modo de vida (SANTOS,

2001). De acordo com Carlos (2011), ainda dentro dessa mesma perspectiva: “[...] A sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão história com especificidades ao longo do tempo [...]”. Seguindo esse fluxo de análise, ser um cidadão é fazer parte de um território físico construído, mas também de um território social e moral. Segundo Milton Santos (2001), o lugar onde o indivíduo mora, determina o valor social que ele terá: “É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia o comportamento territorial, já que o valor do indivíduo depende do lugar onde ele está” (SANTOS, p. 144, 2001). Logo, ao delimitar alguns conceitos ou estruturas físicas que definem o que é a cidade, notou-se também que os espaços construídos designaram tipos específicos de cidadãos para ocuparem lugares também específicos.

As construções físicas são essenciais para a vida humana. Alguns autores como Lefebvre (1991) enfatizam o poder que o espaço geográfico e físico possui, afirmando que os indivíduos ao deterem o controle do tempo e espaço, possuem não somente maiores condições econômicas, mas também jurídicas, tal como a cidadania⁴. Concordamos com essa análise, principalmente quando observamos que as principais localizações de serviços de melhor qualidade estão na porção central das cidades. Por conseguinte, controlar o tempo de locomoção para acessar os melhores serviços (saúde, lazer, educação etc.) significa entre outras coisas, maior oportunidade e garantia de vida. Quando observamos esse cenário por meio daqueles que estão física e socialmente nas periferias, distantes dos centros, e que não possuem controle sobre o tempo-espaço e que por esse motivo, têm a cidadania “cindida”. Nesse contexto em que oportunidades e condições básicas de vida são inferiores e dependem exclusivamente de serviços públicos, pode-se ressaltar que as cidades com suas construções físicas e paisagens determinam não somente condições espaciais, mas principalmente sociais.

⁴ Paulo César Gomes em seu livro “A condição urbana” tece uma crítica a respeito do recuo da cidadania que está interligada com o desaparecimento do espaço público e o aumento gradativo do espaço e da vida privada. Em suas palavras: “O encolhimento do espaço público corresponde ao recuo na vivência da cidadania. Estamos nos referindo a uma cidadania que é praticada no cotidiano, no espaço concreto do dia a dia”.

Segundo Gomes, a valorização de espaços de acordo com sua posição geográfica atinge os indivíduos e o grau de cidadania que cada um possui:

O arremedo da cidade dá lugar ao nascimento de uma cidadania fragmentada ou, sem exagero, a um simulacro da condição de cidadania. O homem público procura se reproduzir em um espaço privado, ou ainda, o espaço público é recriado em esferas menos e privativas. Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionadas ao nível de renda que permitem o acesso a esse tipo de espaço seletivo e controlado, limpo e regulado [...] (GOMES, p. 187, 2002).

Esse é um dos processos que resultam na segregação espacial e essa segregação é principalmente social, de classes e de qualidade de vida, que segundo Rolnik (p. 40, 1988): “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores”. Ainda para ilustrar a capacidade de impacto que o espaço geográfico e a criação de ilhas nas cidades resultam na vida do cidadão, Santos aponta:

Morar da periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar (p. 142, 2014).

Tal como foi dito anteriormente, definir a cidade requer necessariamente que nos estendamos para a sociedade que nela se articula, no caso a brasileira – e possivelmente em tantas outras do mundo. A morfologia das cidades determina o tipo e o nível de cidadania que o indivíduo terá, de acordo com Oliveira:

[...] não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações, infraestruturas, redes etc.) [...] O conceito de cidadania guarda uma concretude que possui, na sua origem íntima relação com a cidade (p. 178, 2011).

É preciso dizer que este trabalho não pretende debater o conceito de cidadania, mas notou-se que era impossível definir o que é a cidade, sem demonstrar sua relação dialética e intrínseca com a sociedade. Isso significa

dizer que os espaços das cidades criam diversos tipos e níveis de cidadão, como nos aponta Raquel Rolnik: “o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que por direito, pode participar da vida política” (p. 22, 1988). *O direito à cidade* é muito discutido quando chegamos a esse ponto da questão urbana: o direito à cidade define-se basicamente em quem – ou quais grupos – tem o poder e capacidade de deliberar com o Estado, onde serão aplicados os “excedentes urbanos”. Isto é, o destino do que é produzido nas cidades, a obtenção de lucros, pode ser transformada – ou não, e normalmente não o é – em bens públicos (HARVEY, 2012).

Desta forma, tanto os tipos de cidades que são construídas e reproduzidas quanto a localização geográfica do indivíduo nesses espaços certamente determinam a atuação dos cidadãos na vida pública, mas também definem o tipo de sociabilidade que haverá entre os habitantes. Assim sendo, haverá sempre os estabelecidos do espaço e os *outsiders*; estes sofrerão diversos tipos de controle e estigmas, e é essa relação de tensão espacial e social advinda das escolhas públicas que tangenciará o debate que se pretende retratar até o final deste trabalho. Além disso, utilizaremos o conceito de território para abordar as questões de tensões nas ilhas⁵ que se formaram nas cidades.

1.1 TERRITÓRIO: Segregação e disputas espaciais

Neste momento do debate discorreremos sobre a questão do território, como esse conceito pode ser identificado e, além disso, sobre como essa distinção e separação física fomentam os conflitos sociais. De modo geral, segundo Mota (2014), o território é resultado de um processo relacional, socialmente construído e sempre em constantes transformações. Isso significa que para compreender o conceito, a análise deve ser realizada numa “pluralidade de dimensões”, de modo que se apreendam as particularidades materiais e imateriais. Em relação às particularidades materiais, nos atentamos para os territórios/espços geográficos construídos e demarcados de modo institucional e político, enquanto que nas imateriais são os territórios que surgem por meio das

⁵ Diversos autores que estão engajados na temática urbana leem as questões de segregação espacial nas cidades, como “formação de ilhas”, que segundo Gomes, nessas “ilhas utópicas” (construídas) é o padrão monetário que determina a possibilidade de ingresso.

relações existentes no espaço, e são compostas por comportamentos específicos dos que são parte desse universo. Mota define território material e imaterial, respectivamente:

- 1) Espaço geográfico natural, constituído pelos elementos biofísicos (suporte geológico, recursos hídricos e solo, incluindo fauna, flora e vegetação) e pela relação que estabelece com o homem[...]
- 2) Resultado da acção de diferentes actores que se relacionam (com diferentes interesses, conflitos e formas de poder), num processo permanentemente incompleto e socialmente construído, produzido para realizar funções e significados, espaço agregador de diferentes identidades, para ser apropriado (p. 55-56, 2014).

A importância de pontuar a questão do território neste trabalho foi percebida gradativamente, principalmente sob a perspectiva da existência de territórios “imateriais”, e será mais bem representado e percebido no capítulo da pesquisa de campo. Os conceitos e definições plurais de territórios deverão estar em constante sintonia com os relatos de impactos apreendidos na relação entre dois tipos de territórios distintos, que se cruzam no bairro Jardim Pinheiros: o material, a delimitação geográfica da penitenciária; e o imaterial, o espaço dos moradores e visitantes.

Ainda para ampliar o alcance e complexidade do conceito de território, há alguns tipos que devem ser expostos a seguir (HAESBAERT, 2001):

- 1) **Território numa posição materialista: território e natureza**
Esse “tipo” de território não é definido apenas pelas relações econômicas ou de produção, mas leva-se em conta a dimensão cultural e relacional dentro do espaço: “É uma porção da natureza, e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante todos direitos estáveis de acesso, controle e do uso” (GODELIER apud HAESBAERT, 1984, p. 112). Ou ainda: “porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e meios materiais para sua existência” (p. 114).
- 2) **Território sob uma perspectiva idealista: território e cultura**
Território é primeiro um valor, pois a existência e mesmo a imperiosa necessidade de toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecido. Prosseguindo, Bonnemaïson e Cambrézy afirmam: “O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também

éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão, precede o território econômico (2001, p. 49-51).

Ainda de acordo com as definições do mesmo autor, salienta-se que o território não pode ser definido apenas como uma “entidade exterior à sociedade que o habita”, o território é uma parcela de identidade, constitui uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa com o espaço. O território é, portanto, um construtor de identidades, que ultrapassa o limite de “apenas” possuir um espaço físico e privado, mas ser parte orgânica dele: “perder seu território é desaparecer” (HAESBAERT, p. 51, 2001).

Novamente, reforça-se a questão de que o território é uma referência espacial e social, capaz de articular, mediar e criar relações entre humano e natureza, humano e poder e ser humano e sua própria história. As dinâmicas intrínsecas ao próprio conceito de território, que correspondem a todas as dimensões componentes dos diferentes aspectos territoriais, são também relacionais, isto é: “O território não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, p. 56).

Diante do movimento permanente de modificação, segundo Mota (2014), o território como resultado do processo humano composto por diferentes atores, resulta em um campo de fluidez e conexões conforme apresentado anteriormente, e também em um “campo de forças” de disputa contínua: a convergência do campo material e imaterial do território faz surgir espaços de conflitos e tensões. O fluxo constante de movimento e interseção entre os tipos territoriais resultam nas relações humanas o processo de “territorialização”, isto é, o sentimento de pertença e posse sobre um lugar (ou mais lugares) de modo individual, mas principalmente coletivo:

Procurando detalhar um pouco mais as questões atrás referidas pode dizer-se que o conceito de territorialização se refere ao “processo de dominação e de apropriação do espaço”, um “processo complexo em que ocorre o controle social (simbólico) e prático sobre um determinado espaço (MOTA, p. 63, 2014).

Em face do que foi apresentado sobre contextualização de território, devemos dimensionar a questão de como esses territórios fazem parte,

atualmente, de um processo de segregação espacial, que evidentemente não é resultado somente de tensões naturais ao processo de ordenamento territorial, mas sim de um projeto neoliberal de gerenciamento das cidades na era global. Isso significa dizer que os territórios construtores de identidades, interação e tensão humana, transformaram-se em “territórios estanquizados” (HARVEY apud PIÑON, 2011), os quais são definidos como uma forma acentuada de segregação espacial e compartimentação cada vez mais intensa das cidades, onde se criam áreas (territórios) de acordo com o nível e classificação econômica:

[...]áreas ricas e pobres têm se fechado e se isolado cada vez mais, no interior das cidades. De lugares de integração de distintas formas culturais e diversos grupos migratórios, a cidade se fragmentou numa infinidade de minúsculos territórios submetidos à lógica do mercado e à síndrome do medo e da insegurança (PIÑON, p. 173, 2011).

No decorrer o trabalho, a questão da financeirização dos espaços terá um destaque e explicação mais adequada, mas não podemos perpassar esse debate, sem demonstrar – principalmente no caso brasileiro – como os territórios (material e imaterial) tiveram suas fronteiras reforçadas por barreiras de segurança e muros, seja em condomínios fechados ou construções de presídios pelas cidades paulistas (CALDEIRA, 2000). Portanto, se de um lado temos o território como meio para construção de identidades e relações sociais; de outro concebemos a existência de uma disputa territorial entre grupos como forma de reafirmação de identidade, afastando-se das demais, transformando o semelhante em outro:

[...]À afirmação de identidades sociais nas cidades[...] traduz-se sobre o território por um discurso sobre a diferença. O território próprio ao grupo é conhecido como um terreno onde as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível coletivo é total, e a oposição e a diferenciação são estabelecidas em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo. O espaço é, sob essa dinâmica, sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais (GOMES, p. 180-181, 2006).

A principal consequência do processo descrito acima não é somente a demarcação mais intensa dos lugares sob a égide de reafirmação de identidade e

comportamentos padronizados dentro dessa compartimentação territorial, mas de que modo o mercado e poder público (Estado) observaram esse fenômeno, se apropriaram e transformaram os espaços públicos em espaços privados ou em espaços abandonados. Esse processo impacta diretamente nos modelos de planejamento urbano, assim como na questão da cidadania, que está intrinsecamente ligada ao território – e ao valor econômico e social do mesmo – ocupado pelo cidadão. Como observa Milton Santos (1987): “cada homem vale pelo lugar onde está (p. 107)”, ou para contextualizar ainda mais a ligação entre o território e cidadania, Piñon explica:

O território se impõe como uma condição continente ao conteúdo político da cidadania e no nível de organização social, cultural e econômica existente. De modo que, fora dele (território), a cidadania torna-se uma abstração contida nos artigos da lei, sem formato definido por práticas específicas (p. 178, 2011).

A cidadania, portanto, está ligada não somente à criação de identidade e direitos por meio de um território geográfico estabelecido, mas também com a questão de poder (de escolha, de ascensão social, de sobrevivência). Ser cidadão, já antecipou Lefebvre (1991), é ser tanto possuidor do “*direito à cidade*” – sujeito político-social capaz de debater as determinações espaciais definidas pelo Estado, quanto um indivíduo concreto, que se realiza existencialmente dentro do território, pois fora dele “o cidadão é uma abstração, um ser de papel” (PIÑON, 2011). Em suma, novamente segundo Piñon:

[...] entendemos cidadania como uma dada condição humana – de consciência política e social – que traz em si um ideal de bem viver coletivo e felicidade – que tem variado historicamente, de acordo com a diversidade das culturas e lugares geográficos que ocupa [...]
 [...] O cidadão é, então, o indivíduo normatizado, ou seja, vivendo sob normas conformadas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, acordadas por um contrato social (estatuto de direitos e deveres) e ajuizadas e reguladas pelo Estado. Portanto, a cidadania depende da condição material e cultural que possui um indivíduo[...] (p. 198, 2011).

Enfim, compreende-se que não existe ser individual, coletivo, político e cultural, fora de um território, fora de um agrupamento humano delimitado por

um espaço geográfico. Sem dúvida, essa constatação será a base para o debate seguinte e diversas fases desse trabalho, demonstrando, portanto, como o lugar espacial e na cidade modifica a possibilidade social dos indivíduos, principalmente após a metade da década de 1970 e mais substancialmente na década de 1980, com os moldes de urbanização e planejamento urbano (HARVEY, 2005). Esses elementos de decisões urbanas atrelados à ideologia neoliberal definiram quem somos e qual é o nosso espaço nas cidades.

Diante dessa afirmação, prosseguiremos o debate sobre como o gerenciamento das cidades tem se mantido sob a lógica mercadológica, isto é, a cidade tornou-se mercadoria, e com isso, os territórios e pessoas estão cada vez mais segregados, privados e violentados: a cidade modifica os corpos, tanto para libertá-los, quanto para aprisioná-los (HARVEY, 2009).

1.2 A URBANIZAÇÃO: da cidade mercado à cidade como mercadoria. O empreendimento urbano

De acordo com o que foi dito anteriormente, os espaços urbanos passaram por processos de transformações – fluxo natural à própria existência das cidades. O que se pretende problematizar neste momento é uma análise de como o processo de urbanização, principalmente na década de setenta, somado à ideologia neoliberal, modificaram a administração urbana para um empreendimento urbano, e como as cidades passaram de espaço de mercado para mercadorias em si.

Para iniciar esse debate, é válido pontuarmos e esclarecermos algumas questões conceituais em um retrospecto histórico para compreender o processo de mercantilização do espaço urbano. Desta forma, é necessário que definamos o período que esse sistema teve seu ponto de maior evidência, assim como o conceito de urbanização, que está intrinsecamente relacionado com o processo problematizado. Primeiramente, definimos como urbanização, conforme David Harvey, a reestruturação dos espaços urbanos, disponibilizando maior acesso às estruturas públicas, tais como: transporte, rodovias e infraestruturas urbanas como um todo. Ou ainda, de forma mais completa e complexa, a urbanização é “um processo espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma

configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas” (HARVEY, p. 168, 2005).

O viés marxista de David Harvey faz a leitura da urbanização de modo que podemos pensar que esse movimento mundial, em ampla expansão nos últimos cem anos da sociedade capitalista, “adquire um conteúdo de classe definido [...] as práticas espaciais podem adquirir conteúdos burocrático-administrativos, raciais e de gênero” (p. 168, 2005). Em suma, o processo de urbanização, confere primeiramente uma modificação paisagística do espaço, para então adquirir uma conotação política e ideológica, transformando-se também em um processo de diferenciação de classes sociais. Cada indivíduo, conforme sua classe econômica-social, pertence a um lugar e possui um grau diferente de cidadania. Finalmente, os espaços da cidade detêm uma capacidade de ação, como uma “auto reprodução”, pois suas estruturas físicas determinam os lugares merecedores ou não de investimento público e, nos últimos 40 anos, privado:

A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder etc. Isso também concede qualidades objetivadas à ‘cidade’, que talvez, dominem as práticas cotidianas[...] Finalmente, a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações. Em todos esses aspectos, há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa (HARVEY, p. 168, 2005).

A urbanização encontrou na exploração do trabalhador pelos meios de produção e excedentes produzidos por esse mecanismo no sistema capitalista, o capital necessário para a transformação das paisagens urbanas. O problema desse processo encontra-se especialmente quando o excedente produzido precisa ser investido em outras formas de mercado, mas não há capacidade de compra por parte da sociedade, pois há uma alta taxa de desemprego e rendas limitadas. Então, o Estado rendido a esse formato de crise do sistema de produção capitalista, de superprodução sem capacidade de compra por parte dos habitantes, encontra como alternativa compactuar com a transformação do espaço físico urbano e a modificação de terrenos “ociosos” do sistema. A história nos mostra que a modificação da paisagem urbana e o investimento em

infraestrutura (urbanização) tornaram-se o caminho para resolver o problema do capital excedente:

A crise de 1848 foi uma das primeiras crises explícitas de capital excedente e foi extensiva à Europa. Ela atingiu Paris de maneira particularmente forte e, com capital não empregado, o resultado foi uma revolução abortiva por parte dos trabalhadores desempregados [...] Para sobreviver politicamente, o imperador sabia que deveria lidar com o problema do capital excedente e fez isso anunciando um vasto programa de investimento infraestrutural tanto interno quanto externo. No exterior, significou a construção de estradas de ferro [...] internamente [...] significou reconfigurar a infraestrutura urbana (HARVEY, p. 10-11, 2009).

Ainda que para iniciar o debate das formas de empreendimento urbano tivemos que voltar ao século passado, o movimento mundial de transformação da administração urbana em empreendimento urbano inicia-se em um momento mais próximo, entre as décadas de 1970 e 1980 (HARVEY, 2005). Com a crise norte-americana do desemprego, cidades como Nova York, antes de se tornarem um dos principais pontos turísticos e desejados do mundo, passaram por problemas de violência e degradação espacial. Essa situação foi resolvida por meio da transformação da paisagem e da infraestrutura urbana, estratégia capitalista transcrita anteriormente. O Estado em parceria com esferas privadas modificam as cidades para se tornarem atrativas e rentáveis, ou seja, as cidades “embelezam-se” e transformam-se em espaços turísticos, vendidos ao mercado global.

Se antes as cidades em desenvolvimento eram dependentes do repasse entre união e Estado para sobreviverem, ajustou-se o foco para atender como a econômica capitalista requeria espaços capazes de acompanhar o ritmo, sem uma relação problemática de dependência social, política e financeira: “O comportamento mais elementar de uma economia de tipo capitalista, a reprodução ampliada do valor exige transformações significativas no espaço urbano que comportem os mecanismos de circulação e realização do capital” (SIMONI, p. 103, 2006). Diante disso, o poder público estratégico das cidades potências do mundo capitalista, seguindo o fluxo, previram que as cidades precisam criar espaços de interesse para o capital. Isto é, os espaços das cidades devem ser rentáveis, interessantes e fluidos.

O mundo capitalista no final da década de 1980, no intenso processo de globalização, depara-se com uma forma de capital que não possui raízes espaciais, as mercadorias e pessoas circulam entre países, fronteiras e cidades, e essas cidades devem ser capazes de acompanhar – e comportar – o frenético ritmo à sua imagem e semelhança de produção. O empreendedorismo urbano apropria-se do espaço da abordagem administrativa e gerencial da cidade, para que agora as cidades pareçam um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para se divertir e, principalmente, consumir.

[...]para se realizar a mais-valia produzida no interior dos processos de produção, a circulação deve se dar sem entraves que prejudiquem as taxas de retorno dos investimentos. Nesse sentido, as infraestruturas espaciais e o espaço produzido de acordo com algumas finalidades próprias de um estruturado mecanismo social de acumulação têm um papel decisivo a desempenhar. As cidades são modeladas, em grande medida, para satisfazer as necessidades de realização do valor produzido no interior das fábricas. As megaestruturas que caracterizam as intervenções urbanas ao longo do século XX, como a construção de grandes avenidas, complexos viários, túneis, metrô e vias de comunicação e circulação de dados (infovias) transformam o espaço no sentido de produzir uma infra-estrutura de monta que suporta, a cada novo passo, o aumento da velocidade das transações e deslocamentos necessários à realização local do valor (SIMONI, p. 103, 2006).

Não podemos ignorar os benefícios que a urbanização tal como foi descrita, e o empreendedorismo urbano, trouxeram para as cidades. Ainda que problemas tais como a segregação, que são “consequências” desse processo, existam, não há como negar que houve um aumento da qualidade de vida nas cidades que se basearam nessa alternativa como saída para crises capitalistas.

Há uma valorização em regiões que outrora não possuíam qualquer condição espacial, tanto de investimento quanto de qualidade de vida (ex.: Brooklyn ou Queens, em Nova York)⁶.

⁶ Em seu texto “A liberdade na cidade” (2009), David Harvey utiliza-se da cidade de NY e dos bairros referidos acima para exemplificar como os investimentos dos irmãos Rockefeller, decorrentes do final da década de 1970, foram capazes de transformar a ilha de Manhattan em um lugar extraordinariamente turístico e coração do capitalismo. Por meio de investimentos nos espaços da cidade de reestruturação físico-espacial, foi possível atingir o viés social. Esse fenômeno de valorização do coração de Manhattan, se espalha pelos bairros (Brooklyn, Queens etc.) que antes estavam sob controle da violência e pobreza e os modifica, tornando-os parte crucial para compreender a cultura da cidade e, portanto, um ponto turístico.

Logo, a construção de espaços atrativosnesses lugares da cidade não ficou circunscrita aos benefícios de investimento do capital, mas também dos cidadãos que passam a viver o espaço:

A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas da arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornam facetas proeminentes das estratégias para a regeneração urbana (HARVEY, p. 174, 2005).

Em vias de finalizarmos essa parte do debate, há algumas considerações apreendidas no trabalho de David Harvey, que dialogam constantemente com essa temática de financeirização ou mercantilização dos espaços urbanos. De um lado, tínhamos a cidade como lugar da troca de mercadorias (ex.: cidades medievais) que só se torna cidade no sentido de urbe (modo de vida), justamente por conta da expansão de mercado e pós revolução industrial, com a migração do campo para esse espaço estendido da fábrica; do outro lado, temos as cidades modelo do capitalismo contemporâneo.

A cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado. E assim se estabelece não apenas a divisão de trabalho entre campo e cidade[...] mas também a uma especialização dos ofícios e, conseqüentemente, o desenvolvimento das técnicas[...]. O tamanho desses mercados era dado pelas fronteiras, isto é, pela extensão do domínio territorial da cidade[...] Assim, em um primeiro momento, os mercados urbanos eram somente locais, restritos a uma cidade.

[...] É a partir de certo momento da história que as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo e estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações (ROLNIK, p. 26-30, 1995).

As cidades contemporâneas atendem às necessidades de reprodução do capital, transformando os seus espaços em mercadorias. Esses espaços tiveram investimentos do mercado e esses investimentos foram capazes tanto de recuperar áreas e torná-las atrativas e “revitalizadas” quanto de promover a diferenciação espacial, que atinge diretamente a questão social. Os espaços da

cidade são construídos para um tipo de público específico, isto é, àqueles que possuem renda suficiente e que são capazes de consumir o espaço como um todo. Esse processo é visto como um dos grandes problemas.

Questiona-se, como essas cidades “globais”, ao possuírem todo aporte arquitetônico para investimentos financeiros, passam por problemas que são resultado dessa venda (ou leilão dos espaços) urbana para uma indústria turística: que pode ser tanto uma banalização da cultura local quanto uma degradação de patrimônios urbanos e espaços com valor histórico. De acordo com Piñon, o processo de empreendimento urbano adquire uma forte carga negativa e transforma cultura em um comércio: “O espaço da cidade deve ser moldado à imagem e semelhança dos shoppings centers, isto é, como vitrines arrumadas de forma sedutora, a exibir produtos para aqueles que possam comprar e usufruir dos seus bens, equipamentos e serviço” (p. 175, 2011).

Afirma-se, portanto, que as escolhas de gestão (ou empreendimento) urbana, interferem no modo de vida. A segregação espacial⁷ impacta diariamente as relações humanas, ou pior, analisa-se como os delitos e violência também se multiplicam proporcionalmente ao isolamento geográfico-territorial (PIÑON, 2011). Portanto, a governança urbana, ao atrair o capital financeiro para investimento (e determinação) territorial apto à concorrência turística, impactou os modelos de planejamento urbano – e neste caso, no Brasil – completamente rendido ao mercado, não de forma “turística” como Nova York, Paris ou cidades globais. Ainda que disputem recursos do capital, essas cidades se reergueram e solucionaram parte de suas questões sociais através do destaque e transformação da paisagem física. Distintamente, no caso brasileiro, ainda que siga a mesma lógica competitiva e haja interesse turístico, a necessidade latente de recursos públicos em setores básicos da sociedade (saúde, segurança, educação etc.) transforma e determina instituições e relações sociais.

Portanto, vimos de um lado que há benefícios em espaços urbanos que são frutos de investimento externo e de mercado e que, portanto, não é sempre que casos de empreendimento urbano resolvem questões sociais.

⁷ Há uma problemática envolvida nesse processo, como a “gentrificação” (processo de expulsão de pessoas de áreas que antes não eram nobres, mas com a especulação imobiliária e a construção de estabelecimentos do grande capital, os habitantes “nativos” não são mais capazes de consumir o espaço), mas não pretendo fomentar uma discussão em torno disso.

Por outro lado, retomando o caso brasileiro já desestabilizado institucionalmente, os espaços à mercê do mercado culminaram em um processo que impacta e direciona não somente a gestão urbana, mas o próprio planejamento das cidades brasileiras, neste caso, paulistas: a segregação espacial, a favelização de cidades e aumento vertiginoso da exclusão social. Com isso, o medo tem transformado a paisagem das cidades paulistas em cidades cercadas, em bairros isolados e construções vertiginosas de muros.

Se concluímos que as cidades e seus espaços são moldados de acordo com aquilo que queremos parecer e vender ao mercado, então a imagem das cidades do interior paulista tem se perpetuado em cidades fundamentalmente entre muros? De um lado temos a expansão de condomínios e do outro, que é o debate central deste trabalho, o investimento e crescimento de presídios em cidades de pequeno e médio porte. Por isso, apresentamos a seguir a definição de planejamento urbano e de que forma seus encaminhamentos afetam as escolhas públicas de investimento territorial pelas cidades, e principalmente, como as tensões territoriais se apresentam nos bairros onde esses presídios estão instalados.

2 O PLANEJAMENTO URBANO: organizar, prever e gerir o espaço urbano

As formas de planejar e decidir as estruturas das cidades são responsáveis por impactar a vida e as dinâmicas sociais que compõem o espaço urbano, que de forma sintética, consideramos os principais componentes estruturais: o espaço público e o espaço privado. O primeiro, amplamente debatido desde Habermans (1984), que construiu o conceito debatendo os espaços, esferas capazes de reunir pessoas para dialogar e construir uma opinião pública, como cafés, clubes e espaços de sociabilidade. Atualmente, esse conceito amplia-se e está no cerne de amplos debates, como um espaço físico de constructo social, que contém a vida e a “cena” pública, ou basicamente “tudo que se refere à vida pública”, o *locus* de reprodução da vida coletiva, tal como a rua. O espaço privado é resultado da apropriação de um lugar, calculado e financiado sob o viés do mercado, servindo de exemplo tanto shopping centers como o muramento de ruas e construção de condomínios ou outros empreendimentos

urbanos (GOMES, 2006).

Portanto, o que se pretende nesta seção é dialogar como a organização desses espaços, ou ainda, como o planejamento dos espaços da cidade, a partir de governos e cidadãos, ações políticas e ações populares, determinam um “plano de cidade”. Evidentemente, para deixar ainda mais notório, define-se o planejamento urbano, segundo Limonad, como a forma de pensar não somente os aspectos físicos do espaço, mas também os aspectos sociopolíticos. A partir de escolhas de planejamento, determina-se o tipo de cidade, juntamente com processos de produção (se gerenciamento ou empreendimento urbano). Em suma, ambos se introduzem no ideário de que planejar a cidade é transformar o físico, mas é acima de tudo uma decisão política e ideológica de transformação urbana, que pode tanto ser benéfica e resolver carências quanto trazer ainda mais instabilidade, dependendo das escolhas públicas:

[...] Entender que o planejamento por si só não é uma panaceia para todos os males, embora possa, eventualmente contribuir para melhorar as condições gerais de vida da população, a depender de quem decide, de como e com que objetivos é implementado. É ainda compreender, que mesmo sua implementação, enfrente entraves de diferentes ordens (LIMONAD, p. 2, 2015).

Por isso, podemos atribuir tanto as responsabilidades quanto as “glórias” de escolhas de planejamento. Normalmente, definir um “tipo” a ser utilizado é também pensar em um “tipo” de cidade ideal que se vincula ao próprio conceito e ao ato decisório. Para demonstrar como conferimos ao processo decisório-ideológico – embora não só, pois “problemas (socioespaciais) são intrínsecos às próprias contradições e à lógica desigual do capitalismo” (LIMONAD, p. 1, 2015) – os resultados de transformação socioespacial e para a discussão desta pesquisa, serão apresentadas duas formas mais discutidas de planejamento urbano. Essas formas são a tecnocrática (ou não democrática) e a participativa; além de uma terceira abordagem, que será a apresentação do conceito do planejamento estratégico.

Essas três formas apresentadas possuem um ponto em comum que é: pensar e definir a produção e reprodução do espaço urbano, racionalizando e controlando os recursos urbanos – e humanos – disponíveis (SOUZA, 2011), na esperança de maximizar todas as possibilidades urbanas. Os desafios da

formatação e direcionamentos do projeto urbano são também resultados da tentativa de prever a evolução de um fenômeno, ou simular desdobramentos de um processo, com o objetivo de manter-se precavido das eventualidades e adversidades. Ademais, o planejamento físico-territorial, de qualquer tipo, consiste em trabalhar com distribuição espacial para atingir um tipo ideal, uma “cidade ideal”.

Esse processo nos alude a diversas críticas tecidas por autores tais como Lefebvre (1974), que trata o desenho dos espaços urbanos no modo de produção capitalista como uma expansão do que era feito nas fábricas, e por isso, transforma as cidades e os espaços em mercadorias, tal como uma relação de produção – venda e compra dos lugares, segundo Andrade baseado em Lefebvre:

No capitalismo, o próprio espaço é uma mercadoria produzida para a troca e as relações que o produzem também assumem as formas fetichizadas e alienadas, assim como no processo de produção de mercadorias. A alienação então, foi expandida do chão da fábrica para todo o espaço social e isso se concretiza com a captura das vidas dos trabalhadores pelos ritos e rituais do cotidiano, voltados para a produção, circulação e consumo das mercadorias. Nessas estratégias, as cidades, que são os lócus privilegiados para o processo de acumulação, tornam-se verdadeiras unidades produtivas (p. 172, 2015).

Um dos principais problemas resultantes desse processo de planejamento urbano é que o planejamento mecanicamente desenfreado dos recursos urbanos resulta em excessiva padronização dos espaços, como se as cidades fossem máquinas que servem de receptáculos para outras máquinas, que são os indivíduos. Harvey (2000), dando continuidade às críticas em relação ao modo de produção e reprodução das cidades, afirma que o corpo biológico é submetido a uma série de práticas puramente mecanizadas, que influenciam o seu comportamento no mundo de modo total nos espaços urbanos: “O corpo tem que ser pensado como um projeto incluso, sujeito a interferências externas, mas que carrega a potência transformadora das condições materiais de sua existência. Esse corpo é espaço e está no espaço[...]” (ANDRADE, p. 176, 2015).

Porém, é evidente que não se trata somente de criticar o fato de o espaço ser submetido às diversas formas de ação e interferência prática do Estado (e

atores institucionais), pois o planejamento urbano facilita que o poder público esteja em sincronia com as urgências da sua população e não somente rendido aos interesses de investimento do mercado. Infelizmente, as possibilidades positivas de planejar e construir as cidades nas últimas cinco décadas, têm sido marcadas pelo desequilíbrio entre carências das cidades e interesses particulares de atores públicos que representam o Estado. Assim sendo, tornou-se evidente que a preocupação com as necessidades públicas e o investimento nos espaços públicos nem sempre – ou raramente – considerados é considerada nas tomadas de decisões. O que se pode afirmar é que o efeito de um planejamento territorial impacta diretamente na sociedade que pertence a um determinado espaço:

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos (ROLNIK, 1988, p. 17).

Ou ainda, com a mesma intenção de demonstrar o desequilíbrio entre planejamentos urbanos e necessidades sociais, Limonad aponta:

O planejamento se constitui na maior parte das vezes em interações conjunturais localizadas sobre questões estruturais próprias do sistema capitalista, que se vale das desigualdades socioespaciais e do próprio planejamento para maximizar a acumulação (p. 3, 2015).

Portanto, será discutida a questão do planejamento urbano tecnocrático que fomenta a produção de espaços urbanos homogêneos; e em contrapartida a do planejamento urbano participativo, isto é, democrático, quando o Estado se aproxima das necessidades da população e trata a produção do espaço urbano de forma horizontal. Em seguida, para trazer outro viés analítico que não é antítese de nenhum e sequer sinônimo dos outros dois, uma nova denominação de planejamento entre capital e cidade será explicitada como uma terceira forma de planejar e produzir as cidades: o planejamento estratégico.

Partindo das problemáticas que serão expostas em relação ao planejamento urbano e à tomada de decisões e modificação do espaço urbano no

âmbito político e social, será abordado um dos desdobramentos da política de segurança pública e prisional do estado de São Paulo. O percurso e os moldes que sustentam essa esfera prisional em São Paulo são marcados por processos políticos puramente emergenciais e críticos, o que levou o estado a intensificar uma política de aprisionamento massivo e por consequência, a construir diversos aparatos prisionais para comportar essa população encarcerada.

Diante da carência de vagas, o processo de expansão de unidades prisionais inicia-se saindo da cidade de São Paulo em direção às cidades do interior do estado, fenômeno este que chamamos de “interiorização dos presídios”. Desta forma, ao consideramos que os presídios são construídos em áreas urbanas – ou pelo menos a maioria deles – e em cidades de pequeno e médio porte, podemos inferir então que essas construções impactam a dinâmica social e a vizinhança do município que recebe essa estrutura instável, complexa e estigmatizada.

2.1 O PLANEJAMENTO URBANO TECNOCRÁTICO

O processo chamado “a mecanização do território” (SANTOS, 1996) que eclodiu logo no final do século XIX e tornou-se pungente no século XX, diz respeito à indução da técnica (como método) e da ciência como norte no manejo da terra, e dentro dessa perspectiva, selecionou-se o conceito de Milton Santos como um meio para analisar o planejamento das cidades. Para que o conceito fique mais claro, a concepção não democrática permeia-se em um modelo que visa transmitir a necessidade de organização técnica da cidade e disponibilizar os equipamentos urbanos de forma hierárquica. Isto significa conceber não somente uma cidade extremamente funcionalista do ponto de vista arquitetônico, mas delimitar quais espaços urbanos são mais importantes do ponto de vista sociopolítico e merecedores de investimentos em relação aos outros.

Não há como apontar neste momento todos os impactos que esse modelo traz para a vida das cidades, mas é importante ressaltar que esse estilo de planejamento urbano é basicamente uma ferramenta que coloca o Estado como centro do processo decisório na produção das cidades. Ressalta-se, neste caso, que os tecnocratas eram vistos como os detentores da razão intrínseca à vida urbana, e isso resultou na maioria das vezes, atuar sob o prisma puramente

racional do que é mais ou menos lucrativo e passível de controle na vida urbana (SOUZA, 2008). Um dos mecanismos desse tipo de planejamento é o processo de zoneamento urbano, que divide a cidade em espaços específicos para atividades específicas, como espaços residenciais, comerciais e industriais, resultando em um reducionismo e simplismo que homogeneiza os espaços e legitima essa prática por meio da regulamentação do uso do solo.

Há várias problemáticas relacionadas a essa abordagem urbana, com espaços físicos de fins unicamente específicos. Como nos mostra Jane Jacobs (1961), a morte de espaços da cidade é causada por esse tipo de prática, pois em um determinado momento do dia, os espaços voltados a uma única atividade esvaziam-se e ao esvaziarem-se, apresentam outros problemas como insegurança, violências e outros fenômenos dessa natureza. Logo, torna-se evidente que essa tipologia de planejamento ultrapassa os limites de uma ferramenta para ordenamento da cidade e toca as dimensões sociais que são intrínsecas a esse processo: através da objetificação dos espaços, seleciona-se, por exemplo, onde serão construídas moradias populares, ou condomínios de luxo.

Esse mecanismo resulta em definir de acordo com a renda, a tipologia espacial e geográfica do bairro em relação ao tipo habitantes que receber. Esse processo, além de ser responsável por produzir e reproduzir territórios e ilhas isoladas, evidencia também toda a carga política e simbólica dessa estruturação; isto é, o isolamento humano, a favelização, a periferização (como ideologia) e exclusão de espaços da cidade são um projeto político, não acontecimentos ao acaso. Sabe-se que no Brasil, essa é a lógica que tem se mantido nos planos de governo. Pressupõe-se no planejamento técnico, comportamentos humanos de modo universal e extremamente superficial, além de promover vários fenômenos – fora os citados – que são caóticos para a reprodução social urbana, como a “remontagem das cidades”. Isso significa a destruição dos espaços para colocar algo lucrativo do ponto de vista técnico no lugar. Tal como exposto por Carvalho (p. 30, 2009):

Os exemplos nacionais foram a construção de Brasília e, no período pós-64, os programas de remoção de favelas e assentamentos de seus moradores em conjuntos habitacionais. Brasília concretizou o desenho de uma cidade com funções e usos urbanos claramente separados. [...] Os

programas de remoções de favelas expressaram a interpretação oficial do fenômeno da favelização dos anos 60 e parte da década de 1970, como alternativa habitacional transitória da população pobre que, por tratar-se de ocupação desordenada e caótica do território urbano, precisaria ser substituída.

O planejamento urbano tecnocrático pode ser compreendido como o meio pelo qual se investe na mecanização do espaço urbano em busca de um tipo ideal de construção e vida das cidades, estimulado e formulado somente por agentes pré-estabelecidos (técnicos) que fazem parte de um ciclo fundamentado em valores e interesses socialmente restritos e financeiramente rentáveis. Já demonstrado por Jacobs, essas formas de construir e conduzir a cidade, legitimadas como um planejamento urbano, significam transformar a passagem humana e os espaços de encontro, de vida e de relações em um “mero laboratório”:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender a elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada), têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência das cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais. [...] Talvez tenhamos nos tornado um povo tão displicente, que não mais nos importamos com o funcionamento real das coisas, mas apenas com a impressão exterior, imediata e fácil que elas transmitem (JACOBS, p. 6, 1961).

Jacobs (1961) nos leva a observar cruamente como o planejamento urbano ortodoxo se dissipou como um modelo de anticidade, fomentando críticas e evidenciando os aspectos negativos que esse desenho urbano acarreta, e como as cidades foram “montadas” para serem contempladas visualmente e não vividas de fato. A projeção assustadora da massificação dos espaços urbanos, movida somente pelas estruturas maravilhosas voltadas aos investimentos do capital e aparência para os habitantes pré- selecionados, não permite de fato a vida nas (e das) ruas, e colabora para que vislumbremos como os modelos tecnocráticos de execução das cidades contribuíram negativamente para a

formatação de políticas de segurança pública no Brasil.

Deve-se apresentar outra forma possível de planejar o espaço e a vida urbana, isto é, de forma democrática e participativa, mas que apresenta um grau enorme de dificuldade, pois com a heterogeneidade de necessidades, chegar ao consenso acaba sendo conflituoso (SOUZA, 2008).

2.2 O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO

Anteriormente apresentamos uma forma de planejar as cidades, pautada na dimensão do interesse estatal voltado para a divisão dos espaços em territórios específicos e fins pragmáticos, com reprodução homogênea. Em suma, o planejamento da vida na cidade voltado para os aspectos que perpassam a funcionalidade como fim, e a tecnocracia como meio. Porém, atualmente, as linhas de pesquisa que se debruçaram na questão urbana, debateram – e ainda debatem – como os planejadores urbanos, urbanistas, arquitetos e pesquisadores do espaço urbano, podem colaborar em conjunto para um modelo que atinja a dimensão humana no que diz respeito às necessidades de viver a cidade. Para tanto, ainda que esta seja uma forma conflituosa na busca de consenso, “o planejamento participativo ou democrático” tem como foco experimentar a colaboração dos próprios cidadãos para contribuir com a estrutura ou política urbana que seja no espaço das cidades. Gehl (2015) tece uma crítica que reforça a necessidade de expandir o espaço de participação no planejamento dos seus espaços de vida:

Embora os problemas das cidades não sejam todos iguais nas várias partes do mundo e em diferentes níveis de desenvolvimento econômico, são mínimas as diferenças envolvidas na inclusão da dimensão humana no planejamento urbano. O mesmo padrão aparece em todo lugar, mas, sobretudo, no último meio século, a dimensão humana foi seriamente negligenciada em sua relação com o desenvolvimento urbano (GEHL, p. 229, 2015).

O planejamento urbano democrático consiste em promover um projeto de cidade pautado em possibilidades, isto é, deixar espaços abertos para construções urbanas e formas de habitar a cidade, em que diferentes atores e interesses possam influenciar nos moldes de fazer uma política pública urbana

mais participativa. Esse processo e esse instrumento descentralizariam as decisões do Estado, expandindo nas cidades a possibilidade de criar e reproduzir espaços democráticos e até mesmo um renascimento da esfera pública, de acordo com as perspectivas de Habermas⁸ (1984). Os meios para tratar as questões urbanas por meio da participação humana podem ser extremamente proveitosos até mesmo para o Estado, pois o auxílio dos cidadãos no processo decisório, quando direcionados, apontam onde há carência de instrumentos urbanos e, portanto, onde os investimentos podem ser mais proveitosos e menos onerosos.

Todas as pessoas têm em comum os aparelhos locomotores e sensoriais, opção de movimentos e padrões básicos de comportamento. Em mais larga medida do que conhecemos hoje, no futuro o planejamento urbano deve começar com as pessoas. É barato, simples, saudável e sustentável construir cidades para as pessoas – bem como é uma política óbvia para atender aos desafios do século XXI. Já está mais do que na hora de redescobrirmos a dimensão humana no planejamento urbano – no mundo todo (GEHL, 2005, p. 229).

No entanto, implementar o planejamento urbano participativo não significa excluir as contribuições do planejamento tecnocrático que perpassam os meios racionais e técnicos para a organização urbana através do Estado, mas incentivar a capacidade e importância da participação cidadã na construção urbana. Isto é, promover a expansão e manutenção das cidades modernas como uma “ação pública racional” expressa o processo de tomada de decisão pautado no reconhecimento das necessidades e da realidade, de modo a conhecer as carências e demandas, sem deixar os recursos e domínios técnicos da execução de lado (CARVALHO, 2009).

Esse método deixa de ver a cidade como um espaço do “caos” e “desordem” por natureza, estimula e investe no uso de equipamentos urbanos, de acordo as necessidades dos cidadãos. Considerar a cidade como um espaço caótico simplesmente abre margens para que as construções e disponibilidades urbanas fiquem à mercê de uma lógica mercadológica, que teoricamente é capaz de revitalizar e recuperar áreas consideradas desornadas e, por isso, desvaloriza-

⁸ De modo bastante sucinto, a esfera pública para Habermas é a esfera essencial para produzir a democracia deliberativa, isto é, são espaços de comunicação (cafés, praças etc.) que permitem o encontro da sociedade civil para debater assuntos de ordem pública. Esse espaço/esfera, teoricamente é capaz de diminuir o poder centralizador do Estado e aproximar a opinião pública no processo decisório.

das. Esse é um processo recorrente nas principais metrópoles do mundo.

A técnica do planejamento urbano democrático consiste em olhar a cidade para além daquilo que ela deve parecer esteticamente, e ressaltar aquilo que ela já é. Deixar de ter como foco principal a estrutura física das cidades, ainda que sua morfologia seja de extrema importância, e tornar relevantes o costume, a cultura e as formas de uso dos espaços através do comportamento das pessoas. A visão hierárquica do planejamento urbano tem sido problematizada; por isso, direcionou-se o foco de análise e considerou como um meio alternativo para os modelos urbanos uma cidade composta pela diversificação dos equipamentos urbanos e seus respectivos usos, ressaltando “a heterogeneidade e complexidade das atividades que se superpõem no espaço urbano” (CARVALHO, p. 38, 2009).

Logo, a importância que as relações sociais e os cidadãos são capazes de criar deve ser ressaltada, e por isso, é importante buscar ferramentas e análises que saibam identificar os mecanismos que já operam na sociedade e na cidade, tal como afirmar que os bairros e o centro das cidades se formam ou se destacam por causa da dinâmica existente, tanto pelo aspecto físico quanto pelos grupos que ocupam a vida urbana. Portanto, é função de todo o corpo técnico e social, responsável por esse planejamento, analisar não somente sob o ponto de vista arquitetônico um espaço, mas quais grupos o ocupam e o que isso significa para a existência dos mesmos. Segundo Carvalho: “O planejador deve captar as preferências expressadas nos padrões de comportamento, nas obras culturais ou verbalizadas, a postura do planejador é compreender que os moradores sabem fazer a cidade” (p. 39, 2009).

Deste modo, para haver um equilíbrio na produção das cidades e planejamento urbano, não se deve separar as seguintes dimensões: dimensões sociais do ambiente, o espaço público, tal como sua importância de existência e necessidade de ocupação, valores das relações sociais nos ambientes urbanos, o conhecimento técnico científico e o patrimônio histórico. Portanto, considerar esses universos significa aproximar o Estado com toda sua capacidade, legitimidade e instrumentos – da sociedade civil, com toda sua necessidade e forma própria de promover a vida ou a morte de espaços urbanos e cidades (JACOBS, 1961).

2.3 A INOVAÇÃO DOS MODELOS URBANOS: o planejamento estratégico

Já aparente na própria nomenclatura, esse modelo de plano de cidade/ configuração do espaço urbano é um tipo de planejamento que incentiva a produção de lugares mais estratégicos, dinâmicos e lucrativos. Segundo Vainer (2002), esse modelo tem seu fundamento teórico oriundo do planejamento urbano empresarial, que significa: tratar, gerir e definir as cidades e seus equipamentos disponíveis do mesmo modo que se faz com uma empresa⁹ – muitos compreendem há tempos, que os desafios urbanos se igualam a desafios do meio empresarial. Evidentemente, este modelo é carregado de críticas, pois se pressupõem que as técnicas e escolhas de modelos de cidade tenham como fundamento as orientações do meio privado-empresarial, e por consequência, o empreendimento urbano e a cidade como “negócio” ganham destaque em todos os processos decisórios, adequando-se, portanto, aos desejos do mercado. Ainda assim, com toda carga crítica que ele carrega não se pode ignorar alguns avanços que o capital – como meio e forma – trouxe para o modelo de cidade.

Logo, se de um lado apresentamos o planejamento urbano tecnocrático homogeneizando os espaços e tratando as relações humanas de forma mecânica, ou o planejamento participativo à mercê de uma vontade política dos cidadãos e de encontrar uma coesão entre as escolhas; o planejamento estratégico apreende da conduta neoliberal as possibilidades táticas de desenvolvimento, com a parceria entre Estado e mercado (ou os chamados PPP, parceria público-privada). Essa parceria traz como foco tornar e manter os espaços – sobretudo centrais – das cidades atrativos, de modo que a cidade esteja sempre “viva” e em movimento, ainda que isso signifique transformá-la em mercadoria, tal como se vê em Vainer (p. 78, 2002):

⁹De acordo com Vainer, esse formato de planejamento urbano do tipo empresarial foi formulado na Harvard Business School.

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos.

O problema nas escolhas de planejamento urbano advém do questionamento de quando e quais tipos de obras – e escolhas urbanísticas, intrínsecas às escolhas de planejamento – são onerosas ao Estado e quais não? Como perceber se a população, em um determinado momento, precisa mais de um espaço público para interação da sociedade civil, como uma praça, ou de um espaço privado, de circulação de capital e consumo individual, como um shopping? E ao traduzir essas vontades, como os espaços da cidade – ou a própria cidade – podem se tornar vivos (espaços de ampla circulação, seguros e com valor vital para a população) ou mortos (esvaziados, inseguros, portanto, onerosos ao Estado) (JACOBS, 1961). É válido salientar a diferença e entrelaçamento exposto por Limonad (2015) entre urbanismo e planejamento urbano. O primeiro trata exclusivamente da “dimensão e estrutura física da cidade”, preocupa-se em desenhar e analisar se os espaços da cidade são fluidos, espaçosos, ativos etc. Por isso, visualizar a estética das cidades de modo pragmático e imediato é responsabilidade do urbanismo, enquanto o planejamento urbano é uma ação política, ideológica e estatal, que deve organizar o espaço para que o capital possa se reproduzir. Em suma, ambos determinam o espaço físico, mas o urbanismo tem como foco a estética; e o planejamento tem como foco os processos sociais e econômicos.

No planejamento estratégico, o problema posto é: a cidade tornou-se mercadoria, mas o que instiga o investimento do capital? De outro modo, o que se vende nessa gestão urbana? A resposta encontrada é que para cada grupo existente na cidade, há um foco de investimento diferente, e isso depende do espaço e da população a ser atingida. Para estabelecer um paralelo com o estado de São Paulo e até mesmo com o Brasil como um todo, no que tange a escolha de gestão urbana e construção dos presídios, indaga-se que: lei de execução penal e modelos de aplicação de pena do Brasil produzem a necessidade de

ampliar os espaços prisionais, pois se há decretos de prisão de forma massiva, evidentemente faltará lugar para o cumprimento das penas. Desta forma, as cidades-presídios ou cidades entre muralhas prisionais, que estão cada vez mais em expansão no interior do estado, são parte do mercado em ascensão, são parte do tipo de investimento do capital e mais: tornaram-se parte de um planejamento estratégico de arrecadação de recursos.

A política de segurança pública-prisional do estado de São Paulo determinou desde a década de 1990 um tipo de “marketing” urbano específico para as cidades, que foi a construção de universos e espaços prisionais como meio para arrecadar investimentos para as cidades receptáculos dessas estruturas:

Além do seu uso político e social, a dimensão econômica da prisão é bastante significativa. Ela não pode ser negligenciada pela quantidade de recursos consumidos na construção das prisões, quanto para mantê-las em funcionamento ou modernizá-las. Esse processo conjunto dinamiza diversos circuitos da economia urbana, servindo também para reprodução acelerada e ampliada do capital e muitas empresas. Talvez seja por esta razão que há diversos interesses na expansão do sistema prisional, muito deles ligados à sua garantia de lucratividade. Nilo Batista (2001) aponta com grande propriedade como *há muita gente querendo ganhar dinheiro público com as prisões. A construção de prisões é um grande negócio, pois a política criminal garante que elas estarão sempre cheias[...]* A prisão constitui um tipo de capital fixo inerte, necessário à reprodução do capital constituído em outras etapas do modo de produção[...](ZOMIGHANI, p. 278-279, 2013).

Retomando a questão do planejamento estratégico, o que se vê nas grandes capitais brasileiras ou nas cidades globais é que os espaços urbanos são construídos ou competem por investimentos – e logo, possuem mais atenção – referentes àquilo que o capital global dita, tal como: redes hoteleiras que orbitam o grande capital empresarial, grandes obras arquitetônicas. Temos, então, a imagem de uma “cidade segura”, tal como colocada por Borja e Castells e reproduzida por Vainer:

Convém enfatizar a necessidade de realizar estas atuações [de marketing] mediante 'produtos' como por exemplo: programa de construção de hotéis, campanhas promocionais mediante ofertas turísticas integradas, projetos culturais, venda de imagem de cidade segura e/ou atrativa, campanhas

específicas de atração de investidores e congressistas etc. (Borja & Castells, 1997, p. 192 - grifos do autor)'. A venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática (VAINER, p. 81, 2002).

Transformar as cidades perante a lógica e a imposição externa, também significa modificar duplamente a essência e o status da cidade: de mercadoria, para mercadoria de luxo (VAINER, 2002). A consequência desse processo tangencia além da intensa segregação espacial, as construções de muros simbólicos¹⁰ entre centro e periferia. Não por acaso, os grandes eventos esportivos realizados na cidade do Rio de Janeiro foram responsáveis por aumentarem ainda mais as tensões sociais que já existiam ali, e piorarem o cenário por meio de ações concretas, como colocar tapumes de madeira – mesmo valor de muros – em alguns espaços do centro turístico, visado pelo capital externo. Essa ação segregacionista teve como objetivo tirar a população oriunda das comunidades cariocas dos olhares turísticos. Esse mecanismo se compara ao que é feito pela precarização do transporte público ou linhas de metrô que conectam apenas determinados espaços e determinam o tempo de descolamento dos cidadãos, conforme o que convém ao mercado (HARVEY, 2011).

O Estado, no processo de planejamento urbano, tem dado autonomia para o capital privado e focado, portanto, na transformação das cidades em mercadoria, à disposição de interesses econômicos que livrem o Estado da manutenção dos espaços: “Estado constrói uma relação mais próxima e de dependência com o capital” (SIMONI, p. 116, 2006). Ao pesarmos as consequências desse processo, observamos o desequilíbrio urbano, e nos deparamos com cidades transformadas em atrações, ou como nos mostra Harvey (2011) com exemplos de cidades europeias que passaram pelo processo

¹⁰ Os sentidos do “simbólico” que apresento em todo o trabalho relaciona-se à obra de Bourdieu (1989), para o qual o poder simbólico é o conceito principal para explicar tudo aquilo que presencio de tensão, mas não consigo “tocar”, é o que permeia o processo combativo entre pessoas e espaço. O poder simbólico, segundo Bourdieu, é um poder de construção da realidade, em que coloca os espaços e indivíduos em seus “devidos lugares”, é o poder que transmite a constante “luta entre os campo e corpos”, pois tudo está em permanente tensão. O poder simbólico representa a hierarquia de forças de lugares e indivíduos. O sentido de “muro simbólico” representa, portanto, um espaço de segregação, que não precisa ser necessariamente visto no concreto, mas sentido no corpo de modo invisível, quase imperceptível, mas que possui a capacidade, nesse caso, de delimitar um lugar e quais tipos de pessoas fazem ou não parte, é impeditivo tanto quanto um muro de concreto.

de “disneyficação”: é a transformação do capital cultural construído pela história e relativamente inédito (BOURDIEU, 1988) – tal como qualquer outra cidade ou sociedade do mundo – em um capital a ser meramente comercializado e especulativo, assim como nos parques de diversão da Disney.

Dentro deste quadro, sobre as cidades, lançam-se interesses que forjam uma competição entre elas, procurando mostrar suas potencialidades e apresentar e atrair investimentos de capitais que circulam mundialmente. Tal fato interfere também na gestão das cidades. No dizer de Harvey (1996, p. 49), há uma mudança de gerenciamento para o empresariamento na administração urbana (OLIVEIRA, 2011, p. 172).

Portanto, demonstrou-se como se comercializam as cidades, tornando-as menos inéditas, mais técnicas e homogêneas. De fato, elas também se tornam mais atrativas e espetaculosas, o que, obviamente, fomenta a especulação imobiliária. Diante desta perspectiva, o que se observa é que assim como o planejamento urbano baseado na técnica, o planejamento estratégico das cidades marca ainda mais os muros – visíveis ou não – do espaço urbano, além de induzirem a gestão a ser um empreendimento urbano: “realiza-se a cidade como palco das ações do capital e do Estado”. Isso define, logicamente, um padrão entre habitantes e espaço e, portanto, a relação entre os meios e entre pessoas:

Por isso se estabelece o conflito entre o capital e o Estado, por um lado, e o habitante, por outro; um conflito no qual a tendência é que um desses pólos seja constantemente anulado pelo outro. A maximização da lógica e da lei do valor leva, ao extremo, a produção alienada da cidade e a substituição, em lugares centrais – densos de conteúdos do urbano –, do uso pela troca e da apropriação pela propriedade (SIMONI, p. 120, 2006).

Demonstrou-se, portanto, como as cidades e todos os mecanismos para defini-la estética e politicamente, tem se mantido intrínseco ao modo de produção capitalista, seja primeiramente como um espaço de “extensão” dos meios de produção fabril, seja, atualmente, como o próprio meio de produção e reprodução do capital. Como foi dito, todos esses processos demonstrados se conectam diretamente com o fenômeno de expansão prisional que se discute nesse trabalho.

Antes de discutirmos o processo de interiorização prisional, demonstraremos de forma muito breve, como o urbanismo vinculado ao capital têm sido também um meio de militarização do Estado.

2.3.1 A MILITARIZAÇÃO COMO FORMA DE URBANISMO: o encarceramento em estado permanente

Demonstramos anteriormente que a função primordial do urbanismo é atuar como forma técnica, pragmática e imediata de deliberar a respeito da aparência das cidades; por isso, trazer a concepção de um urbanismo militarizado une todos os efeitos de como os formatos e escolhas de investimento e aparência das cidades impactaram a interação social nesse século, principalmente nos últimos dez anos. O Novo Urbanismo Militarizado, conceito trazido pelo geógrafo Stephen Graham (2016), retrata a disseminação dos espaços de controle e aprisionamento, sitiando cidades em prol da segurança, ou melhor, fomentando desenhos e estruturas urbanas construídas conforme o grau de insegurança e violência pungente na sociedade.

É um modelo urbanístico estruturado sob a doutrina de segurança, além de uma forma de controle do espaço e tempo, através da “securitização” da vida urbana. Zotelli (2016) resume a ideia do urbanismo militar trazido por Graham como “a corrosão da esfera pública na onipresença das ideias militarizadas de ‘segurança’ que contaminam as práticas de planejamento e de urbanismo”, ou ainda, segundo Raquel Rolnik:

A militarização das cidades – ou a extensão de projetos de vigilância, rastreamento e controle por meio de dispositivos tecnológicos e reestruturação espacial sobre áreas cada vez maiores do ambiente urbano – é um fenômeno global que incide não apenas sobre a natureza dos espaços, mas também sobre a própria vida que neles se desenvolve (Observatório das Metrôpoles, 2016).

Esse modelo de estruturar a paisagem da cidade é paralelo a outro fenômeno essencialmente social, que é o estado punitivo em expansão e a penalização pungente da pobreza. Segundo Wacquant (2008), o avanço da política e filosofia neoliberal em todos os aspectos da vida urbana resultou em

desregulações sociais e precarização de trabalho e da vida. Como solução às suas próprias falhas, o Estado utiliza-se da sua capacidade de execução para fortalecer as políticas prisionais e militares, faz valer o “punho de ferro do Estado”, ou ainda, segundo Bourdieu (1989), a mão esquerda do Estado que simboliza o sistema público de educação, saúde e habitação, enfraqueceu e deixou a “mão direita” atuar, ou seja, a polícia e o sistema de execução penal estão cada vez mais ativos nos espaços urbanos e no espaço social.

Dentro dessa mesma perspectiva, Wacquant (2008) traça três tipos de encarceramento que surgem no projeto neoliberal, mas os define de uma forma bastante sucinta, ao afirmar que “na América, as prisões são instrumentos de controle e contenção da população considerada inferior” (p. 95, 2008). Os três tipos de encarceramento são: de segurança, de diferenciação e de autoridade. O primeiro tipo é para proibir que indivíduos perigosos causem danos maiores à sociedade; o segundo tem como função excluir as categorias sociais indesejáveis; e o terceiro reafirma o poder punitivo e a “mão direita” do Estado:

[...] com o advento da individualidade moderna, a qual, supõe-se que deve desfrutar da liberdade pessoal e ser dotada de um direito natural à integridade física (que não pode ser retirado nem pelo Estado, nem pela família) e que a privar pessoas de sua liberdade tornou-se uma punição em si mesma e uma sentença criminal por excelência (WACQUANT, p. 95, 2008).

Portanto, constatou-se que todos esses mecanismos estão interligados e formam um ciclo punitivo. De um lado, as ideologias políticas que embarcam as escolhas de planejamento urbano; de outro, os resultados dessas escolhas e suas funções punitivas dentro das cidades e sociedade como um todo. Logo, destacamos como todos os processos e resultados a serem apresentados são instrumentos de controle e uma questão de escolha e projeto político, em que há uma lógica racional e essencialmente repressiva, seja na paisagem da cidade ou nas construções prisionais.

SEÇÃO II – OS PRESÍDIOS BRASILEIROS: as primeiras instalações e o processo de construção massiva pelo interior paulista

3.0 Um breve histórico dos modelos prisionais no Brasil

A institucionalização das prisões no Brasil é observada primeiramente nas Ordenações Reais do Brasil-Colônia, sendo três no total: Ordenação Afonsina (1446), anterior ao período colonial, mas que já estava em voga em Portugal e, portanto, foi transferida ao Brasil; Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1595) (MACIEL, 2006). Durante o período colonial brasileiro (1530 -1822), as ações penais consistiam nas Ordenações Afonsinas¹¹, regidas por punições corporais, aprisionando o acusado para que o mesmo esperasse seu flagelo; Ordenações Manuelinas, que possuíam os mesmos pressupostos da era Medieval e misturavam crimes de ordem religiosa, punindo por meio do Estado, e por fim as Ordenações Filipinas, que foram marcadas pelo rigor com que se aplicavam os açoites morais –punições corporais extremamente severas, que serviam de exemplo moral para a condenação de uma infração social. Este é um período lembrado como o momento em que a pena de morte foi aplicada em Portugal e conseqüentemente, em sua colônia brasileira, assim como nos mostra o trecho a seguir:

As penas previstas nas Ordenações Filipinas eram consideradas severas e bastante variadas, destacando-se o perdimento e o confisco de bens, o desterro, o banimento, os açoites, morte atroz (esquartejamento) e morte natural (forca). Mas, como típica sociedade estamental da época, não poderiam ser submetidos às penas infamantes ou vis os que gozassem de privilégios, como os fidalgos, os cavaleiros, os doutores em cânones ou leis, os médicos, os juízes e os vereadores (MACIEL, 2006).

As diretrizes Filipinas só foram revogadas – ainda que lentamente – com a independência do Brasil em 1822, e as inovações começaram a ser intro-

¹¹ Uma das primeiras coletâneas de leis que tinha como objetivo controlar a vida doméstica dos súditos do Reino de Portugal durante o reinado de Don Afonso V. As ordenações estão divididas em cinco livros, sendo o último o livro que trata dos crimes, penas e punições.

duzidas em 1830 com a criação do Código Criminal do Brasil Império. Conforme a sociedade avançava lentamente no âmbito dos direitos civis, a pena de morte permaneceu no código de 1832, e foi abolida somente por D. Pedro II (CANTO, D. apud CALIXTO, A. 2009). O direito penal ficou marcado profundamente pelas ordenações que permaneceram em uso por um período suficiente para que deixasse os estigmas e costumes violentos nos códigos penais que estariam por vir. O código de 1832 já visava às experiências dos países europeus no sentido de banir o suplício e mutilação corporal, fazendo emergir uma nova configuração de punição através das penitenciárias. Vale ressaltar que nesse código penal havia uma exceção importante: os negros escravos ainda estavam passíveis dos açoites e duras punições em locais públicos.

A Proclamação da República em 1889 requereu um Código Penal dessa mesma data, que teve como principal característica a instalação da prisão celular (aos moldes da prisão da Filadélfia¹²). Todavia, havia diferenças, pois no caso brasileiro o trabalho obrigatório e a reclusão tal como o modelo inspirador foram mantidos, isto é, a prisão disciplinar. Desde aquela época uma importante determinação fixou-se em nosso código penal: o máximo de pena cumprida de 30 anos, independentemente da quantidade de anos determinados pela sentença. Em 1934, é concebida a terceira Constituição brasileira. Promovida pelo presidente Getúlio Vargas, adotava novas diretrizes sociais, entre elas a execução de mandado de segurança e coibição de movimentos subversivos na esfera social e política¹³. É evidente que a partir dessas diretrizes adotadas, a necessidade de atribuir locais de cumprimento da pena era ainda mais urgente. Três anos após Getúlio Vargas adotar essas medidas no âmbito penal, é outorgada a quarta Constituição, em 1937. Dada à criação do Estado Novo, essa Constituição dissolveu o Congresso Nacional; suprimiu a liberdade de imprensa; e impôs prisão e exílio aos opositores do governo.

¹² O ano de 1790 marcou a aplicação do primeiro sistema penitenciário a fins correccionais. Foi no estado da Pensilvânia, EUA, no presídio de Waimut Street Jail. A disciplina do sistema consistia em manter o detento isolado, sem trabalho ou visitas, permitindo apenas passeios pelo local e a única companhia consentida era a bíblia, cuja função era promover o arrependimento pelo mal cometido. O trabalho não era permitido, pois todo o esforço deveria ser voltado aos estudos bíblicos. A religião deveria ser aquilo que dominava e mantinha a coesão dentro do estabelecimento.

¹³ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2017/10/uma-breve-historia-das-constituicoes-do-brasil> >. Acesso em: 30 jan. 2018.

Com a morte de Vargas e outras movimentações no âmbito social no Brasil, a pena de morte permanece proibida na promulgação da nova Constituição. Esta terá breve tempo de vida, sendo novamente rebaixada em 1964, com a nova, violenta e retrógrada Constituição do Regime Militar, que tem como característica a ditadura, supressora dos direitos políticos e de outras medidas extremas dispostas no AI-5. Esse ato institucional teve a expressão máxima nos seguintes decretos:

O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano e o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores, que passaram a receber somente a parte fixa de seus subsídios. Entre outras medidas do AI-5, destacam-se: suspensão de qualquer reunião de cunho político; censura aos meios de comunicação, estendendo-se à música, ao teatro e ao cinema; suspensão do habeas corpus para os chamados crimes políticos; decretação do estado de sítio pelo presidente da República em qualquer dos casos previstos na Constituição; e autorização para intervenção em estados e municípios (PONTUAL, [201-]).

Diante da instabilidade da política brasileira, somente em 1988 uma nova Constituição foi promulgada, que se mantém até os dias de hoje (2018), e terá enormes avanços sociais, culturais e políticos. Porém, no tocante às questões penitenciárias e da segurança pública, a Lei de Execução Penal (LEP) foi elaborada nos quatro anos que antecederam a Constituição Cidadã. A LEP pode ser vista como uma “revitalização” das execuções penais. Esta vigia os modos de cumprimento de penas no Brasil, assim como dissemina o fenômeno que falaremos a seguir (o espraiamento dos presídios pelo interior paulista). Ao mesmo tempo, essa lei tem como foco garantir tanto os direitos quanto os deveres dos atores que atuam na segurança pública, sendo os executores ou os executados.

No que tange à análise das leis que envolvem a conjuntura penal e a segurança pública do país, foi evidenciada sua constante instabilidade e complexidade. Portanto, é previsto que as instalações físicas conterão todas as características voláteis e frágeis encontradas na própria consolidação das leis. Sendo assim, o capítulo a seguir se encarregará de caracterizar as primeiras

instalações penitenciárias do país e sua razão de existir em sincronia com o momento político em questão.

3.1 As instalações físicas e o cumprimento da pena na modernidade

As instituições penais deveriam acompanhar as determinações legais, sendo as construções capazes de refletir as formas de execução da pena privativa. Sendo assim, a construção seguia os moldes de um casarão com dupla função: ser Cadeia Pública e também Câmara Municipal. Depois da institucionalização do Código de 1890, o projeto carcerário deveria seguir formas de: Espinha de peixe, pavilhões, Panópticos e Institutos Penais Agrícolas.

Anterior à criação do código em 1890, que sugeria as formas arquitetônicas a serem instaladas, em 1850 a instalação da primeira Casa de Correção na cidade do Rio de Janeiro pretendia ser o exemplo de prisão no Brasil Império, executada com pelo modelo auburniano. Dispunha de um projeto arquitetônico aos moldes do Panóptico, isto é, uma construção circular que permitia total visibilidade. Em 1852, o local tinha no total 200 celas, mas ainda que a dinâmica da Casa de Correção utilizasse o trabalho dos presos para cobrir as despesas e diminuir a oneração dos detentos, averiguou-se um enorme déficit causado pelo serviço ilegal que a Casa prestava: o depósito de africanos livres, a prisão do Calabouço destinada aos escravos (PESSOA, 2014).

Simultaneamente, na cidade de São Paulo, em 1825, foi criada no Brasil Império a Casa de Correção – que viria a ser o Presídio de Tiradentes –, inaugurada em 1852. Sua sede localizava-se no Paço Municipal. O presídio responsabilizava-se pela prisão de arruaceiros e escravos fugitivos. Em 1905, já movida pela denúncia do déficit nas vagas penitenciárias, é autorizada a construção da Penitenciária do Estado, na cidade de São Paulo (SANTIS, B.; ENGBRUCH, W., 2012).

Por fim, para evidenciar ao máximo os projetos arquitetônicos de fins carcerários, construiu-se uma Colônia Penal de 1902, elaborada pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Tinha como propósito elaborar casas com fins de reabilitação e reeducação social de presos, intenção vigente no Código Penal de

1890. Em 1906, o Secretário de Justiça Washington Luiz Moreira de Souza autorizou a permissão para o início das obras do que se chamaria a Ilha de Anchieta, localizada no litoral norte de São Paulo, próximo à cidade litorânea de Ubatuba. A penitenciária – que acomodava de 19 a 30 presos por cela – foi desativada, mas reativada 14 anos depois, em 1928, para abrigar presos políticos. Em 1942, possuía uma população de 273 presos e passou a ser chamada de Instituto Correcional da Ilha de Anchieta, mas após uma sangrenta rebelião em junho de 1952, foi desativada permanentemente (SISTEMAS..., [201_]).

Diante das massivas construções de aparatos prisionais, que só cresceram desde que surgiram, os espaços geográficos e sociais voltados para esses fins passaram a ser elementos importantes. Com isso, a expansão territorial para o universo carcerário ocorreu ocupando áreas interiores do país, nesse caso, o interior do estado de São Paulo.

3.2 A INTERIORIZAÇÃO PRISIONAL

A estruturação das cidades globais, o desenraizamento territorial e cultural, o distanciamento das interações sociais culminaram para que o contato humano se tornasse gradativamente mais efêmero e superficial, em que a virtualidade torna-se mais real do que o contato. Desta forma, fomentaram-se a desintegração dos laços e um estranhamento coletivo, transformando o que era outrora “semelhante” em “outro”. Dentro dessa “nova” cosmologia na era global e moderna, transformou-se o próximo em distante e este, na personificação do medo:

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle Estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempos imemoriais –, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou uma corporação, foi fragilizado ou até rompido. O modo como a modernidade sólida administrava o medo tendia a substituir os laços ‘naturais’ – irreparavelmente danificados – por outros laços, artificiais [...] (BAUMAN, p. 20, 2005).

As redes sociais e os veículos de informação são parte do processo lucrativo que estimulou a disseminação de sensação de insegurança e terror dentro dos meios urbanos. Esse movimento então pressionou o Estado – que já

havia perdido grande parte do seu poder de controle para o meio privado e corporativo. Como resposta ao espraiamento do medo, armou-se com o direito punitivo assegurado através das instituições, e fez então desse processo o principal meio de garantir – superficialmente – a segurança. Portanto, para combater a insegurança outrora exaltada que prevalecia nos espaços urbanos, investiu em uma política de segurança pública voltada massivamente para o aprisionamento e isolamento dos grupos infratores, que na maioria eram pobres e já viviam isolados em periferias (WACQUANT, 2008). Paralelamente a isto, os espaços prisionais também se disseminam de acordo com a política de aprisionamento, e o desdobramento desse processo resulta no surgimento do fenômeno que se intensifica no início da década de 1990: o avanço das unidades prisionais rumo ao interior do estado de São Paulo, a interiorização do sistema prisional paulista.

Diante do que foi apresentado, surge uma inquietação ao verificar que as sucessões de eventos relatados não determinam por si só o quadro de expansão prisional, mas são partes do processo de evolução de construções massivas de presídios. É fato que não foi encontrado um único motivo determinante que levou a consolidação desse fenômeno – que atinge esferas no âmbito geográfico, político e sociológico –, mas várias ações que, ao conectá-las, transcrevem o fenômeno problematizado. Constata-se que sem dúvidas, a interiorização prisional compõe um ciclo vicioso que extrapola a política de segurança pública e carcerária, atinge setores e integra um processo compartimentado e dinâmico de influência nas cidades, tal como mostrado abaixo:

Figura 1: Ciclo vicioso da Interiorização Prisional/SP



Evidentemente, há uma complexa e obscura lógica por trás dessa expansão, que irá desde motivações políticas, estratégicas e de gestão territorial, tal como angariar fundos para a urbanização de um bairro, conforme apresentado posteriormente. Outra parte analisada que influi de maneira certa na evolução da pulverização das unidades prisionais em direção ao interior de São Paulo é explicada por acordos políticos. Um dos acordos tem como foco o esforço para recolocar o Estado como centro de poder dentro das prisões, restabelecendo seu poder administrativo e deliberativo na instituição, desta forma, desarticulando qualquer tentativa de poder paralelo (SABAINI, 2011). Isso significa que ao redimensionar e expandir os espaços prisionais para cidades do interior, o Estado tinha como intuito garantir a capacidade de desarticular o poder paralelo que nasce na década de 1990, conjuntamente com a erupção de várias rebeliões dentro dos presídios – sendo a mais famigerada, a tragédia do Carandiru¹⁴.

¹⁴ O massacre do Carandiru ocorreu em Outubro de 1992, quando a Polícia Militar de São Paulo entra na casa de detenção chamada Carandiru, que estava em superlotação e, portanto, em rebelião. A intervenção resulta na morte de 111 presos. Vale ressaltar que o Carandiru apesar de distante, ainda estava em partes centrais da cidade de São Paulo. Tal evento culminou em debates sobre o sistema prisional, e gerou protestos para desativar o presídio e transferi-lo para outros espaços e cidades.

O grupo paralelo centro desse evento é o PCC (Primeiro Comando da Capital), que além de comandar atividades ilícitas como tráfico, assaltos e outras ações do universo do crime, é também capaz de promover motins dentro e fora dos presídios, justificando que essas reivindicações servem para garantir a integridade do grupo e melhorias que o poder público não “cumpre”. Ainda que o PCC seja atualmente a principal facção, há análises que colocam sob esse poder paralelo, o papel de estabelecedor da ordem, ocupando os espaços institucionais e não institucionais, que ainda pertencem ao Estado, mas que acabaram à deriva por muito tempo. A estratégia sempre em voga é, portanto, separar os indivíduos que fazem parte desse poder paralelo. Desta forma, o Estado sente-se mais seguro para promover o cumprimento rígido da pena, pois ao desarticular e afastar os líderes dos grupos do poder tático, abre espaço para agir de forma arbitrária e com “punhos de ferro” dentro dos presídios – como é sabido e atualmente mais exposto (DIAS, 2013).

Há outro acontecimento que corrobora para o processo de interiorização, que é o cumprimento da LEP¹⁵. De modo geral, esse aparato judicial “fabrica” um novo sentido à pena de prisão, de forma que o aprisionamento seja um meio para a reabilitação de um infrator da lei. Ou seja, compreende-se que deslocar e regionalizar estrategicamente as prisões são formas de propiciar – ao menos teoricamente – a aproximação do condenado com sua família, enfatizando o propósito da ressocialização. No que diz respeito ao espaço físico e acomodações das unidades, era outra esfera a ser revitalizada com urgência. E então, essa política de expansão foi aproveitada para modernizar as novas unidades, focando na expansão da capacidade de vagas e na hipotética humanização das acomodações. O Governo do Estado de São Paulo criou 21 novos estabelecimentos prisionais (de 1986 a 1992), distribuídos em várias cidades do interior e na região metropolitana da capital. Este foi o início do processo de interiorização do sistema prisional paulista, que, dentro desses aspectos, parecia positivo para a humanização desses espaços (SANTOS, 2014).

¹⁵ A Lei 7.210, institucionalizada em 11 de julho de 1984, passou a atribuir ao preso direitos e tinha como objetivo principal, ainda que teoricamente, a reinserção do detento na sociedade após o cumprimento da pena. Para isso, o sistema carcerário e toda a dinâmica das políticas públicas envolvidas, teriam que ser revitalizadas e adequadas à Lei de Execução Penal (LEP).

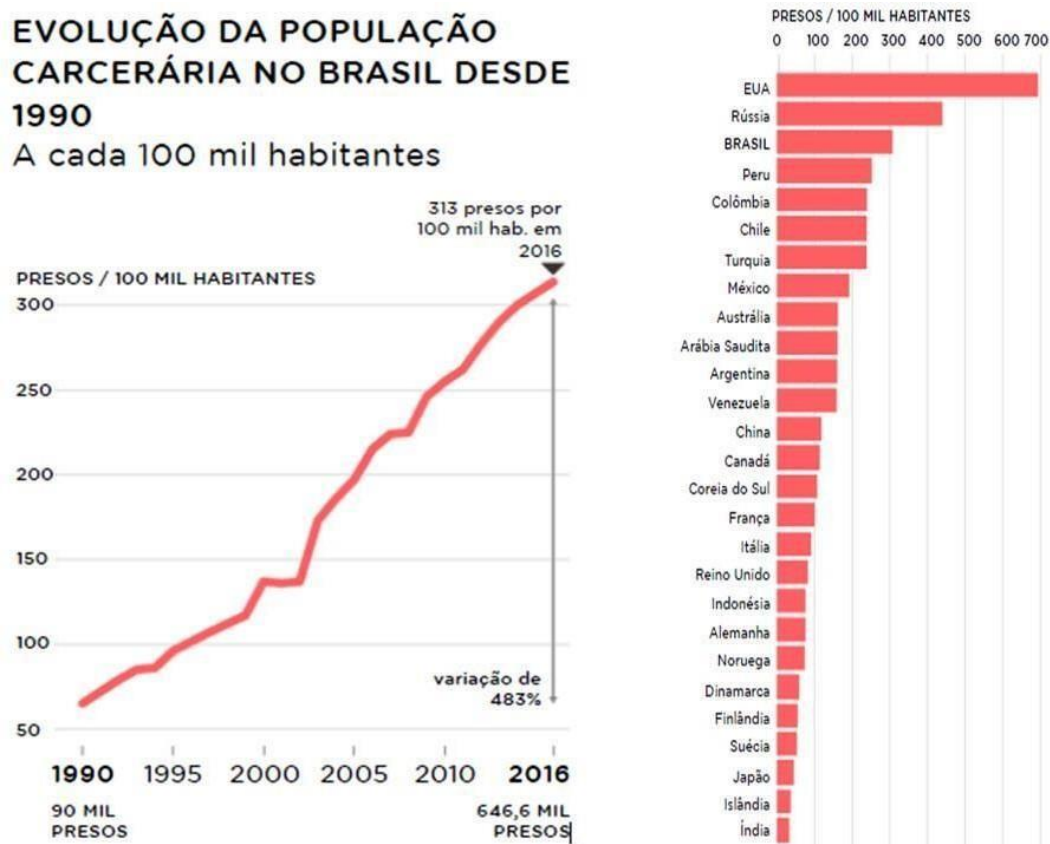
Infelizmente, ainda que alguns pontos desse processo aparentem um grau de civilidade, é evidente que os aparatos prisionais não só aumentam em quantidade, mas estão intrinsecamente relacionados ao encarceramento humano massivo, que cresce paralelamente à construção de novas unidades prisionais ao redor do país. O Brasil ocupa a quarta posição no ranking mundial de aprisionamento humano. Segundo o último levantamento nacional de informações penitenciárias, realizado em 2014 (mais de 300 presos para cada 100 mil habitantes), o país está em quarto lugar no ranking de superlotação de presídios (em torno de 161% de ocupação das vagas, isto é, mais de 60% ultrapassados do limite)¹⁶.

Atualmente, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país. O número de presos é consideravelmente superior às quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados (2014, p. 11).

Isso nos mostra que na verdade, o país não só prende muito, como também mercantiliza a ideia de que isso é na verdade uma forma intensa de investir em segurança pública. Inicialmente, a disseminação da insegurança (seja por programas televisivos, estranhamento humano, desenraizamento de laços e sentimento de pertencimento a um espaço ou por exclusão social) sugere a necessidade de investimentos emergenciais na área de segurança. Pelo menos nos últimos vinte anos, a segurança pública tem mantido seu foco e recebido apoio para construir aparatos prisionais e claro, para aumentar a quantidade de prisões. De acordo com algumas projeções apresentadas pelo jornal online NEXO, baseando-se no relatório Nacional de Informação Penitenciária, a evolução carcerária aumenta constantemente, tal como a imagem a seguir:

¹⁶ A pesquisa ocorreu em 2016 e foi divulgada na página NEXO. Informou-se que as fontes foram o Levantamento Nacional de Informações penitenciárias no ano de 2014, World Prison Brief 2016 e IBGE.

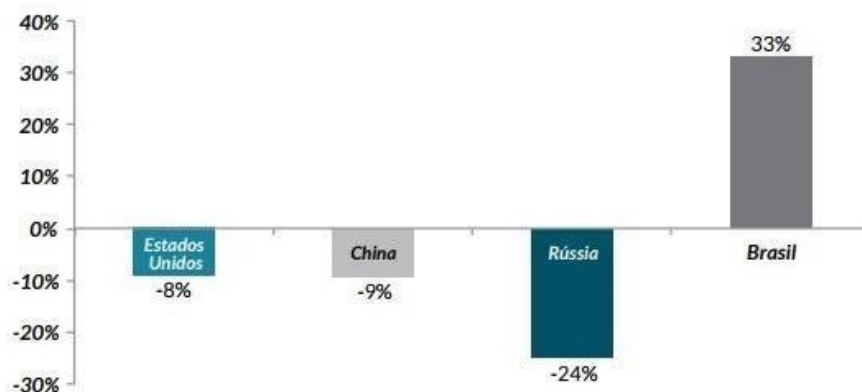
Figura 2 – Evolução da população carcerária no Brasil desde 1990



Fonte: Jornal Nexo. Atualização em Jan/2017 - “Lotação de presídios e taxa de encarceramento aqui e no mundo”

Além do gráfico ilustrativo, ainda segundo o relatório de Informação Penitenciária, divulgado pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2017), o Brasil não tem projeções positivas sobre a diminuição da população penitenciária. Ao contrário, as prospecções para a próxima década são de crescimento ainda mais intenso, ultrapassando os países que neste momento estão na frente no quesito população carcerária, segundo o gráfico:

Figura 3 – Variação da taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014 nos 4 países com maior população prisional do mundo



Fonte: Relatório Infopen/Depen, divulgado pelo Ministério da Justiça. Acesso em Ago/2017.

Ainda a respeito desse processo, o Brasil possui mais um indicativo negativo: notou-se que a população carcerária brasileira aumenta mais do que o crescimento total dos habitantes no país:

Pela primeira vez, o número de presos no país ultrapassou a marca de 600 mil. O número de pessoas privadas de liberdade em 2014 é 6,7 vezes maior do que em 1990. Desde 2000, a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano, totalizando um crescimento de 161%, valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira, que apresentou aumento de apenas 16% no período, em uma média de 1,1% ao ano. Entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento aumentou 119%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2014, essa taxa chegou a 299,7 pessoas. Caso mantenha-se esse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estará em situação de privação de liberdade (RELATÓRIO INFOPEN, 2014, p. 16).

Diante dessa perspectiva, o Brasil carece de políticas públicas contínuas, revisadas e inovadoras na área da segurança pública e prisional, para conter crimes que são condizentes com a própria modernidade e relações que foram reestabelecidas, pois mesmo diante dessa breve demonstração, nota-se que os processos que perpassam essas instituições são falhos e insuficientes há pelo menos dez anos.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no que concerne à

questão prisional, fica evidente a urgência da revisão dessa política do encarceramento, e desdobra-se dela três importantes necessidades: implantação das audiências de custódia para diminuir a quantidade de presos provisórios; adoção de penas alternativas para crimes com baixo potencial ofensivo; e mudança do encarceramento massivo referente às políticas de combate ao tráfico. Mesmo com o crescimento exponencial das unidades prisionais, e conseqüentemente, o aumento da capacidade de encarcerados, o Brasil não só prende muito, como prende sem condições estruturais e sociais de fazê-lo.

Antes de apresentar o interesse em analisar uma penitenciária de uma cidade média do interior paulista (Araraquara), é válido reforçar a situação do estado de São Paulo, que dentro da sua grandiosidade econômica, tem sido também um estado de prisão, tornando as cidades do seu interior em municípios que vivem entre muros do cárcere. Considera-se também, que nos últimos anos, confundiu-se justiça com aprisionamento humano. Basta olhar os índices notificados em grande parte das mídias e relatórios, os quais afirmam que ao menos 40% dos que estão encarcerados, sequer foram julgados.

Para justificar a pulverização e construção massiva de unidades prisionais, utilizou-se a prerrogativa de controle político e viés humanitário, respectivamente: monitorar e coibir o agrupamento de facções criminosas, e garantir a proximidade do interno com sua família. Porém, os resultados apresentados demonstram o contrário, pois primeiramente, é impossível controlar a formação de poderes paralelos que competem com o Estado dentro dos presídios – não se controla a sociabilidade em um espaço de reclusão. Como é visto constantemente na mídia, as penitenciárias são barris de pólvora, estão sempre a ponto de explodirem, tanto pela superpopulação, quanto pelas reivindicações de facções criminosas.

Paralelamente, as construções e inaugurações são constantes e cada vez mais espalhadas, pois se apoiam na LEP para amparar a lógica ‘humanitária’ de que quanto mais ‘opções’ de unidades prisionais, maior a chance de o condenado ficar próximo de sua família. A justificativa para esse último caso se mostra falha, pois quando analisa-se quantitativamente, por exemplo, o número de indivíduos condenados da Grande São Paulo (e região de Campinas). Deveriam permanecer nessa região, mas são alocados, em maioria na região Oeste do estado: observa-se direção oposta do seu lugar de julgamento e, portanto, do

local de origem, forçando um deslocamento e gastos mais elevados para as famílias nos dias de visita.

A constante atualização do cenário dos presídios nos mostra que nos próximos anos, as cidades do interior continuarão recebendo em proporção exponencial, espaços de cumprimento de pena em seu território. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) paulista retifica constantemente em seu site o mapa prisional, pois a velocidade entre construção e inauguração é bastante acelerada. Observando os dois últimos anos, entre 2015 e 2017, já foram inaugurados dezenove espaços prisionais e, ao que tudo indica no site, há quinze novas unidades sendo construídas.

AS UNIDADES

Atualmente, segundo os dados da SAP, o interior do estado conta com 168 unidades prisionais, divididas em cinco secretarias (e cinco regiões):

A **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo** possui em área administrativa oito Penitenciárias, dezessete Centros de Detenção Provisória (CDP), três Centros de Progressão Penitenciária (CPP) e dois Hospitais Prisionais de Saúde. No total, são 28 unidades prisionais.

FIGURA 4: Mapa das unidades prisionais região metropolitana de São Paulo



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

A **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral** é composta por oito penitenciárias, sete CDP, dois CPP, um Centro de Ressocialização (CR) e um hospital prisional de saúde. Destaca-se pelo Complexo Prisional de Tremembé e seu regime de segurança máxima, recebe também os maiores criminosos de repercussão midiática. Ao todo, essa

região possui 18 unidades prisionais.

FIGURA 5: Mapa das unidades prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

A **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central** é responsável por 18 penitenciárias, sete CDP, três CPP e dez CR, totalizando 38 unidades prisionais.

FIGURA 6: Mapa das Unidades Prisionais da Região Central



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

A **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste** abrange 24 penitenciárias, sete CDP, quatro CPP e sete CR: ao todo são 42 unidades prisionais. Araraquara insere-se nessa divisão geográfico-administrativa.

FIGURA 7: Mapa das Unidades Prisionais do Noroeste



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

A **Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste**, a quinta e última região, responsabiliza-se por 27 penitenciárias, quatro CDP, três CPP, quatro CR e uma unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Somam-se nessa região 39 unidades prisionais.

FIGURA 8: Mapa das Unidades Prisionais da Região Oeste

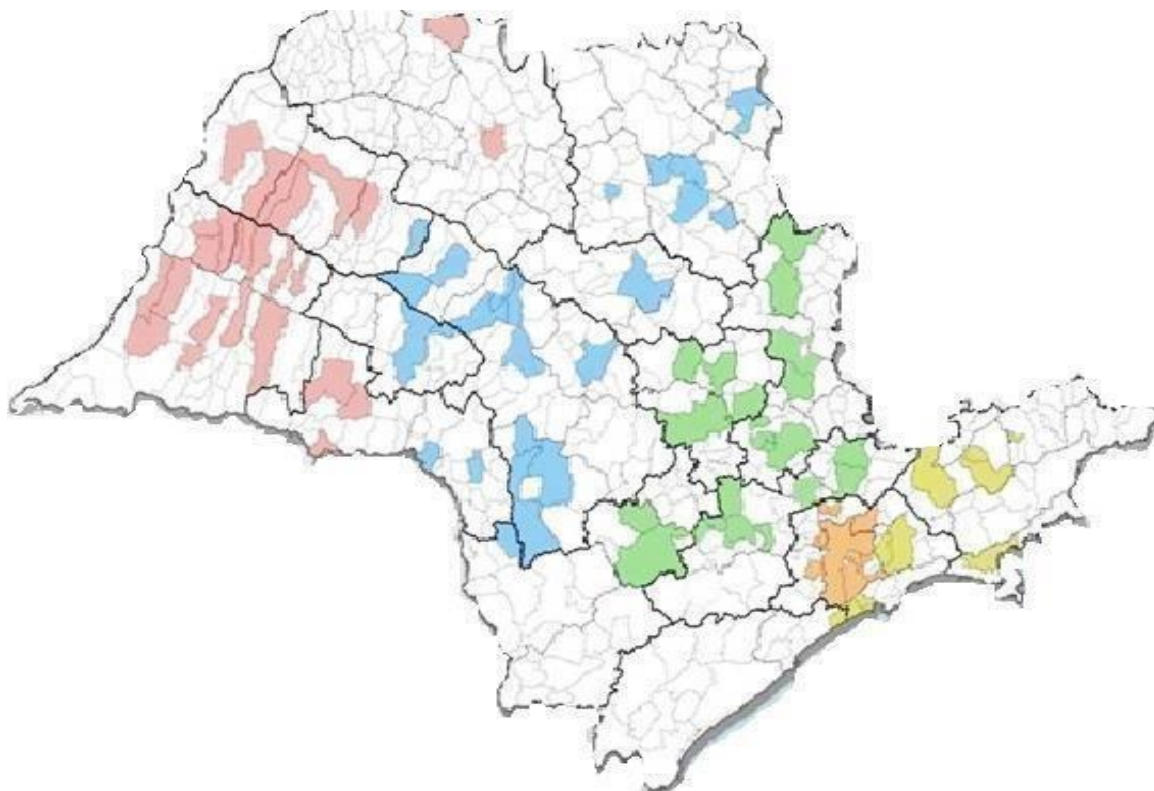


Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

Diante dessa apresentação e análise quantitativa referente às instalações prisionais, constata-se que a última região dominada pelas unidades, a região Oeste, possui o maior número de penitenciárias, 27 no total, e coincidentemente – ou não – as instalações estão em cidades de pequeno porte (físico e econômico), tais como: Presidente Venceslau (esta possui destaque pelos casos polêmicos divulgados na mídia, a maioria de extrema violência), Irapuru, Pacaembu e Flórida Paulista.

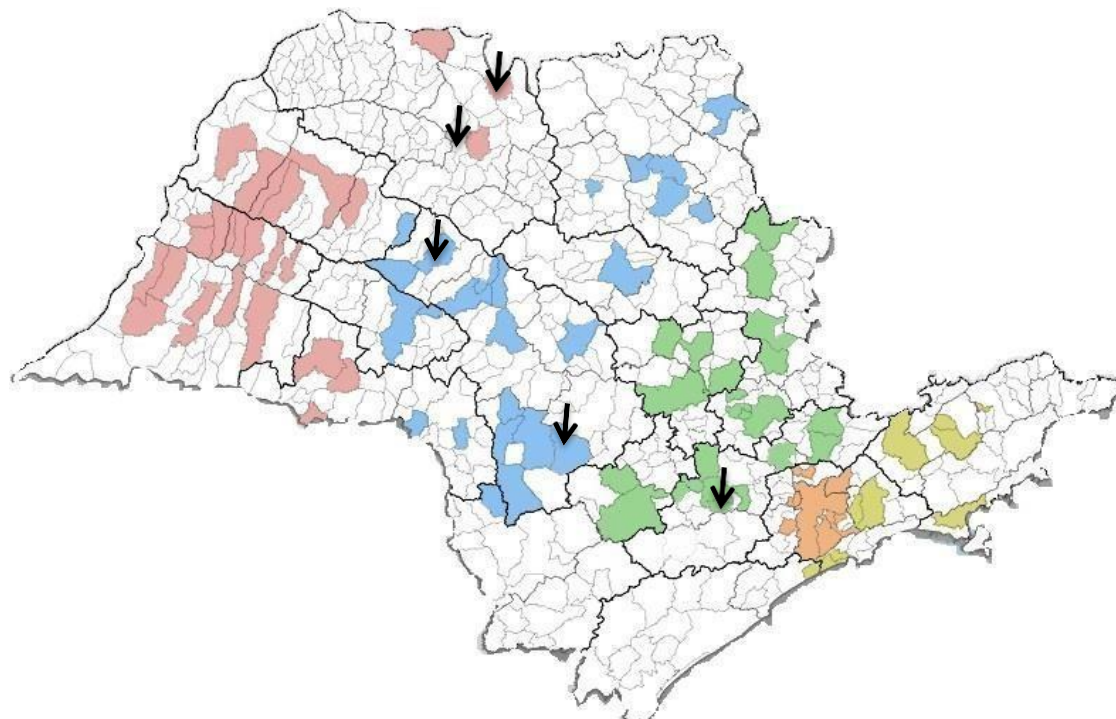
Para que sejam ainda mais palpáveis tais constatações, é importante que se exponha o “Mapa das Unidades Prisionais” espalhadas e pulverizadas pelo interior paulista, e para fins comparativos, primeiro o mapa do ano de 2015 e depois o de 2017:

Figura 9 – Mapas das unidades prisionais: 163 espaços do cárcere (2015)



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

Figura 10 - Mapa das unidades prisionais: 168 espaços de cárcere e demarcação das novas unidades (2017)



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

O que ficou posto é que para além das apresentações quantitativas desse fenômeno, como esses espaços prisionais transformam o espaço onde são construídos? Ou como pensar essa estrutura física sob um aspecto qualitativo que avança para ‘além- muros’? Nesse sentido, através dos dados quantitativos, escolheu-se investigar a perspectiva da percepção humana que decorre desse processo. Isto é, de que forma a concretude dos muros prisionais (a estrutura como um todo) pode influenciar subjetiva e objetivamente no bairro em que estão instalados, repercutindo na vida e na relação social dos moradores que são vizinhos desses espaços do cárcere. Além disso, será discutido o processo de compartilhamento entre aqueles que estão cumprindo pena e têm sua localização geográfica determinada pelo Estado, e aqueles que escolheram livremente o mesmo espaço para construir uma casa e viver sua vida privada.

É importante ressaltar que a escolha da temática prisional não ficará delimitada às políticas prisionais, mas nesta pesquisa, a figura da cidade, o planejamento urbano e a urbanização serão pano de fundo para compreender os impactos oriundos do presídio araraquarense. Fica evidente a familiaridade com o espaço urbano, e isso significa também realçar a dificuldade enfrentada com a proximidade que temos da vida na cidade, pois é nesse meio que grande parte da existência e das relações sociais ocorre, desde o início até o final da vida. Portanto, a dificuldade para além das mazelas do universo prisional, se dará no distanciamento do objeto, afastando a familiaridade da cidade. A pesquisa urbana é um processo cíclico e constante de “identificar, aproximar e estranhar” (FRÚGOLI, 2001).

3.3 APRESENTAÇÃO DO OBJETO: o que será investigado

Diante do que já foi apresentado previamente nas seções anteriores, este trabalho está focado em discorrer sobre como e qual a principal relação de impactos “além-muros” se estabeleceu entre o espaço da Penitenciária de Araraquara e o bairro Jardim Pinheiros, onde está localizada. Os referenciais utilizados nas escolhas de metodologias de planejamento urbano e definição de território, somados à busca de informações por meio do diálogo com atores que fazem parte dessa cosmologia apontada na pesquisa de campo, deverão ser indicativos suficientes para identificarmos como todas essas esferas colaboram

para apontar como ocorrem os impactos socioterritoriais que ultrapassam as barreiras físicas dos muros e operam na rotina do bairro.

O interesse nessa temática do universo do crime é amplamente problematizado nas ciências sociais como um todo, mas notou-se que a questão da cidade – o lugar onde atualmente vive em média 54% da população mundial segundo um relatório divulgado pela ONU – ainda ficava somente como um pano de fundo em torno das diversas esferas que compõem as questões de segurança pública. Assim sendo, decidiu-se analisar paralelamente como a estruturação do espaço urbano (delimitado em um bairro) e do cárcere (circunscrito em uma penitenciária) interagem diretamente, mas normalmente não são postos como esferas relevantes em processos decisórios de configuração de políticas públicas. Além disso, é preciso ressaltar que a política penal/carcerária no Brasil, são postos em evidência somente em momentos de tensão através da mídia, o que possibilita que a mesma continue sendo tratada somente com ações emergenciais.

Desde o início, o trabalho tinha como princípio acessar o campo para que a pesquisa pudesse extrair, mapear e discutir a capacidade de alcance dos muros da penitenciária no bairro em que está localizada. É importante ressaltar que para que a captação do universo prisional fosse dimensionada, o campo teve papel primordial, pois por meio dele compreendeu-se como o presídio era capaz de afetar as estruturas sociais e físicas do bairro. O papel geográfico foi essencial para a delimitação dos espaços do bairro a serem abordados, tanto por meio da utilização de mapas quanto da teoria como instrumento metodológico. Na figura 9 aparece a Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira, localizada no bairro Jardim Pinheiros, na cidade de Araraquara. A imagem a seguir tem o intuito de ilustrar a localização da penitenciária em relação ao bairro: a rotatória é a entrada do presídio e a linha vermelha mostra o começo do bairro Jardim Pinheiros, que é exatamente em frente a esse espaço prisional.

Figura 11 – Visão aérea da Penitenciária de Araraquara



Fonte: Google Earth

Para analisar os impactos das escolhas de segurança pública e planejamento urbano, há três principais eixos de abordagem no trabalho: o primeiro articulou-se na crítica dos moldes de segurança pública e política penal escolhidos para o Brasil (neste caso, focado no estado de São Paulo), que se arrastam desde a década de 1990 e que se desdobrarão em uma política de encarceramento massivo. O segundo eixo desenvolve-se em conexão com o primeiro, pois foi a disseminação de uma política de hiperencarceramento (SINHORETTO, 2017) que impôs a esses parâmetros da segurança pública o investimento e a necessidade de construir presídios num ritmo exponencial. Tais construções, por diversas condições (inclusive geográfica-territorial) foram gradualmente transferidas para todo o interior do estado. Portanto, inseriu-se o debate de escolhas de planejamento das cidades e os “micro” impactos delimitados, neste caso, à escala de um bairro. Vale ressaltar que atualmente, o estado de São Paulo não só é um dos principais estados que prendem compulsoriamente e, portanto, abrigam grande parte dos presídios brasileiros, mas fazem parte de um complexo mapa prisional e de um processo que surgiu diante da alocação territorial de um condenado definida pelo crime cometido,

denominada geografia penal¹⁷.

No terceiro e último eixo, é por uma pesquisa de campo na cidade de Araraquara, no bairro onde está instalado o presídio (considerado modelo no estado de São Paulo), que irá se mensurar como essa política penal e de segurança pública afeta a cidade e a rotina das pessoas do lado de fora dos presídios. Assim como já mencionado anteriormente, falar da Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Salgado”, no que toca a dimensão física, territorial e simbólica (BOURDIEU, 1989) do impacto dessa estrutura física, não se deve ignorar o papel da cidade e de acordos políticos que definiram não somente o lugar onde seria instalado, mas também a esfera do planejamento urbano do município, o entrelaçamento estatal com a estrutura prisional. Ressalta-se a importância que deve ser dada às construções físicas nos espaços urbanos, pois elas impactam e reordenam dinâmicas territoriais. Logo, baseando-se nessa premissa, a penitenciária de Araraquara condenou um bairro para viver entre muros.

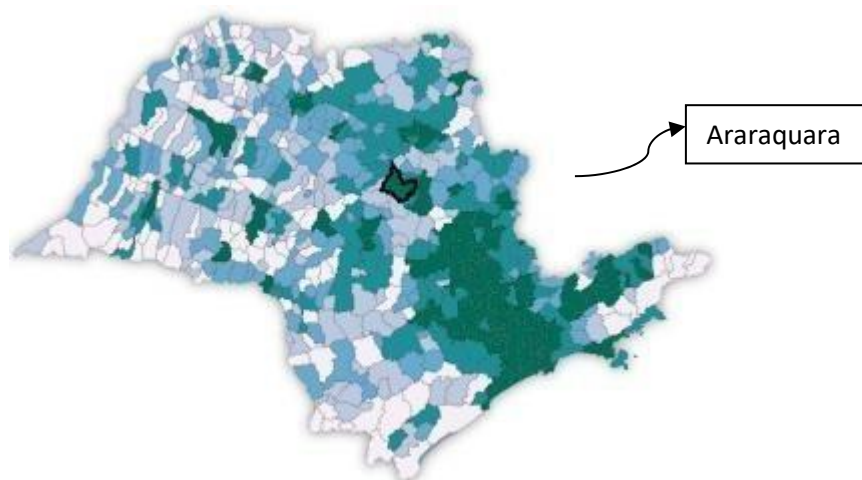
3.4 ARARAQUARA E OS MUROS DO CÁRCERE: panorama geral e implementação

Araraquara foi fundada como cidade em 22 de agosto de 1832. Está localizada a 270 km da capital paulista e situa-se em uma posição central do estado de São Paulo, o que facilitou seu desenvolvimento econômico com a chegada da ferrovia por volta de 1895. Segundo a Fundação Seade, a cidade possui uma população de 222.791 habitantes, tem um grau de urbanização em torno de 97%, sendo considerada de porte médio. Ainda a fim de caracterizar o lugar, Araraquara possui o desenvolvimento municipal considerado um dos mais altos do país, e segundo o FIRJAN (Índice de Desenvolvimento Municipal), a

¹⁷ A geografia penal foi definindo-se, para alguns autores, no momento em que se observa a transição da “Casa de Detenção de São Paulo” (1920-1940) ao “Complexo Carandiru”. A denominação ocorre primeiramente porque o local da pena de um condenado lhe é designada, a partir da qualificação da natureza do crime. Isso significa que, em uma metrópole (ocupada nas áreas centrais e nobres, por uma sociedade reacionária e cosmopolita) não se poderia evidenciar as unidades prisionais e a formação de complexos; estes não deveriam – nem poderiam – ficar expostos aos olhos da elite paulistana. Portanto, procurou-se um local em que pudesse ser acessado por transporte público, para que as famílias dos condenados pudessem visitá-los nos períodos legítimos (considerando a condição social da maioria dos detentos), mas fosse primordialmente afastado; concentrando toda a mazela social distante daqueles que não queriam “ver” e nem ser “incomodados” pela realidade.

cidade encontra-se na 11ª posição em relação ao país e na 9ª em relação ao estado (2015). As variáveis consideradas nessa pesquisa vão desde renda, saúde, educação até investimento econômico na região.

Figura 12: Araraquara entre os 645 municípios paulistas



Fonte: Fundação Seade

O município de Araraquara – atualmente em uma posição significativa em relação ao estado – só pensou em formar um grupo de discussão para estruturar um plano diretor em 1963, mas demorou em média 14 anos para que de fato fosse instituído e aprovado para então a cidade seguir um modelo urbanístico e se atrelasse a um planejamento urbano com delimitações e regras de zoneamento (TOLEDO, 2013):

A análise desse processo de elaboração (eclosão) e implementação (execução) do primeiro Plano Diretor de Araraquara evidencia uma série de conflitos. Os longos anos de debate (cerca de 14 anos, de 1963 até o ano de 1977) e a quantidade de Comissões formadas para avaliação do Plano são prova disso. O Plano Diretor analisado nesse período de 1963-1977, em seu Artigo 2º, é apresentado como o conjunto de leis que servem como diretriz para todos os programas de obras e serviços relacionados com o desenvolvimento e a ordenação territorial da cidade (TOLEDO, p. 121, 2013).

Ainda que tenham sido 14 anos de discussões, Araraquara já indica seu caráter inovador, já que o plano diretor ainda não era obrigatório nessa época. Para caracterizar o processo de planejamento urbano da cidade, é preciso

ressaltar que Araraquara passou a ser mais urbana que rural também na década de 1970, pois é também nesse período de dez anos que a cidade começa a se destacar pelos empreendimentos e serviços urbanos além daqueles advindos da malha ferroviária (café), e recebe em seu território indústrias e investimentos imobiliários.

O desenvolvimento do Plano Diretor de Araraquara (1963) e o seu processo de incorporação nas estruturas administrativas municipais durante o período de 1963-1977, foi fundamental para o virtuoso ciclo de desenvolvimento econômico pelo qual a cidade passou. Temos claro qual foi o suporte para o desenvolvimento do município na década de 70: fixação da produção de laranja, o aumento da produção de cana-de-açúcar com o Pró-Álcool em 1975, a diversificada produção industrial, com a instalação de indústrias ligadas à fabricação de máquinas e implementos agrícolas e de empresas produtoras de equipamentos hidráulicos (TOLEDO, p. 125, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a inauguração da penitenciária de Araraquara ocorreu no ano de 1977, no dia 22 de agosto, data comemorativa do aniversário da cidade. A similaridade das datas não foi ao acaso, pois diante do que foi encontrado e percebido em campo, a Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira” era considerada um investimento para o município e região. Este dado será apresentado por meio das poucas divulgações que foram encontradas em jornais da época: , O Imparcial, que existe desde 1931. Na reportagem de 1976, encontrada em uma edição comemorativa que ocorria todo mês de agosto, era feito um balanço geral dos grandes acontecimentos da cidade e das obras que estavam chegando ao território. Nesta edição, havia uma matéria abordava a construção da penitenciária, e pela forma que espaço carcerário estava sendo divulgado no jornal, deduziu-se que a construção era um grande investimento econômico para a cidade (vide figura 11):

A construtora civil e industrial S.A ‘CONCISA’, vem partilhar da felicidade de aniversário de Araraquara, entregando a PENITENCIÁRIA REGIONAL notável e espetacular realidade da mais moderna técnica carcerária em todo o mundo, o que por certo fará reverter para essa cidade as atenções de todo o sistema Judiciário Internacional ávidos por saber os resultados que serão obtidos após sua Implementação (O Imparcial, 1976).

Ainda a respeito do período da construção da penitenciária, na pesquisa de Cusitano (1982, p. 20), voltada para o espaço arquitetônico do presídio, encontrou-se a seguinte passagem:

A penitenciária de Araraquara tem por objetivo, segundo os arquitetos, conciliar segurança máxima e condições de recuperação do preso. A segurança máxima implica, além do forte sistema de segurança, a circulação intramuros. É um esquema de presídio para funcionar entre as muralhas. Para proporcionar recuperação do preso ela tem espaço para trabalho, salas de aula, lazer coletivo, descanso noturno individual. Conforme a solicitação aos arquitetos[...] o objetivo central, porém, é sempre oferecer dentro do sistema carcerário, o melhor para os reeducandos.

Figura 13 – Matéria do jornal acerca da construção da penitenciária



VISTA AEREA PENITENCIARIA REGIONAL DE ARARAQUARA

A CONSTRUTORA CIVIL E INDUSTRIAL S.A. "CONCISA", vem partilhar das festividades de aniversário de Araraquara, entregando a a PENITENCIARIA REGIONAL, notável e espetacular realidade da mais moderna técnica carcerária em todo o mundo, e que por certo fará reverter para esta cidade, as atenções de todo o sistema Judiciário Internacional. Évido por saber dos resultados que serão obtidos após sua implantação

<p>GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO</p> <p>Paulo Egydio Martins Governador do Estado</p> <p>Manoel Pedro Pimentel Secretário da Justiça</p> <p>Francisco Henrique Fernando de Barros Secretário de Obras e do Meio Ambiente</p> <p>Lanine Marques Junqueira Rocha Superintendente do Departamento de Edificações e Obras Públicas</p> <p>Divaldo A. Sampaio Diretor Geral do Depart. dos Institutos Penais</p>	<p>CONSTRUTORA CIVIL E INDUSTRIAL S A "CONCISA"</p> <p>Chrysogono Rosa da Cruz Diretor Presidente</p> <p>Clovis Rosa da Cruz Diretor Superintendente</p> <p>Bento Ary A. Bellentani Diretor Técnico</p> <p>Simpliciano Ribeiro Diretor Financeiro</p> <p>Arnaldo Afonso de Souza Diretor Administrativo</p>
--	---

PENITENCIARIA REGIONAL DE ARARAQUARA
MAIS UMA OBRA "CONCISA"



Eng. o Residente-Responsável
Dr. João Alberto de Oliveira Bueno
Sr. Orlando Marques
Encarregado Geral

REVISTA O IMPARCIAL

ARARAQUARA

Fonte: Revista O Imparcial, 1976.

É importante ressaltar que em outra reportagem encontrada também no Jornal O Imparcial, a cidade de Araraquara havia iniciado um processo de debates por meio de promoção de fóruns. Isso ocorreu pela estruturação do plano diretor e investimentos que a cidade tinha começado a receber de indústrias. É ainda mais notório que o promotor tanto desses eventos de debates quanto participante crucial para a elaboração do plano diretor foi o Rotary Club, que, conforme encontrado na página institucional na internet, se define como: “uma associação de líderes de negócios e profissionais [...]”. De modo ainda mais latente, esses associados da época faziam parte dos nomes percussores do processo de “modernização” e “urbanização” no sentido paisagístico e estrutural de Araraquara, pois os membros eram homens pertencentes ao poder executivo municipal da época. A respeito do mesmo clube e sua participação na elaboração e debates acerca do plano diretor, Toledo assevera:

O histórico de Araraquara desde o início do século XX demonstra que a necessidade de planejar urbanisticamente a cidade, dado os desafios impostos ao combate a epidemias como a da febre amarela, criara massa crítica suficiente para que a Associação de Engenharia e o Rotary Club capitaneassem os debates a respeito de instrumentos eficazes para ordenar a ocupação e o uso do solo. Há, portanto, uma centralização dos debates sobre o planejamento da cidade na Associação de Engenharia e no Rotary Club que nortearam a Prefeitura Municipal no processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara (p. 19, 2013).

Assim sendo, o Rotary Club promove também debates para a população, com o intuito de que fosse evidente a preocupação em tratar dos “problemas penitenciários” antes mesmo da inauguração do presídio. A promoção desse evento pode ser lida como uma tentativa de obter “apoio” da população, ou até mesmo como um ‘vislumbre’ democrático sobre as decisões centralizadas dos tipos de investimento do município, conforme a imagem abaixo:

Figura 14 – Matéria de jornal sobre a penitenciária



Fonte: Jornal O Imparcial

A descoberta do interesse em obter apoio da população para inaugurar a penitenciária, emergiu em um momento da pesquisa de campo, quando dois agentes da penitenciária foram entrevistados. Esses dois atores que pertencem duplamente àquele espaço desde sua inauguração (moradores e empregados do espaço prisional) citaram que a vinda da penitenciária para o bairro Jardim Pinheiros foi responsável por impulsionar o processo de urbanização do espaço e, além disso, foi agente promotora de empregos e atração de pessoas vindas da região para trabalhar e viver nesse empreendimento urbano. Segundo os agentes, o salário oferecido na época era extremamente alto. Isso indica que o acordo feito para trazer essa estrutura para a cidade, seria capaz de promover uma recompensa para o município e para a população, seja pelo aumento da oferta de empregos ou por um repasse estatal para investir em equipamentos urbanos e melhorias (neste caso, a estruturação de um bairro), que foi o que ocorreu no Jardim Pinheiros.

É válido salientar que, segundo o que foi descoberto sobre os primeiros passos do plano diretor araraquarense, o processo de zoneamento urbano e organização do espaço tinham como foco dividir a cidade em três zonas: urbana, rural e de expansão urbana (TOLEDO, 2013). Além disso, tinha-se como

intenção estruturar bairros (zoneamento de vizinhança) para até 10 mil moradores, ou seja, um processo de setorização, de acordo com os urbanistas clássicos, que tinham como foco adaptar os setores tal como as superquadras de Brasília, em que aqueles deveriam ser urbanizados o suficiente para serem autossustentáveis, com espaços de saúde, educação e lazer em cada setor. De acordo com o que foi dito, o bairro Jardim Pinheiros cresceu e urbanizou-se paralelamente à construção do presídio, cabendo questionar até que ponto o direcionamento dessa unidade prisional de grande porte determinou suas características estruturais e sociais. Diante das leituras apresentadas anteriormente, observamos que esse bairro permaneceu periférico tanto pela sua distância física do centro quanto pelo tipo de ‘empreendimento’ direcionado ao bairro, ou seja, um bairro entre muros prisionais e todas as mazelas que isso representa.

O capítulo da pesquisa de campo será mais explicativo sobre como identificamos os impactos pela fala de moradores instalados no bairro desde a chegada da penitenciária. Mas já cabe salientar que uma característica que facilitou a instalação dessa penitenciária foi a propagação do conceito de “prisão modelo”, pois aparentemente, receber esse espaço diferenciado, seria algo positivo dentro dessa perspectiva de cárcere e empreendimento. O que se sabe a respeito da caracterização interna desse espaço é que, além de o tamanho físico ser bastante considerável, antes da segunda inauguração, havia uma cela para cada condenado e em cada uma delas, vidros no lugar de grades nas janelas. Segundo Silva (2001), os arquitetos tinham a intenção de tornar o espaço mais humano e menos tenso. O espaço de trabalho também possibilitava que metade dessa população pudesse exercer atividade laboral durante o dia, enquanto a outra metade podia continuar seu processo de reinserção social no espaço escolar dentro do cárcere, tal como mostra o excerto abaixo:

Suas características são de uma penitenciária urbana de segurança máxima, em regime fechado[...] é considerada prisão modelo por sua arquitetura e inovações, no que diz respeito às acomodações, atividades de laborterapia e de reeducação dos sentenciados. Segundo as autoridades locais, entre seus objetivos estão não só a ressocialização de sentenciados, mas também a contribuição desta na superação de problemas relacionados ao Sistema Penitenciário Brasileiro (SILVA, p. 88, 2001).

Ainda sobre a caracterização social e estrutural dada a essa estrutura penitenciária, tida como “modelo”, questionou-se o motivo desse título ao Comandante Humberto Figueiredo, que possui uma carreira amplamente consolidada na polícia militar e na Escola Superior de formação de soldados. O comandante possui contato contínuo com o universo prisional, e inclusive atuou na penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira. Por meio de um e-mail, explicou o porquê desse espaço prisional carregar essa intitulação:

Em primeiro lugar é preciso contextualizar que a adjetivação se deu em um outro momento da história (final da década de 1970), sendo certo que nos dias atuais, até em função das modificações estruturais, acréscimos de regimes de cumprimento de pena e aumento exponencial da população carcerária, hoje o adjetivo "modelo" não cabe mais à penitenciária. Mas, quando foi construída e nos anos seguintes, penso que a designação foi dada em função do elevado grau de segurança que a unidade prisional tinha em comparação com as demais existentes. A própria localização geográfica da Penitenciária, em ambiente urbano, de fácil acesso, próximo de outros serviços públicos. Além disso, no início a unidade previa população carcerária limitada, salvo engano apenas 2 presos por celas de 8 m², realidade que não se vivencia mais. A penitenciária de Araraquara oferecia aos presos todo aparato de serviços públicos (na área médica, lazer, esportes, convivência, educação, religião, etc.), além de oferecer a oportunidade de trabalho nas oficinas, o que permitia a remissão da pena (redução de um dia de pena para cada 3 trabalhados. Pelas razões expostas é que imagino que tenha sido considerada como penitenciária modelo (FIGUEIREDO, 2017).

Evidentemente, uma construção arquitetônica de grande porte sempre traz impactos, por isso, essa construção e instalação carcerária repleta de “inovações” físicas e sociais determinou o tipo de espaço e de habitantes que o bairro acolheria. É importante dizer que a penitenciária atualmente, segundo o agente penitenciário¹⁸, atende um “contingencial” criminal das cidades da região, tal como São Carlos, Ibitinga, Américo Brasiliense, Rincão, Matão e Santa Lúcia. Essas cidades são consideradas de pequeno porte – exceto São Carlos – e vizinhas de Araraquara, já que segundo a LEP e o grau de humanização prisional postulado, o detendo deve estar o mais próximo possível

¹⁸ Foi acordado durante a entrevista, que não haveria perguntas fechadas ou a necessidade de responder um questionário pré-elaborado. Os dois agentes penitenciários em questão são responsáveis por grande parte das funções administrativas, pois trabalham na penitenciária desde sua inauguração. Além disso, foi requisitado que a conversa fosse informal e que eu mantivesse o anonimato dos interlocutores.

de sua família para facilitar o processo de reabilitação social, assim como as visitas dos parentes aos finais de semana. Porém, esse espaço prisional não esteve “povoado” somente por criminosos das cidades vizinhas. O município de Araraquara foi destaque nos noticiários em razão da penitenciária que recebeu criminosos de maior visibilidade, não pela antiga característica que lhe foi dada (“modelo”), mas pelos momentos de tensão que fez parte nos últimos anos, assim como todos os espaços carcerários paulistas que compõem uma rede de prisões.

3.0 A PENITENCIÁRIA NA MÍDIA NACIONAL

Por meio de escassos arquivos documentais encontrados sobre o processo de implementação da penitenciária na cidade de Araraquara, foram observados aspectos da estrutura física-arquitetônica que passou por modificações, e evidentemente, ampliações voltadas para receber um contingencial maior de sentenciados. Cusinato (1982), ao investigar e ressaltar a estrutura arquitetônica da penitenciária de Araraquara, menciona que na inauguração em agosto de 1977, o total de presos era somente dez. Em janeiro de 1978, a penitenciária já contava com 50 internos, e em 1980 já possuía 400 presos. Segundo os dados da SAP deste ano, e somando a penitenciária ao espaço anexo de detenção provisória para aqueles que aguardam julgamento, há 1.994 presos, excedendo em 437 o seu limite.

É lógico que, diante da prática do encarceramento massivo e da construção desenfreada de novos espaços carcerários, a penitenciária passou por reformas, mas a principal delas foi após a rebelião de 2006 que se iniciou no município de Araraquara e acabou desencadeando no resto do estado. Esse momento de tensão reverberou nas mídias do país inteiro e a penitenciária teve novamente um momento de visibilidade após a foto de um fotógrafo araraquarense, que saiu em noticiários de ampla circulação (vide figura 12) e denunciou o excesso de presos nessa unidade. Durante as entrevistas de campo, será exposto como os moradores sentiram esse momento e esse avanço da rotina do cárcere, no bairro Jardim Pinheiros.

Figura 15 – Vista aérea da rebelião de 2006



Fonte: Acervo pessoal - Fotógrafo Mastrangelo Rei

A penitenciária de Araraquara não esteve em destaque somente no ano de 2006, mas também em diversos outros períodos. Dias (2013)¹⁹, em sua análise sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC) – assunto intrinsecamente vinculado ao meio prisional– relatou que a instabilidade dos presídios no estado de São Paulo e até mesmo no país está essencialmente ligada a esse poder e essa sociedade paralela que se formou dentro dos espaços prisionais, disseminados ideologicamente enquanto os presídios foram espalhando-se por todo o estado. No que diz respeito à Araraquara, havia uma relação com o PCC, interna e externa, representada por resgates de presos, rebeliões e assassinatos. Dias (2013) relata em seu trabalho os trechos encontrados investigando em jornais:

16 ago.1999, Penitenciária de Araraquara: Um grupo de pelo menos cinco pessoas resgatou dez presos da penitenciária de Araraquara[...] Durante a fuga, em um período de oito horas os detentos roubaram oito carros, sequestraram um ônibus de boias-frias e usaram até uma lancha. No total, fizeram 20 reféns no trajeto entre Araraquara e Cajamar, perto de São Paulo[...] ‘ A ação foi perfeita. Os detentos já sabiam o que tinham que fazer no momento do resgate’, declarou o diretor da unidade, Leandro Pereira. O grupo chegou à penitenciária às 13:50, no horário de visitas, em quatro carros[...]

29 jan. 2001, Penitenciária de Araraquara: O secretário da

¹⁹ Ver trabalho de Camila Caldeira Nunes Dias, “PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência”.

Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa, afastou [...] o diretor do presídio de Araraquara, Leandro Pereira, e o interino Ocimas Eiras, após a libertação de cinco presos no último domingo.[...] Pereira autorizou a libertação de cinco presos da penitenciária após ter sua família seqüestrada por uma quadrilha[...] Furukawa desaprovou a atitude de Pereira e disse que não negociará a libertação de presos caso se repita a cena do final de semana e Araraquara

5 mar. 2001, Penitenciária de Araraquara: Os detentos iniciaram uma rebelião por volta das 18:30, exigindo melhores condições dentro da unidade prisional e a transferência de um preso de Araraquara para uma penitenciária de São Paulo. Parte dos detentos rebeldes pertence ao PCC[...], facção criminosa que organizou a megarebelião do dia 18 de fevereiro. O pavilhão B abriga alguns dos líderes da megarebelião.

17 mar. 2001, Penitenciária de Araraquara: A disputa pela liderança entre facções criminosas – PCC (Primeiro Comando da Capital) e CDL (Comissão Democrática de Liberdade) – terminou com a morte do detento José Ferreira dos Santos.

29 abr. 2005, Penitenciária de Araraquara: O banho de sangue continuou ontem com as mortes a golpes de estilete de Marcelo Amorim Cardoso e Alex Costa Matiusse, presos na Penitenciária de Araraquara. Eles teriam denunciado a existência de armas na marcenaria. Uma busca na última segunda-feira achou quatro armas, drogas e nove celulares. As armas seriam usadas em um plano de fuga que seria liderado por Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, o número 1 do PCC, e Júlio Cesas de Moraes, o Julinho Carambola, também da cúpula da facção. Os dois estavam em Araraquara desde o ano passado[...] (p. 151-198).

Por meio desses relatos encontrados sobre a unidade prisional de Araraquara, constatou-se que esse objeto físico e social possui elementos de impacto na cidade como um todo, além de estar em uma posição de destaque na esfera estadual dos presídios e por consequência reflete, em sincronia com outras unidades, os problemas de segurança pública, principalmente em momentos de crise. Ainda é válido salientar que espaços prisionais reproduzem de forma mais latente os problemas urbanos, isto é, ao mesmo tempo em que a Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira isola os de dentro para não ter contato com os de fora, ela também isola os que estão fora desse espaço em “lugares” periféricos pela dinâmica do presídio que é imposta ao bairro, principalmente nos dias de visita. E são essas impressões e relatos que serão expostos na próxima seção.

SEÇÃO III - A ENTRADA NO CAMPO E A CARACTERIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO OBJETO

4 OS DESAFIOS

Trabalhar no ambiente urbano significa primeiramente apreender a maior quantidade possível de conexões macro e micro entre o que já se sabe e o que se pretende descobrir, manter um olhar aberto a todas as particularidades locais e ser capaz de elaborar, no momento da escrita, algo que contemple, de modo científico e racional, as complexidades humanas e sociais presentes no objeto estudado. Esse processo de olhar para o campo como a primeira etapa da pesquisa empírica, já é resultado intrínseco de todo o aporte teórico previamente absorvido isto é, um olhar ‘sensibilizado por toda teoria disponível’, ou ainda, segundo Oliveira:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico [...] funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem (p. 15, 1996).

Para expor mais um “complicador” relativo à pesquisa de campo no meio urbano, somado ao ambiente prisional, este, pelo simples fato de existir, conta com estigmas e acaba cercado de informações ocultas ou simplesmente seus atores estão sempre receosos e por isso, são esquivos. Averiguar duas estruturas de trabalho complexas como a cidade e a prisão requer um esforço maior em relação à dupla análise: presídio e vizinhança que partilham de uma mesma estrutura urbana. Por esse motivo é importante ressaltar que observar um espaço físico é compreendê-lo como o “espelho de uma estrutura social” (VELHO, 2011). Para facilitar a visualização e demonstrar o limite de investigação desse trabalho, apresentaremos um mapeamento e delimitação física do espaço ocupado pela penitenciária e quais eixos focais fomos capazes de investigar. É importante destacar a contribuição dos conceitos e tipos de

análises de campo da antropologia urbana, expostos a seguir, quando nos ateremos à metodologia do trabalho de campo, assim como a intersecção constante com conceitos geográficos e políticos, sem deixar de contextualizar toda a estrutura social ali presente no momento da análise.

Essa pesquisa, necessariamente para retratar os impactos da instalação da penitenciária no bairro Jardim Pinheiros, utilizará de análises quanti-qualitativas, pois se compreende que trabalhar com dados e expor mapas de localização da unidade, isto é, delimitar espaço através de instrumentos geográficos, é essencial. A atuação no campo através da perspectiva empírica de “olhar e ouvir” (OLIVEIRA, 1996) dentro do pedaço do outro (MAGNANI, 1984), dos habitantes do bairro somados àqueles que transitam e partilham do mesmo espaço, somente por causa da estrutura de poder prisional que ali fixou-se, a metodologia de análise conjuntural e qualitativa, é também imprescindível. Segundo Güher:

São características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos (p. 204, 2006).

Avaliamos que tanto para dissertar sobre um tema que compõe um universo racional e científico, quanto para contemplar as ciências humanas – neste caso, as ciências sociais – é impensável a separação dos saberes que constituem essa ciência como um todo, principalmente quando se espera ter uma perspectiva de estrutura e objeto tão complexos como esses. Quando lançamos mão dessa máxima, fica evidente que para uma pesquisa que se sustenta por meio da junção de várias perspectivas, não podem ser feitas meras divisões metodológicas e analíticas, como se uma área ou um método fosse mais relevante que outro (CARDOSO, 1997).

Desta forma, é importante afirmar que a pesquisa quantitativa e qualitativa não deve ser analisada como uma oposta da outra, mas sim como formas diversas e complementares de analisar e compreender a vida social, tanto que se fundiram diversas vezes neste trabalho.

Como nenhum pesquisador tem condições para produzir um

conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões. É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema. [...]A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular (GOLDENBERG, p. 62, 1997).

Considerando a envergadura da problemática, seguiu-se um caminho metodológico, articulando três eixos principais para as abordagens de campo: a) análise e busca histórica relativa à conjuntura que propiciou a instalação do presídio; b) percepção dos moradores considerando a questão dos estabelecidos e dos “*outsiders*”; e c) definição do espaço, por meio de delimitação física, expondo o que definiremos como “território” que está para além da muralha, mas ainda faz parte do espaço prisional. Portanto, a partir dessa definição, observamos quais os principais impactos desse universo carcerário.

O mapeamento e a observação contínua da dimensão física da estrutura prisional mostraram-se essenciais nesse processo, principalmente para ser capaz de articular as considerações teóricas somadas à fala e apontamento dos moradores e, como última parte do processo, interpretar o que foi apreendido da pesquisa de campo. Baseando-se em Oliveira (1996), há três momentos que compõem a pesquisa de campo: o olhar, o ouvir e o escrever. É preciso ressaltar que nenhum desses processos é independente, pois os três são continuamente partes fundamentais da execução da pesquisa.

Tanto Oliveira (1996) como Colette Pétonnet (2008) ressaltam a importância do contato visual, “o olhar”, o primeiro processo da pesquisa. Pétonnet com a metodologia de “observação flutuante” propõe que para extrair os impactos mais ou menos latentes, é necessário estar no campo e absorver os estímulos daquele espaço, ter um primeiro contato com os fenômenos do lugar significa olhar e permanecer “disponível” ao espaço. Segundo Oliveira (1996), a iniciação da pesquisa ocorre por um processo cognitivo de identificação da paisagem que constitui o objeto, com um olhar já está disciplinado por teorias de modo que extraímos e assimilamos do campo aquilo que julgamos produtivo para ser explicitado.

O segundo momento, o ouvir, não deve ser desvinculado do olhar, pois esses dois processos caminham juntos na etnografia – sem eles é impossível aplicar ou discutir a teoria na prática, ou significar o entrelaçamento entre o conceito e o objeto estudado. Para Oliveira:

Por isso, a obtenção de explicações, dada pelos próprios membros da comunidade investigada, permitiria se chegar àquilo que os antropólogos chamam de "modelo nativo", matéria-prima para o entendimento antropológico. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio da "entrevista". portanto, de um Ouvir todo especial. Mas, para isso, há de se saber Ouvir (p. 19, 1996).

Há tanto o que se considerar a respeito desse processo, tanto pelo viés antropológico e sociológico quanto pelo político. Ainda que o grupo de investigação proposto nesse trabalho não seja distante como grande parte das pesquisas antropológicas, em que há um conflito cultural e até linguístico, o ouvir dessa pesquisa precisou se distanciar da proximidade cosmológica da própria investigadora. Isto é, o bairro investigado é parte da cidade na qual a pesquisadora é conterrânea, portanto, é relativamente familiar à investigação. Por essa razão, diversas vezes foi necessário racionalizar e afastar algumas suposições do que foi problematizado. Afinal, o que foi notado no bairro era de fato um impacto ou somente um estranhamento já pré-construído e guiado pelos pré-estabelecidos da pesquisadora? Neste ponto, portanto, a pesquisa não percorreu a metodologia de “observação participante”. Essa opção foi um modo de manter o distanciamento que era algo tão problematizado em investigações da própria cidade.

Ruth Cardoso (1997) ressalta em suas obras a importância do papel do pesquisador nesse processo de interação com grupos populares ou em espaços de segregação – neste caso, periférico em Araraquara –, pois é de extrema relevância que se tente ao máximo captar, “fotografar”, compreender e através da escrita, retratar a realidade vivida. Sabemos que o foco dessa pesquisa não está circunscrito aos excluídos da vida social (presos), mas ao impacto que a estrutura penitenciária traz para os bairros. Esses bairros, por comportarem essa estrutura em seu espaço, são afastados das áreas nobres da cidade e têm o valor imobiliário diferenciado, assim como a dinâmica modificada em relação às áreas

centrais. Por isso, a função primordial do pesquisador na sua atuação de campo é tornar visíveis as situações rotineiras daquele espaço, é dar luz às dinâmicas que ainda estavam escondidas e que com a pesquisa é possível projetar à sociedade o papel da pesquisa em si.

Para chegar ao problema ou ao questionamento macro – foco do terceiro eixo desse trabalho –, é preciso presenciar o micro, a rotina. O processo de escrita, posto como parte conclusiva de todo o processo investigativo, é o momento solitário de “tradução” (ainda que bastante problematizado) de tudo que foi visto e ouvido, de tudo que foi feito no decorrer do tempo e de tudo que se concluiu ou do que ficou incerto. Segundo Oliveira:

Geertz parte da ideia de separar e, naturalmente, avaliar, duas etapas bem distintas na investigação empírica: a primeira, que ele procura qualificar como a do antropólogo "estando lá" (being there), isto é, vivendo a situação de estar no campo; e a segunda, que se seguiria àquela, corresponderia à experiência de viver, melhor dizendo, trabalhar "estando aqui" (being here)[...] é o Escrever "estando aqui", portanto fora da situação de campo que cumpre sua mais alta função cognitiva. Por quê? Devido ao fato de iniciamos propriamente gabinete o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados "estando lá". Já as condições de textualização, i.e., de trazer os fatos observados (vistos e ouvidos) para o plano do discurso, não deixam de ser muito particulares e exercem, por sua vez, um papel definitivo tanto no processo de comunicação interpares (i.e., no seio da comunidade profissional), quanto no de conhecimento propriamente dito (p. 22-23, 1996).

Os processos apresentados de como a pesquisa foi percorrida nos expõem também a necessidade de contextualizar e problematizar os resultados obtidos, ou seja, de compreender que tudo parte de uma construção teórica selecionada, e de uma interpretação e apontamentos do problema sob um viés particular. São relevantes o processo de relativização dos resultados e o afastamento constante para manter a objetividade. Por meio dos “ombros” dos cidadãos selecionados pudemos construir resultados e enredá-los com o material teórico apresentado anteriormente. Para isso, nos ateremos agora à Agier (2011), o que ele articula para a antropologia urbana como “cidade-bis” e como esse processo foi instrumentalizado para a entrada no bairro.

4.1 Pelos ombros dos moradores: o caminho da abordagem no campo

Antes de apresentarmos as considerações práticas estabelecidas para a pesquisa de campo, é importante expor o que Agier define como “cidade-bis” e como essa instrumentalização da antropologia urbana guiará toda a discussão a seguir. A cidade-bis é “a cidade produzida pelo antropólogo, a partir do ponto de vista das práticas, relações e representações dos cidadãos que ele próprio observa diariamente e em situação” (p. 32, 2009).

Para vivenciar a situação rotineira onde se contém o objeto, é preciso olhar para o campo pelos “ombros” dos nativos (moradores locais), ou seja, deslocar o ponto de vista do objeto (da cidade, desse espaço prisional na cidade) para os cidadãos do lugar.

Neste caso, previamente à exposição do mapa da situação estudada, é relevante apresentar especificidades importantes destinadas à questão do espaço periférico – e por vezes, marginalizado –, desde seu tipo de planejamento até suas formas de urbanização. Expomos anteriormente que lugares da cidade, tanto geográfica quanto ideologicamente periféricos, determinam também o tipo de morador e quais as relações estabelecidas da cidade com o bairro e dentro do bairro. Deve-se destacar a interação entre a dinâmica social e territorial encontrada dentro do presídio, que ultrapassa as barreiras físicas, atinge e determina relações encontradas no bairro, principalmente aos finais de semana: o dia em que a estrutura prisional toma conta da rotina dos moradores. É sob o viés dessa situação explicitada que se notou o principal impacto nos moradores do Jardim Pinheiros, que ao constituírem parte do contexto “marginalizado”, estimulam a adoção de uma consciência específica para esse bairro:

[...]pensar a cidade a partir dos espaços precários e certo despojamento de bens, sentidos e relações[...] Essa precariedade é perceptível no tempo e no espaço porque esses lugares aparecem, transformam-se ou desaparecem rapidamente, eles surgem em certa medida, dessa incerteza material e econômica do mundo atual[...] sua precariedade é também política[...] Qualquer etnografia dos lugares de fora – margens, espaços de trânsito, lugares precários – implica necessariamente uma antropologia do lugar de confinamento, do banido, cujo afastamento político e territorial permite todas as dominações e exclusões, sejam elas econômicas, culturais ou raciais. Assim, o exílio imóvel dos habitantes confinados aos espaços de exclusão do urbano encontra o

exílio sem saída ‘das pessoas deslocadas’, que não encontram lugar de chegada de sua viagem[...] (AGIER, p. 40-41, 2009).

É dentro dessa perspectiva metodológica, somada ao que vivenciamos em toda a trajetória do trabalho, que afirmamos que não foi mera coincidência o bairro Jardim Pinheiros ser “alvo” de implementação de um objeto físico que abriga pessoas socialmente indesejadas. Notamos a relação que se estabelece, portanto, entre lugares da cidade ditos ‘indesejados’ com equipamentos urbanos também indesejados, e essa dinâmica transforma o espaço analisado e sua conjuntura física e social como os próprios “outsiders” (de forma macro), ou fronteiras espaciais indenitárias (AGIER, 2009) dentro da cidade de Araraquara.

Utilizando-se de Agier (2009), afirmamos, portanto, que essa “região” pode ser compreendida como uma “área natural de segregação, pois cada área tem uma função dominante na distribuição da população ou das atividades urbanas” (p. 65). Por isso, a construção do diálogo com alguns cidadãos que vivem no espaço (objeto/bairro) é essencial, pois são partes determinantes do “pedaço” em que os muros prisionais impactam claramente. Para Mangnani (1996), quando um espaço urbano “é ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de ‘pedaço’[...] É nesses espaços em que se tece a trama do cotidiano, a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos[...]” (p. 32, 1996).

Aponta-se então que para compor um “pedaço” é preciso também identificar quais práticas de sociabilidade se encaixam nele (MAGNANI, 1996). Desta forma, o estudo de campo, contou com entrevistas, montadas através de alguns processos, como roteiros simples que não deviam engessar a resposta, mas encaminhar o assunto e o que se estava buscando.

Além disso, a entrevista foi guiada pela metodologia semiestruturada, que de modo geral, possui duas formas de abordagem: o modelo de entrevista que mistura questões fechadas para que o entrevistado compreenda o objetivo e se atinja a informação requerida diretamente; com a do tipo aberta, que dá liberdade para manter a conversa informal e com isso coletar informações que possam ser utilizadas e interpretadas posteriormente. As entrevistas – pós-seleção de dois atores importantes no bairro – foram esquematizadas por

perguntas cujas respostas serão apresentadas no próximo capítulo. As questões que nortearam as entrevistas foram:

- Há quanto tempo mora no bairro?
- Foi uma escolha morar neste bairro?
- Há algum incômodo, e se sim, quais são eles em relação à presença da penitenciária como vizinha?
- Se fosse possível, escolheria tirar a penitenciária desse bairro?
- Como fica a dinâmica do bairro e a sensação quando há rebelião ou algum alerta a respeito disso?

A importância de se conectar e estabelecer um vínculo com a pesquisa não é somente motivada pelo resultado que pretende-se obter, mas pela possibilidade de criar contatos entre pessoas que sabem daquele espaço, que se conectaram à pesquisa, pois vivem a rotina, são nativos do espaço e compreendem, na maioria das vezes, onde se encontra a ‘rede’²⁰ de relações do ‘pedaço’. Deve-se esclarecer que a entrevista aberta a ser aplicada aos atores que são parte do objeto, ou seja, funcionários ou figuras burocráticas, requer respostas mais pragmáticas.

A abordagem foi simplesmente a apresentação da pesquisa. Diante da apresentação do foco da pesquisa, os entrevistados de modo geral, tiveram a liberdade de retratar sua rotina e atuação na formatação do bairro, sem serem pressionados a responder algo que a pesquisadora podia estar esperando. É preciso dizer que não se buscou “hierarquizar os saberes”, mas foi preciso chamar a atenção dos atores do bairro a respeito do constructo físico e social que é a penitenciária como vizinhança. Os atores públicos evidentemente passavam outra imagem dessa conjuntura, como se a resposta já estivesse pronta. Esse processo entra em vários pontos perigosos da pesquisa, por isso o cuidado deverá ser intensificado: “a entrevista é uma forma de comunicação entre duas pessoas que estão buscando entendimento[...] A convivência e a afetividade permite chegar mais perto e mais fundo daquilo que significa desconhecido” (CARDOSO, p. 101, 1997).

²⁰ Segundo Agier, o conceito de rede é descrito como uma relação entre meios sociais e atores, pois a cidade é por excelência, o local da ‘relação’: “O espaço urbano pode ser representado como um conjunto articulado (rede total Mauss/Durkheim) e os meios sociais urbanos podem ser estudados como sistemas solidários”.

Outra metodologia fortemente usada em grande parte dos estudos de campo, ou pesquisas qualitativas, é a *snowball* ou “bola de neve”. Nesse campo, como dito anteriormente, em que as mazelas sociais e os entraves políticos e de comunidade (como bairro) estão presentes, essa metodologia se mostra importante para a formação de redes de contato, pois garante uma rede de contatos de forma anônima:

Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (*Hard-to-find or hard-to-study populations*) ou que não há precisão sobre sua quantidade (VINUTO, p. 202, 2004).

Esse método possibilita a articulação da pesquisa de modo a chegar a pessoas e informações que não estejam tão aparentes, mas que garantem uma flexibilidade por parte do próprio pesquisador a encontrar pontos a serem descobertos, o que confere um novo nível de profundidade na pesquisa:

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, p. 203, 2004).

O grande desafio desse instrumento é manter a atenção e cuidado para o papel da subjetividade (CARDOSO, 1997) encontrada, fatalmente em pesquisas de campo. Confunde-se a subjetividade com a ideologia. Há fortes críticas no mundo acadêmico sobre problemática do pesquisador em campo, no caso dessa pesquisa que coloca a cidade e a pena de prisão como tema central. É muito fácil que uma leitura superficial do trabalho seja errônea a ponto de considerar que os dados obtidos na população e as sensações sejam uma forma

ou tentativa de indução política em relação ao objeto. Além disso, o trabalho de campo que tem como método a própria antropologia urbana deve discutir e problematizar constantemente a atuação do pesquisador na rotina dos nativos e preservar a necessidade do processo de estranhamento daquilo aparentemente conhecido para então, somente assim dar voz ao outro e a resposta para aquilo que se indaga diante do objeto de estudo (CARDOSO, 1997). É necessário observar a “materialidade da paisagem” e ainda segundo Magnani (1999), apreender que os espaços urbanos, principalmente em bairros são resultados de práticas sociais específicas, e o grande desafio é decodificar como as práticas atuam na paisagem concreta do lugar:

São as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços através de uma lógica que opera com muitos eixos de significado[...] No contexto do bairro, por exemplo, uma das formas de apropriação do espaço, como foi visto, tem referência a uma articulação de vínculos já existentes[...] o território é claramente delimitado por práticas exclusivas[...] Ruas, praças, edificações, viadutos estão lá com seus usos habituais, de repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão, a praça transforma-se em local de compra etc. As práticas sociais ressignificam o espaço (MAGNANI, p. 37-39, 1999).

Discute-se, por fim, a neutralidade do pesquisador como uma crítica à observação participante, mas é preciso lembrar que os dados e as respostas dadas ao que o trabalho se propôs a fazer, não é um dado por si só, com uma “existência própria”, mas fruto de um árduo trabalho que é a interação cara a cara com os atores sociais daquele espaço.

A pesquisa de campo e urbana não pode ser reduzida a um tipo de “denúncia” e transformar o pesquisador em um “porta-voz” com propósito político, mas deve compreender que o processo de aproximação precede o de estranhamento de um semelhante (CARDOSO, 1997).

A “observação flutuante” de Pettonét (2008) ou o engajamento do antropólogo urbano em campo, de Ruth Cardoso (1997) – ambos apontam para a necessidade de estarmos sempre abertos a “surpresas” e atalhos dentro do objeto, manter a capacidade de se surpreender, como processo inerente ao trabalho do cientista. Ademais, para além dessa empatia científica, durante a coleta de dados, é importante sermos flexíveis para reformular hipóteses e distantes o suficiente para mediar e analisar o discurso e só então transformá-lo

em informação. Foi sob essas perspectivas que iniciei esse momento tão crucial da pesquisa. Antes de expor o meu caderno de campo, preciso apresentar como o bairro foi delimitado geograficamente, através de mapas, recortes, setores censitários e do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA-GEOGRÁFICA DO CAMPO DE ANÁLISE: O bairro entre muros, Jardim Pinheiros e Vila Biagioni

Assim como já foi mencionado, a penitenciária de Araraquara está localizada no bairro Jardim Pinheiros, porém possui uma ligação (física e social) com o bairro Vila Biagioni. Segundo alguns moradores, em momentos de instabilidade, a penitenciária impacta a Vila Biagioni, que é um bairro mais novo, e apesar de não ter sua vista principal para a entrada da penitenciária – tal como o Jardim Pinheiros –, está ao lado desta estrutura. Essa informação se mostrou concreta em relação ao avanço dos impactos penitenciários para além do próprio endereço, através da divisão estrutural e do Orçamento Participativo (OP), que colocou esses dois bairros em um mesmo setor. O que se subentende disso é que o poder público (prefeitura) também enxerga os dois bairros próximos o suficiente, tanto no aspecto social quanto físico, para encaixá-los em um mesmo “universo” de problemas.

Antes de expor como foi minha entrada no campo através do orçamento participativo, e posteriormente relatar as informações deste momento no campo, mostrarei o mapa que me guiou para delimitar o espaço e para tornar mais tangível – o que determinei – o alcance dos muros prisionais.

As figuras a seguir serão um direcionamento visual para o objeto, primeiro a imagem de satélite da cidade de Araraquara obtida pelo Google Earth – selecionando onde está o universo da pesquisa – e depois, duas figuras a fim de dimensionar o presídio e o bairro.

Figura 16: Araraquara vista de cima – e a penitenciária marcada na periferia



Fonte: Google Earth – Acesso em Jan/2018

Figura 17: O centro e a periferia prisional separadas por 8 km.



Fonte: Google Earth – Acesso em Jan/2018

Figura 18 – “De frente para os muros do cárcere”



Fonte: Google Maps – Acesso em Jan/2018

Para a delimitação utilizei os setores censitários²¹ definidos pelo IBGE. Neste caso, a média de domicílios em cada setor é de 500 residências. Para fins ilustrativos e de melhor comprometimento territorial e geográfico, as entrevistas foram realizadas com moradores – e agentes penitenciários – dessa área selecionada no mapa. Com o auxílio das informações levantadas nesses setores censitários, foi possível caracterizar com dados quantitativos o perfil dos lugares que destacamos no mapa. O setor com o contorno na cor rosa foi o pedaço do bairro Jardim Pinheiros selecionado por estar em frente à penitenciária, e é certo que a primeira visão espacial dos moradores ao saírem de suas residências é o muro do presídio. A primeira entrevista foi realizada nesse espaço. Segundo informações do IBGE, esse setor censitário possui 654 moradores. Já a Vila Biagioni, o entorno na cor amarela, possui 493 moradores.

O entorno azul, tal como demonstrado no mapa, é a penitenciária de 34.339,28 m². Nota-se que diante desse tamanho físico, esse espaço é maior que os outros contornos selecionados, assim como a população absoluta dos internos, que gira em torno de 1.974 presos e ultrapassa em 827 a população censitária dos dois bairros. Juntos, o Jardim Pinheiros e a Vila Biagioni têm uma população de 1.147 habitantes. Magnani (2002), quando propõe uma etnografia urbana (ou como neste caso, de bairro), diz é preciso olhar a paisagem urbana como um todo,

²¹ A definição para setor censitário, segundo o IBGE é: “uma unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador”.

esta que é composta por: pedaço (o espaço da sociabilidade e dos laços, comportamentos padrões), mancha (a paisagem estabelecida de acordo com os equipamentos urbanos presentes), o trajeto (resultado das escolhas dos frequentadores do espaço estudado) e circuito (descreve o exercício de prática ou oferta de determinado serviço, é reconhecido pelos usuários habituais do local).

Por isso, ao observar os dados quantitativos apresentados em relação à dimensão geográfica e física do espaço, fica a primeira impressão que a penitenciária e sua dinâmica própria dominam o restante do bairro. Pode até ser que a existência desse espaço físico seja a “mancha” principal do lugar e, por isso, seja condicionante para um “circuito” específico. No entanto, o que de fato parece incomodar os moradores, não é a suntuosidade da estrutura física ou os “perigosos” que estão encarcerados, mas seus familiares que dominam “o território dos nativos aos finais de semana”. É essa sensação obtida que pretendo relatar nas próximas etapas do trabalho.

4.3 O PRIMEIRO OLHAR: distante

Quando se é conterrânea do objeto de pesquisa, como neste caso, há o agravante da familiaridade com as histórias e lugares da cidade, pois por mais que não haja nenhum momento específico que me conecte diretamente ao espaço, manter-me afastada da visão (principalmente do pré-conceito) que foi construída ao longo da minha vida a respeito do lugar (periférico e –carcerário) foi um exercício constante, difícil, mas imprescindível.

Por outro lado, há um facilitador desse processo: o meu lugar de vivência (de história e real pertencimento) na cidade de Araraquara está afastado do espaço demarcado para a pesquisa, pois o bairro onde nasci, cresci e permaneço, está a pelo menos 8 quilômetros do espaço prisional. Pode parecer uma distância irrisória, mas para uma cidade de médio porte e do interior, notei que é o suficiente para manter-se estranho à dinâmica do cotidiano desse lugar, e por isso, ainda que de perto, permaneci distante. Esse distanciamento racional e científico precede todas as pesquisas qualitativas ou de campo, tal como já apresentado em Durkheim, Weber e outros autores clássicos.

A partir dessa primeira etapa de reconhecimento local – e de uma inevitável comparação entre minha dinâmica pessoal com a dinâmica do objeto –, pude atribuir ao espaço o conceito de “ilhas” urbanas, tal como apresentado anteriormente, que surgem a partir da escolha e construção do planejamento urbano. Os bairros Jardim Pinheiros/Vila Biagioni possuem equipamentos urbanos e situações próprias –apresentados nas falas dos moradores –, totalmente diversas do meu lugar na cidade. Essa conjuntura ressalta o meu papel de estrangeira em minha cidade natal. O primeiro dia em que fui até o bairro, apenas para uma primeira observação, sem intuito acadêmico de fato, foi de carro e em um momento inadequado: era 01h30 da manhã de uma quarta-feira em novembro de 2016, véspera do feriado de Finados. Não tinha como atribuir o que percebi no bairro como um “cenário” ou “situações” (AGIER, 2009) a serem analisadas na pesquisa, mas devo apresentar apenas sensações que obtive em comparação com minha situação de moradora que vivencia espaços centrais da cidade; estes configuram evidentemente uma dinâmica distinta do que observei.

A primeira sensação que me ocorreu é que não havia uma estrutura para as pessoas caminharem na via principal – o que foi confirmado ao presenciar a fala de alguns moradores – e que aqueles arredores não possuíam muita iluminação, exceto em frente à própria penitenciária. No bairro, o que se notou é que há muitos espaços vazios e escuros. O bairro do lado esquerdo da penitenciária, o Jardim Pinheiros, para quem está na via principal chamada Vaz Filho, possui um ar mais residencial; enquanto o do lado direito, a Vila Biagioni, é mais escuro. Há também um Conjunto Habitacional do lado direito (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU), este localizado do mesmo lado da rua do presídio. O CDHU é extremamente escuro e definitivamente não possui ruas convidativas de dia e ainda menos de noite.

Notei também que os tipos de comércios se resumiam em: um bar em frente à penitenciária chamado “Shalon bar”, um lugar de vendas de marmitas, uma Igreja Universal e duas ou três oficinas mecânicas, sendo que uma delas estava aberta naquele horário da madrugada. Isto é, aparentemente o raio de alcance dos muros do presídio só terminava depois do Conjunto Habitacional Manoel Rodrigues, que já estava há alguns bons metros de distância. Notei que a estrutura comercial que oferecia mais opções e atrativos, por isso, mais movimentada e com estabelecimentos diversos, começava depois dos espaços

selecionados na figura 13 – em média a 1,5km de distância do local.

É preciso ressaltar que, apesar de aquele espaço carcerário fortalecido, representar a força do Estado, o “cumprimento da lei”, a segurança pública e prisional em pleno funcionamento, não havia uma viatura de polícia fazendo ronda no bairro, o que é estranho para mim, pois essa é uma cena comum nos bairros centrais da cidade. Essa sensação pode ser confirmada por uma moradora queixosa da falta de policiamento. As sensações de circular pelo bairro nesse primeiro momento deram a impressão que não seria fácil selecionar interlocutores simplesmente ao acaso, ou abordando-os através de questionários prontos. Sabia que precisava de uma entrada naquele espaço urbano, mas também no espaço humano dos cidadãos que não deveria ser feita por meio de atores institucionais, como agentes penitenciários ou atuantes no universo prisional.

Compreendi que entrar em um espaço para fazer o trabalho de campo requeria um olhar atento e não contaminado de pré-conceitos ou por atores institucionalizados por teorias. Sabia também que deveria esperar um pouco mais para iniciar o contato com os moradores, pois no início do ano de 2017, me enviaram um alerta que estava rodando nas redes sociais de que haveria um ataque do PCC na cidade – algo que ocorreu em 2006 com muita força. Confirmei tal informação em uma matéria no site jornalístico da cidade de Araraquara (o Cidade On)²², intitulada “Governo afasta investigador de Araraquara por alertar sobre ataque de facção”. A matéria trazia informações de que esse investigador havia sido afastado do cargo, pois emitiu um alerta dizendo que armas de fogo teriam sido distribuídas para a facção criminosa em Araraquara com o objetivo de realizar um ataque na cidade no dia 17 de janeiro. Não por receio, nem por outro sentimento de insegurança, mas para preservar a contaminação do meu objeto – bairro e dos moradores – causada por essa divulgação, achei melhor esperar que essa notícia perdesse força, o que de fato ocorreu. Encontrei um espaço adequado para iniciar a pesquisa de campo por meio de uma ação do prefeito Edinho Silva, que tomou posse no início de 2017. O espaço era o Orçamento Participativo, que ao voltar para o plano de governo

²² A Cidade On é um site jornalístico online da cidade de Araraquara e região. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/NOT,3,7,1220202,Governo+afasta+investigador+de+Araraquara+por+alertar+sobre+ataque+de+faccao.aspx>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

municipal, criou uma agenda conforme as regiões. Felizmente, o primeiro bairro em que iniciariam as plenárias era o Jargim Pinheiros. Diante dessa informação, sabia que era melhor aguardar até o dia 09 de março de 2017 (data definida pela prefeitura) para entrar nesse universo e selecionar os atores, e assim o fiz.

4.1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: a seleção dos interlocutores

Para explicar como o Orçamento Participativo (OP) teve um papel essencial neste trabalho, é importante pontuar que essa ação do governo tem como foco promover um espaço de participação a fim de incluir a população nas decisões das melhorias e investimentos na estrutura urbana e social da cidade. Através do OP, a partir de um sistema de votação, a população decide os encaminhamentos de investimento no bairro para o ano seguinte. É importante dizer que a cidade possui 238 bairros²³, incluindo os seus dois subdistritos, além do distrito sede, que são Vila Xavier e Bueno de Andrada. Para fins organizacionais, administrativos e de coesão geográfica, a cidade foi separada em onze regiões e dentro dessas regiões há em média duas subdivisões (depende da extensão e quantidade de bairros que cada região abarca). Cada uma dessas separações tinha um dia no calendário da OP para manifestarem as insatisfações presentes no município. O Jardim Pinheiros está contido na região sete, junto com a Vila Biagioni e o conjunto habitacional citado anteriormente (Manoel Rodrigues).

Acredito que seja importante ressaltar a questão das divisões administrativas e territoriais presente na OP, pois o foco desse espaço de participação é que os cidadãos presentes levantem os pontos deficitários do seu bairro. A partir da discussão com os demais presentes, votam em dois principais temas-problema para concorrer aos investimentos do orçamento público da cidade. Esse é o processo padrão que ocorre em todas as plenárias do OP. Esse mecanismo de votação e de fala contribui para a promoção de um espaço de participação e uma forma de introduzir a atuação no processo de formatação de

²³ Esse dado foi encontrado em um site de Tecnologia da Informação chamado MBI. Disponível em: <<http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/araraquara-sp-br/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

planejamento urbano de modelo democrático.

Foi anunciado no site da prefeitura que o primeiro OP ocorreria no dia 09 de março de 2017, às 19h na Escola Estadual “Antônio Oliveira Bueno Filho”. Preferi fazer esse trajeto saindo do meu bairro de ônibus, para que a imersão no campo fosse mais completa. Devido a essa escolha, achei coerente reparar no tempo que os moradores ou os que vão para o Jardim Pinheiros levam saindo do centro da cidade. O percurso dura em média 20 minutos. Era por volta de 18h, horário em que a maioria das pessoas sai do trabalho, e por isso o ônibus estava lotado. Assim que o ônibus entrou na avenida principal do bairro, a Vaz Filho, notei a diferença de estrutura urbana entre o centro de Araraquara e aquele bairro, que de alguma forma, é periférico, de um ponto de vista geográfico e social.

A penitenciária está localizada bem no final dessa avenida principal, e essa escola onde ocorreu o OP ficava bem próxima, por isso conversei com o cobrador que disse onde eu precisava descer. Ele tentou me dizer nos termos utilizados no bairro, algo como: “Você desce ali na rua²⁴ 5”. Eu disse que não sabia onde era a rua 5 a qual referindo-se referia. Uma senhora, que possivelmente identificou que eu não era do bairro, avisou o cobrador e o motorista que seria melhor me deixar em um ponto específico mais próximo dessa escola, para que eu não precisasse andar pelo bairro, já que o ponto ficava logo em frente.

O espaço era típico de uma escola/creche pública, de certo modo bem estruturada, mas em uma rua pouco iluminada. Assim que entrei, tive que fornecer meu nome, e resolvi explicar rapidamente para o agente da prefeitura (presente ali para anotar o nome dos moradores e a qual bairro eles pertenciam para organizar a votação e as falas do evento) que eu estava ali para uma pesquisa e assim que disse a temática, ele exclamou: “Ah! Eles com certeza reclamarão de algo ali da penitenciária”. O agente da prefeitura deu mais algumas orientações, de quem eram os atores públicos presentes (secretários, vereadores etc.). Evidentemente, meu interesse era em identificar os moradores e estabelecer uma relação com eles.

²⁴ A distância entre o centro e essa periferia é notória até mesmo nos detalhes mais sutis: minha referência de Rua 5 – diga-se de passagem a referência mais popular – está localizada na parte central da cidade, a chamada Rua Voluntários da Pátria. A Rua 5 informada pelo cobrador do ônibus era uma completamente diferente, que eu evidentemente, não sabia qual era.

No momento em que sentei e esperava a plenária começar, fui abordada por uma moça aparentando seus 20 anos – uma das mais novas entre aquelas pessoas interessadas na OP –, que perguntou se eu estava fazendo alguma pesquisa. Não sei o motivo pelo qual ela me identificou, mas provavelmente é por esse bairro ter uma ligação tal como uma “comunidade”, e relações de vizinhança, por isso é fácil identificar quem é “de fora”, fato este que se confirmou mais tarde ao conhecer minhas interlocutoras, além dessa que me abordou. Nobert Elias (1994) nos mostra como essa relação de comunidade e vizinhança ocorre em um bairro periférico, em que o principal ponto de disputa é o poder pelo espaço/território. Em os “Estabelecidos e os Outsiders”, Elias (1994) observa o conflito sociológico em uma pequena comunidade inglesa, em que os estabelecidos são os que estão há mais tempo no bairro (naquele caso, Winston Parva) e compartilham “de um carisma grupal” e “uma virtude específica que somente essa comunidade do bairro possui e compartilha” (p. 22, 1994). Os *outsiders* são os grupos mais novos que passam a transitar e morar no bairro, sendo estigmatizados pelos estabelecidos e não partilham nem do “carisma grupal” nem são, aos olhos dos estabelecidos, possuidores da virtude necessária para pertencer à comunidade e à vizinhança. É importante salientar que essa definição e esse estudo sociológico de Elias tornam-se extremamente evidentes e pungentes ao longo da pesquisa de campo, principalmente no processo de identificação dos atores e nas falas a respeito do que eles sentem em relação aos dias de visita no presídio.

A plenária iniciou e eu decidi manter o foco na fala das pessoas que exporiam algo relacionado à violência ou à penitenciária. Desta forma, conheci Maria²⁵, que em sua fala se coloca, e coloca seus vizinhos como “nós”, e identifica como “eles” os familiares dos presos que chegam aos finais de semana, ou que se instalam temporariamente no bairro em virtude das visitas aos detentos. Seguindo o mesmo princípio exposto por Elias (1994): “Moradores de uma área, na qual viviam as famílias antigas consideravam-se humanamente superiores aos residentes da parte vizinha da comunidade de formação mais recente (p. 20)”.

²⁵ Mudarei os nomes oficiais para preservar a identidade dos interlocutores. Todos os nomes apresentados são fictícios.

Além desse discurso que estabelece claramente a distância e seu lugar de fala superior a quem ela identificou como “eles”, a moradora (e posteriormente entrevistada) se mostrou extremamente atenta ao bairro, apontando desde problemas de falta de calçamento ou má conservação, abandono de praça ou posto de saúde, até a carência de espaços públicos de lazer. Neste ponto da sua fala, ela aproveita para fazer uma reclamação aos vereadores e secretários presentes – e provavelmente, incitando o restante dos moradores – , dizendo que a prefeitura estava errada em oferecer aula de zumba²⁶ no bairro aos finais de semana. Segundo ela, já apoiada pelos outros moradores presentes, isso poderia dar espaço para que “elas” (mulheres ou mães dos presos da penitenciária, os “outsiders” que circulam no bairro nos dias de visita) pudessem usufruir da aula e do espaço de lazer aos quais não pertenciam.

Neste momento percebi claramente a disputa de um território físico e um território social. O bairro possui uma demarcação física e visível por muros, estabelecendo os que estão fora *versus* aqueles – e quem deriva deles – de dentro. A disputa socioterritorial acentua-se quando questionam e criticam uma atividade de lazer proposta no âmbito municipal, para ser realizada em um espaço público, pois essa atividade permitiria misturar os que são de dentro com os que são de fora, algo que não é positivo do ponto de vista dos “estabelecidos”:

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos e outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social[...] e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca (ELIAS, p. 20, 1994).

Ao notar que os moradores presentes concordavam com sua fala e aparentavam ter dado essa incumbência de denúncia a ela, selecionei Maria como uma das moradoras que deveria abordar. No decorrer da plenária, conversando com a moça que havia me abordado – chamarei de Giovana –, ouvi seu relato de que detestava o bairro onde morava, que além de não ter uma repre-

²⁶ Não possuo detalhes do projeto, mas diante do que observei no OP, o bairro há algum tempo carece de espaços e oferecimento de lazer por parte do poder público, diante das insistentes reclamações, o plano da prefeitura consistia em oferecer aulas gratuitas de zumba em espaços vazios do bairro, que neste caso, era um terreno de livre acesso pelas visitas da penitenciária.

sentação de bairro, havia sofrido um assalto quando tinha entre 8 e 9 anos (em 2006) quando a penitenciária foi destaque nacional devido à grande rebelião. Ela acredita, segundo conta, que esse assalto tinha uma ligação direta com a rebelião, por isso não via a hora de mudar dali, já que poderia acontecer outra a qualquer momento, como ocorreu em 2006. Pedi se ela poderia me conceder uma entrevista em outro momento, porque apesar de notar que ela era uma das mais novas e não possuía tanto “carisma grupal” quanto Maria, reconheci que ela poderia contribuir como representante da Vila Biagioni. Por fim, ela permaneceu ao meu lado durante a plenária inteira.

Assim que a Maria terminou sua fala, me aproximei pedindo se poderíamos conversar, ela prontamente aceitou. Sabia que não podia acessar as informações que gostaria em um espaço tão cheio como a OP, então pedi seu contato e ela rapidamente não só passou seu número de celular, mas também seu endereço, comunicando que haveria uma reunião do conselho gestor do bairro em sua casa em duas semanas. Indicou que eu fosse e depois da reunião, poderíamos conversar. Essa aproximação me gerou a certeza de que Maria seria uma das falas importantes para a pesquisa, e que seria capaz de descrever como era conviver com o espaço prisional do bairro. Isso se confirmou quando no final da plenária foram escolhidos representantes do OP e ela recebeu essa responsabilidade. Ela e Sara, que foi minha próxima selecionada.

Sara pediu o microfone para falar a respeito do transporte público, que segundo a mesma, durante os dias de visita – finais de semana – o motorista não consegue fazer seu trajeto normal passando em frente à penitenciária, devido à lotação das ruas. Segundo ela, tal situação era inaceitável por dois motivos: o primeiro é porque isso prejudicava os moradores, já que eles queriam descer no ponto mais próximo de suas residências e, o segundo – assim como foi falado pelos outros – era que a família dos presos deveria ficar somente no espaço estabelecido a eles. A área referida por Sara trata-se de um espaço construído pela prefeitura, que destinou um terreno em frente da penitenciária (e das casas da avenida) para as famílias colocarem barracas e banheiros. A ordem de chegada das visitas é o que determina, teoricamente, o tempo que elas terão com seus familiares presos, por isso, normalmente chegam uma ou duas noites antes. Foi citado que antes dessa construção, os visitantes ficavam dormindo em frente às casas mais próximas da penitenciária, além de fazerem suas necessidades nas

ruas e jogarem os dejetos em frente às suas garagens. Passou-se a sensação de que o incômodo era também de traços higienistas, o que também foi abordado no trabalho de Elias, em que os estabelecidos tratam os *outsiders* como grupos que não são “limpos” o suficiente para ocuparem um espaço no bairro:

Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos outsiders não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos[...] (ELIAS, p. 29, 1994).

O contato direto com Sara não foi na plenária, mas sim na reunião na casa da Maria, que será contada nos próximos momentos. Ainda no espaço do OP, pude reparar em mais algumas falas, que havia uma rivalidade posta por parte da comunidade presente em relação à forma como o poder público enxergava o “nós aqui da periferia”, e “eles” (os presos e seus familiares). Aqueles que se intitulavam como os “de dentro”, disputavam atenção com a prefeitura, pois segundo eles, a manutenção do espaço prisional era maior, em comparação ao bairro e àquela região. Jorge ressalta em sua fala: “*Nós não possuímos calçadas, não tem espaço para passeio público, nem ali em frente à penitenciária para fazermos caminhada*”.

Enquanto isso, Douglas (afirmação verbal) coloca: “*Não gostamos que ‘eles’ parem fora do estacionamento deles e fiquem em frente às nossas garagens e espaços na rua que se nós paramos, somos multados, eles ocupam tudo com os carros*”.

Essa diferenciação novamente aparente, tanto de valor, quanto de territórios e direitos é um processo de estigma que já se esperava encontrar no bairro, mas as especificidades só puderam ser analisadas com a entrada no campo. Antes de apresentá-las através das falas em conjunto com o olhar “antropológico” do espaço urbano, é válido pontuar brevemente o processo de estigmatização entre “eles” e os “outros”:

A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se muitas vezes a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider[...] O estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se, em sua imaginação, num estigma material – é coisificado (ELIAS, N. p. 35, 1994).

Foi possível averiguar também reclamações a respeito do Parque Pinheirinho, que é um parque público construído em 1975 – dois anos antes da inauguração da penitenciária. Este parque é considerado um ponto turístico da cidade, com uma área verde de grandes dimensões. O parque se mantém na memória afetiva dos araraquarenses, pois até a década de 1990, o espaço oferecia uma infraestrutura preservada de lazer, muito acima do que oferece atualmente. Porém, o que foi relatado a respeito desse espaço, é que não há segurança no seu interior, assim como também não há segurança no bairro, que segundo os moradores, não se vê ronda policial, sequer ronda escolar nas escolas estaduais presentes no bairro. A insatisfação em relação à segurança foi notada pelos secretários presentes, que se posicionaram dizendo que a segurança pública ali reclamada não fazia parte das responsabilidades da prefeitura e sim do estado, mas que diante de tantas queixas, a prefeitura poderia promover uma plenária para falar da temática da segurança e violência. Essa não foi divulgada prontamente e ficou “a ser combinada” com o conselho gestor do bairro.

Por fim, já encerrando o objetivo da plenária e por meio de uma votação dos presentes, decidiu-se levar para a fase de pleito regional – uma instância maior dentro da estrutura do OP – que os principais problemas do bairro e que eles mais gostariam de investimentos públicos era no âmbito do esporte e lazer. Além de escolherem as duas principais propostas, elegeram quatro representantes do orçamento participativo no bairro, sendo que Maria e Sara estavam entre esses selecionados. Diante desse cenário, decidi que duas interlocutoras da pesquisa estavam eleitas, além da terceira que me abordou durante a plenária. Não há como negar que essa instância de participação promovida pela prefeitura, não só atinge vários pontos importantes propostos nos modelos de planejamento urbano democrático/participativo e as questões sociais que deles advém como também foi o lugar central e decisivo para selecionar as interlocutoras importantes para a realização da pesquisa de campo.

4.2 DE DENTRO E DE FORA: a ambiguidade entre pertencer ao espaço de alcance dos muros do cárcere

No início do trabalho foi apresentado como as escolhas para planejar

os espaços físicos da cidade impactam fortemente a esfera social. Não pretendo com isso considerar o espaço urbano apenas uma entidade própria que determina e domina, através de disputas econômicas, por completo a vida dos seus moradores (SANTOS, 1987). Quero ressaltar como, ao determinar onde construções físicas são instaladas no espaço urbano, definem-se não somente o tipo de bairro, mas principalmente o tipo vida, rotina e de cotidiano que os moradores desse espaço vivenciarão. Por isso já não é precoce afirmar que os bairros Jardim Pinheiros/Vila Biagioni foram fadados a ser os bairros de Araraquara para viver entre os muros do cárcere. Segundo Milton Santos (2011, p. 7): “O espaço é o lugar final da ação [...] daí o fato de que todo avanço social, econômico e político, se faz através de um pacto territorial”.

Quando no OP o morador se autointitula como periferia, confirmou-se aquilo que a dimensão geográfica já indicava, e ainda mais: como a paisagem urbana influi na categorização pessoal desses indivíduos, isto é, como os habitantes desse espaço incorporam a paisagem que eles foram submetidos a viver diariamente (AGIER, 2009). Preferi iniciar as entrevistas com Giovana, a moça que me abordou no OP Devo dizer que optei em não utilizar um gravador para que ela não ficasse intimidada, porque até o momento, ela era minha única interlocutora a ter relatado um caso violento e pessoal com a família no bairro. A entrevista aconteceu em um espaço em comum, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCLar/UNESP), pois ela é graduanda em Administração Pública dessa instituição.

Há um viés de ambiguidade relevante a ser percebido nesse primeiro caso: sob uma perspectiva positiva, durante a primeira abordagem feita no OP, notei que diálogo com ela seria mais “linear”, pois, como já dito, apesar de demonstrar insatisfação imediata com seu endereço “periférico”, ela também se colocou naquele momento como observadora da sua vizinhança – talvez por sentir que tem condições de se manter afastada ao possuir também uma educação acadêmica.

A interlocutora reafirma notoriamente como não faz questão de manter um “vínculo” afetivo com pessoas do bairro. Em seguida, a primeira característica do bairro colocada por ela é que (afirmação verbal) “*A Vila Biagioni está em um fogo cruzado entre o moderno (por ser um bairro mais*

novo que o Jardim Pinheiros) e o tráfico”.

De imediato, ficou evidente a importância de selecioná-la para a entrevista “semiestruturada” com o tipo de roteiro já exposto no capítulo anterior, pois nossa conversa foi fluida e a linguagem se manteve padrão e menos emotiva, afinal, ela não se sentia parte do “pedaço”. No entanto, o fato de a entrevistada não se sentir parte daquele processo carregava também um complicador negativo. O meu papel era o de ver seu bairro pela ótica da moradora, e a proximidade contida no espaço em comum – a Universidade – fez com que ela olhasse mais por um ponto de vista científico para o lugar, quando eu buscava as sensações e cotidiano do modo mais nativo possível.

Diante dessa proximidade circunstancial com a entrevistada, somada às condições que expliquei anteriormente e pela entrevista não ter sido realizada no bairro, preferi não aplicar um questionário, ou fazer uma entrevista fechada. A empatia dela pelo tema e pela situação permitiu que a entrevista fosse somente guiada por meio de algumas incitações, dentre elas a principal: que ela me falasse como é ser moradora do seu bairro, assim como ela já tinha iniciado no OP. Diante dessa perspectiva, indiquei que ela demonstrasse o que achava pertinente a respeito daquele contexto incitado por mim. Imediatamente recoloca sua insatisfação por morar ali, afirma que não vê a hora de se mudar, pois ainda que ela morasse ali a vida inteira, não possuía vínculos para querer continuar lá. Eles (sua família) já tinham sido assaltados diversas vezes, sendo uma delas a mais complicada, quando ela tinha cinco anos. Giovana (informação verbal) pontua: *“Eu acho que isso foi causado pela rebelião na penitenciária, naquela época meus pais contaram que o bairro ficou um inferno e estava muito perigoso”.*

Segundo seu relato, durante esse momento, alguns assaltantes colocaram as armas apontadas diretamente para ela e seus pais, enquanto cinco bandidos assaltavam sua casa. Depois disso, a entrevistada conta que precisou de tratamento psicológico por um tempo porque sentia medo de qualquer barulho que ouvia em sua rua. É importante salientar que segundo ela, ainda que ela e seus pais morem lá há 18 anos, eles conhecem os vizinhos somente o “suficiente” ou os únicos que são realmente próximos (de muro) da sua residência:

O bairro passou por modificações comerciais e vive em constante mudança de moradores, pois há muitos traficantes,

a gente não conhece as pessoas direito, na minha rua é mais tranquilo porque moramos logo na avenida principal, mas atrás da minha casa não tem iluminação e parece 'Cidade de Deus', nós nunca ficamos tranquilos, minha casa tem alarme, câmara e cerca elétrica... meus pais não estão dispostos a lutarem por melhorar o bairro, nem por segurança, ou a gente se previne ou sai, estamos saindo e meus pais preferiram se prevenir enquanto isso. Da última vez, o vizinho que é drogado roubou só o fogão e o botijão da minha casa, aí descobrimos porque vimos na câmara (GIOVANA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Mais adiante, é reforçado aquilo que ela havia demonstrado desde o início: o seu não pertencimento ao bairro – ainda que tenha nascido ali e morado só neste lugar a vida inteira. Pergunto qual a visão dela sobre a presença da penitenciária, ela diz não achar ruim a estrutura física, mas que sua existência gera outras consequências para o bairro:

Não é uma estrutura ruim, é muito bacana esse modelo, é uma das melhores do estado de São Paulo, o padre da minha igreja é da pastoral carcerária e disse que a reincidência dessa nossa é muito pequena, o problema mesmo é o CDHU [lado direito da Vaz Filho, como citei anteriormente] e a vizinhança, que acaba se instalando por conta da penitenciária e o tráfico é muito intenso, velado, mas intenso... Já aprendemos alguns sinais, às vezes, por exemplo, uma terça de manhã a gente escuta rojão e sabe o que significa, as drogas chegaram... A minha vizinha de 14 anos fica trancada dentro de casa porque os pais não deixam ela sair, eles até levam a chave com eles, morrem de medo dela andar na nossa rua, parece que fica mais presa que os presos (GIOVANA, INFORMAÇÃO VERBAL).

O que se pode analisar da fala da Giovana é que para seu núcleo familiar (ela cita seus pais) não é que a penitenciária seja um problema, o problema é a vizinhança que se forma no entorno. Em grande parte, principalmente a Vila Biagioni (que é um bairro mais novo que o Jardim Pinheiros), é formada por familiares de presos ou por ex-presos, que quando cumprem suas penas acabam fixando-se no bairro, principalmente nos prédios do conjunto habitacional que faz parte dessa vizinhança²⁷.

²⁷ É provável que esse espaço contenha informações que poderiam ser amplamente utilizadas nesse trabalho, mas por questão de tempo e até mesmo de não encontrar um mediador para entrar nesse espaço, ficaram fora da pesquisa.

A interlocutora reforça que sua família agora está terminando uma casa em outro bairro periférico da cidade, mas que (Giovana, informação verbal) “*graças a Deus nós vamos mudar no final do ano (2017)*”.

A ambiguidade da interlocutora aparece novamente ao final da entrevista, quando ela faz um questionamento – retórico, aparentemente – de como será que a vizinhança tal como ela descreve, mesmo se deparando diariamente sempre com a estrutura da penitenciária, tem “*coragem*” de continuar nesse mundo do tráfico. Evidente, não tive como responder, não sei se ela esperava uma resposta pronta que afirmasse a conexão entre a estrutura física do cárcere presente no bairro e as dinâmicas do tráfico que ali ocorrem. De qualquer modo, não há como ignorar o que Goffman (1963) define como estigma logo no início de sua obra, para retratar tanto o que ela questiona, e – talvez – o porquê de eu achá-la tão ambígua na sua fala e no seu papel de moradora/observadora:

Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “*identidade social*”[...] percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser[...]Observe-se que há outros tipos de discrepância entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que nos leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação (GOFFMAN, p. 5-6, 1963).

Assim sendo, reconheço a importância da fala dessa moradora, que possui um papel duplo dentro da pesquisa, além de evidentemente discutir – ainda que sem saber – a questão de identidade territorial no espaço do seu bairro, ao mesmo tempo em que não problematiza a estrutura física do presídio em si, ela atribui os males do seu bairro e o trauma que ela passou à presença “*social*” advinda da penitenciária. Logo, fica o questionamento se suas palavras são: de denúncia, de defesa ou de uma moradora que mesmo de dentro, se vê somente como de fora.

4.3 A PRIMEIRA REPRESENTANTE DO BAIRRO: Maria

A reunião estava marcada para o dia 20 de março de 2017, às 19h30min, no bairro Jardim Pinheiros. A rua onde localiza sua casa, se olhada de frente, desemboca diretamente na rotatória de entrada da penitenciária. Isso fez com que eu notasse que a principal visão dos moradores daquela rua ao saírem de suas casas, era as muralhas do presídio. Quando a moradora fez o convite para que eu participasse desse “evento no bairro”, de prontidão me explicou que o motivo dessa reunião era para que o conselho gestor formado pelos moradores do bairro, debatessem a área da saúde, já que uma das agentes comunitárias que atuava no posto de saúde próximo à sua casa estaria presente, assim como três representantes da assistência social da prefeitura.

As assistentes sociais, assim como eu, foram convidadas no dia do OP e, evidentemente os moradores esperavam a atuação delas para resolver o que seria debatido a respeito do posto de saúde. Eu estava presente somente para escutá-los e para realizar a entrevista com Maria ao final da reunião.

Devo dizer que fiquei positivamente surpresa com o número de participantes. Havia 12 moradores do bairro presentes na garagem da residência de Maria assim que cheguei. Todos eles aparentemente estavam por dentro dos problemas do posto de saúde e claro, do bairro. Maria pediu que me apresentasse, e não senti que eles ficaram desconfortáveis com minha presença, somente curiosos. Antes dessa apresentação proposta por minha interlocutora, notei – através dos olhares “de canto de olho” – que eles novamente repararam que não pertencia àquele espaço, pois não puxaram nenhum assunto, apenas ficaram atentos para descobrir quem eu era ou o que estava fazendo ali. Por isso, falei meu nome e tentei explicar rapidamente na linguagem mais fácil possível, qual era o meu trabalho e o porquê da minha presença. Ninguém se manifestou a respeito, exceto as assistentes sociais que ficaram interessadas.

Segundo Elias (1994), a formação de vizinhança possui quatro estágios que o definidos por ele: o tempo de permanência dos moradores tanto de Winston Parva e agora percebi que também do Jardim Pinheiros, garante: primeiro pertencimento ao espaço, depois reconhecimento como “igual” e não “outro”, terceiro a formação da comunidade e por fim, os direitos adquiridos por fazerem parte de um território ou pedaço. É visível que nessa relação, “todas

elas se conheciam e sabiam situar umas às outras” (p. 62), por isso, no caso da minha presença nessa reunião, todos sabiam que eu não compunha aquela comunidade.

A reunião iniciou com certa rapidez e organização, e tentei não me distrair com as reclamações a respeito da área da saúde que os moradores teciam. Mas, percebi novamente que a questão do lazer e do esporte – assim como no OP – apareceu no debate. Todos começaram a reclamar para as assistentes sociais que estavam presentes, que não gostaram da ideia de a prefeitura de construir uma “academia ao ar livre” (as aulas de zumba que foram problematizadas anteriormente) nos espaços verdes – que inclusive são muitos – no bairro. A localização proposta era muito próxima da penitenciária e eles não se sentiam seguros, além de ressaltar que: “*Não queremos encontrar os familiares deles ali aos finais de semana!*” (INFORMAÇÃO VERBAL).

Entendi que aquela reunião de moradores reforçava a ideia de comunidade muito presente entre eles, assim como o vínculo de vizinhança que possuíam, pois além de demonstrarem claramente que eles pertenciam ao mesmo lugar – pelo meu olhar de fora–, o espaço de participação para reivindicação das necessidades do bairro ocorria há muito tempo. Ressaltou-se como “o território é um campo de forças” (GODELIER, 2011) e o OP era somente um espaço institucional, mas não determinante para a vida em comunidade que eles criaram. Por isso, entendi que o Jardim Pinheiros apesar de estar vinculado – pelos olhos da prefeitura – aos bairros menores em seu arredor, era forte por causa da sua vizinhança. Assim como as reivindicações de melhoria daquele espaço urbano eram pulsantes, a cisão, portanto, do Jardim Pinheiros, não era motivada somente pela distância do “centro” da cidade de Araraquara. Foi um processo natural, amparado pelos próprios cidadãos daquele lugar, pelo sentimento de pertencimento e dominação de um espaço, da formação de identidade no território. O viés materialista de Godelier a respeito do território traduz bem este fato:

A apropriação simbólica [de um lugar] pois o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidade visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos

homens[...] o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser (p. 50-51, 2011).

A reunião do conselho gestor começou a ser finalizado por volta das 22h. Deduzi que talvez fosse necessário sugerir outro dia para conversar com a Maria, mas paralelamente – por ter sentado perto – já estava conversando com a minha outra interlocutora selecionada no OP (Sara), já que não tinha conseguido estabelecer nenhum contato na plenária, como fiz com a Maria. Preciso dizer que a minha segunda interlocutora possuía um jeito expansivo, um tom de voz mais alto e determinado. Isso fez inclusive que, algumas senhoras presentes na casa da Maria (inclusive ela), dissessem para conversar com ela porque “*ela sabe de tudo por aqui!*” (INFORMAÇÃO VERBAL).

De fato, Sara é uma moradora comunicativa, cuidadora de idosos, que vive entre o centro da cidade e sua casa. É também eventualmente doméstica e circula, portanto, constantemente por vários espaços daquele bairro. Não prolonguei o diálogo naquele momento, porque sabia que deveria tentar marcar um dia exclusivo para entrevistá-la. Perguntei se isso era possível e ela concordou. Passou seu contato e pediu para que, através desse, combinássemos um final de semana para realizar a entrevista em sua casa e, com isso, ela já me mostraria o seu “pedaço” no bairro.

Assim que todos, inclusive eu, ajudamos a dona da casa a recolher as cadeiras da sua garagem, Maria sentou e disse para começarmos então a entrevista. Nessa conversa, havia pedido permissão para levar o gravador, pois achava importante registrar os detalhes daquele conteúdo. Comecei explicando novamente a minha pesquisa – e confesso que utilizei a explicação dela para que todos entendessem que o meu objetivo estava em observar fora do presídio e não dentro, o que tranquilizou os meus entrevistados. Disse que manteria todos os nomes em sigilo, e pedi novamente se podia ligar o gravador, explicando que provavelmente não precisaria de uma transcrição completa, mas que gostaria de relatar com o máximo de fidelidade sua fala. E ela consentiu, mas percebi que subitamente ela diminuiu o tom da sua voz.

Maria é aposentada, mora há 27 anos no Jardim Pinheiros e sua família também é do bairro. Iniciei o diálogo dizendo que meu objetivo era que ela falasse como se sentia com a presença da penitenciária em seu bairro. Relato

abaixo trechos do que foi dito por ela:

Pra mim ... assim... pra gente que mora nessa avenida o impacto é bem grande, porque como eu falei, a gente não pode parar o carro lá é assim... eles têm o espaço deles pra colocarem os carros, só que é minoria 'cê vê' lá dentro. Eles usam a rua, os dois lados da rua, e tem placas que é proibido estacionar do lado de lá, agora vai a gente estacionar do lado de lá, a gente leva uma multa. Só que de final de semana. que nem de sábado não é tanto, mais é de domingo. Que nem sábado, eu saí e cheguei quase 6 da manhã já tinha gente parada do lado de cá, o povo atravessando a rua e no maior sossego e você tem que esperar a paciência da pessoa, e a tarde também. O ônibus faz a linha aqui embaixo, passa a rua 9 e as vezes ele não consegue parar, porque os carros ficam dos dois lados ... Fora que eles param o carro no meio do canteiro, onde tem uma sombra eles colocam o carro no meio, eles têm o espaço deles e no meu entender aquele espaço foi pra isso, só que não tem um guarda nem ninguém que fiscaliza aquilo ali. Quando eles vão embora, deixam o lixo, o pessoal do bairro tem que catar o lixo... Porque as vezes a pessoa vem de fora e não entra, aí vem trazer a pessoa pra visitar, aí a outra pessoa fica aqui fora, para o carro na minha sombra... fica aqui parada 'cê' não sabe quem é, né? (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Quando a interlocutora disse “você não sabe quem é né?”, perguntei como ela se sentia durante esses finais de semana, por conta das visitas, afinal, como foi informado acima: a relação de vizinhança que eles possuem é intensa, e por isso deduzi que eles sabem exatamente quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*:

Agora melhorou muito porque eles estão dando senha aqui [na penitenciária], porque antigamente eles dormiam nas calçadas, principalmente naquela avenida... eu tenho uma amiga, minha comadre e ela mora ali... eles tomavam conta, faziam xixi, as necessidades sabe? Armavam barracas ou colchão no meio o canteiro, era um horror! Aí eles começaram entregar senha, entendeu? Mas mesmo assim, de final de semana aqui? Tenta vir! Tipo, eles saem umas 16h/16:30h, pode vir, até a aqui em casa, você vem ver como fica (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Pergunto como é a relação dos visitantes com o pessoal do bairro, mas mais especificamente com ela:

Não mexem, só que nem eu falei, uma vez eu vendi um tênis... não sabia.. pelo 'face' né.? Qualquer um compra... aí a moça falou: 'cê não me entrega no ponto de ônibus'? Aí o pouco

tempo que eu fiquei ali esperando [no ponto de ônibus]... Nossa! Não dá!... A coisa mais absurda do mundo... não tá nem aí... não querem saber se você é, não é. Elas falam o que der na cabeça, elas falam o que aconteceu lá dentro... elas vêm contando eu acho o cúmulo, sorte que eu tava sozinha, tô sempre eu e meu filho (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Quando menciona o seu filho, pergunto como é sua aos finais de semana, principalmente por ter um filho de 12 anos:

Eu não deixo ele sair de final de semana, ele fica só aqui, ele tem um amiguinho dele..filho da minha amiga ali na [rua]10 se ele vai na casa dele.. eles só deixam sair se eles vem pra cá aí eles ‘pega’ a bicicleta vem pra cá ficar andando no postinho ou eles ficam jogando videogame e eles só saem quando acaba o horário de visita (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Em seguida, a moradora me fala que gosta da vida no bairro, mora no Jardim Pinheiros há 26 anos e justifica como há essa ligação e formatação de comunidade entre os vizinhos: “*Aqui é difícil ter casa alugada, a maioria é proprietário, tipo essa aqui do lado da minha casa é uma das únicas que é aluguel*” (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Conta que a sua avó morava ali no bairro, logo no início da construção do bairro, quando ainda tudo era mato, ela quando criança frequentava o Parque Pinheiro, que é do ano de 1975. A moradora reafirma, portanto, que o principal incômodo da penitenciária são os finais de semana, causado pelos familiares dos detentos. Relaciono novamente o processo de urbanização do bairro com a construção prisional:

O encontro entre grupos antigos e novos e a pressão que os obrigou a conviverem como membros de uma mesma comunidade não foram acontecimentos ao acaso. Tratava-se de episódios pequenos, mas característicos a longo prazo ao processo de industrialização, urbanização ou desenvolvimento comunitário (ELIAS, p. 69, 1994).

Pergunto dessa vez como ela se sente quando a população do bairro escuta falar de ‘rebelião’:

É tranquilo, a de 2006 assustou um pouco, foi feio! A dona dessa casa aqui onde eu moro hoje, se mudou do bairro por

causa disso. A gente acordou com uma fumaceira preta, helicóptero rodando, todo mundo se perguntando o que estava acontecendo (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Após a fala acima, fomos interrompidas por uma vizinha chamando a interlocutora no lado de fora de sua casa, pois ela tinha “esquecido” sua filha após a reunião. Segundo as duas moradoras, seus filhos são amigos e, por isso frequentam constantemente a casa dos vizinhos. Quando a vizinha foi embora com sua filha, Maria voltou falar da rebelião:

Todo mundo do bairro começou a enviar mensagem pelo celular, pra gente não sair de casa, que os presos iam escapar, na época eu não tinha carro, meu filho era bebê, eu tinha que levar ele no médico... eu tenho que sair, não tem como. Falei seja o que Deus quiser... e saí[...] falei pra todo mundo: ‘gente eles estão lá e eu tô aqui’...todo mundo fica perguntando se eu não tenho medo...não tenho não... eu me sinto mais segura vendo que eles estão lá dentro e eu tô aqui (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Quero saber, por fim, se Maria pudesse escolher em ter ou não a penitenciária no seu bairro, o que ela decidiria:

Ai... eu como... né... como eu conheço desde quando ela tava construindo..minha avó morou aqui... pra gente eu tô segura... eu entro lá dentro.. tenho amigos que trabalham ali... a gente foi lá [penitenciária] pescar final de semana passado.. os meninos jogam bola... fazemos churrasco ali onde tem tipo uma área de lazer. Nunca ninguém veio aqui xingar a gente..que nem minha amiga mora na 10 e o marido dela tem um carrinho de lanche.. o pessoal que sai ali da penitenciária para ali pra comer um lanche... nunca tive problemas com isso. O problema é as visitas... nem as visitas..o pessoal que vem com elas e fica pra fora.. e na hora de sair... (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Já finalizando a entrevista – até porque já era bem tarde, por volta das 23h30 –, não fiz mais perguntas de fato, só conversamos sobre a rotina dela, de modo informal. É neste momento que ela fala a respeito tanto de alguns casos de comércios que lucram por causa da penitenciária, inclusive o bar que será relatado posteriormente. No momento, seguem os últimos diálogos da entrevista com a moradora Maria:

Tem um amigo nosso que tem uma distribuidora de bebidas, agora ele tá vendendo de tudo, entendeu? Pra ele foi bom...que nem... é o dinheiro que ele ganha do bairro mas de final de

semana ele ganha mais... ele ganha mais, que nem..[pausa] Apesar que ali da esquina [baixando muito o volume da voz] dizem, é, eu não sei... dizem que é do PCC. Eles ali têm uma pensão também para as mulheres dos presos. Tem muita gente (do bairro) que parou de pegar marmita lá, agora pegam aqui mais pra baixo... Tem outro cara aqui pra baixo que faz marmita, faz costela, mas é pro pessoal do bairro! (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

E por fim, pergunto “então ser moradora aqui para você é”?

É bom... Ah! Eu gosto! Não me vejo morando em outro lugar. Que nem a maioria do pessoal que ‘tava’ aqui viu meus filhos bebês – aquelas duas senhoras, sabe? Que nem mudei pra cá quando minha filha tinha dois anos, agora tem 29! (MARIA, INFORMAÇÃO VERBAL).

De modo geral, a conversa com essa moradora e a recepção em sua casa em um dia importante de encontro da comunidade do bairro, possibilitaram que eu notasse o quão forte são as relações entre espaço e sociabilidade entre a identidade construída no “pedaço” que Maria faz parte. Através de sua fala e do que pude observar, os muros da penitenciária fazem parte de sua rotina, mas não aparentam ditar comportamentos. A vizinhança se fortalece enquanto comunidade e quando preciso, pressiona o poder público por meio de atividades como a que presenciei, e o momento que eles não possuem controle e se sentem incomodados, são os finais de semana.

4.4 A SEGUNDA REPRESENTANTE DO BAIRRO: Sara

Antes de apresentar o campo feito com a segunda representante do bairro – e minha interlocutora –, adianto que o discurso de Sara a respeito das sensações e impressões do bairro, se assemelhou muito com o da Maria. Por esse motivo, me preocuparei em enfatizar os diferenciais em sua fala. Ressalto novamente que sem a colaboração do diálogo e a disposição dessas moradoras, não seria possível sequer conectar as considerações teóricas da pesquisa como um todo e menos ainda prosseguir com a realização deste trabalho.

Marquei com Sara nosso encontro em um sábado – ela me receberia em sua casa por volta das 10h. Quando nos falamos, ela me informou em qual ponto de ônibus deveria descer e que inclusive me esperaria nele. Novamente, essa escolha de locomoção era importante para auxiliar como olhar para o espaço

pela ótica dos moradores daquele território.

Assim como combinado, Sara me esperou no ponto de ônibus e fomos caminhando para sua casa, que era bem próxima de onde descii. Ela tinha feito um bolo para comermos durante a entrevista. Dessa vez, senti proximidade com a moradora e com o ambiente de modo geral, e por isso nossa conversa foi bastante descontraída. Assim como fiz com Maria, pedi licença para gravar, pois novamente isso auxiliaria para manter a riqueza dos relatos e ela pareceu gostar de ter um lugar de fala importante. Ela se sentia empoderada por ter alguém interessado em suas ‘denúncias’. E novamente, iniciei minha terceira entrevista – que durou em média uma hora e meia – perguntando como era viver em um bairro que tinha como vizinha uma penitenciária daquele porte:

A penitenciária na minha vida não mudou muita coisa, a gente fica só com mais insegurança porque é muita gente estranha que vem de lá pra cá... são pessoas de outras cidades e outro estado que vem... são pessoas diferentes no bairro. Eu moro no bairro há 23 anos, então eu conheço bastante gente..haam... assim.. eu acho um absurdo gente que vem de fora pra visitar a penitenciária, porque tem o CDP²⁸ e a penitenciária. Quem vem no CDP tem visita duas vezes na semana... mas eles vivem mudando os dias, porque assim...são os presos de outra cidade que teve sentença e vai entrar pra penitenciária. No sábado cedinho fazem aquela fila ai trazem tudo numa sacola transparente com os “tupperwares” – de tamanho padrão – pode entrar macarrão, arroz, carne, e é só desfiada hein? Nada pode ter rótulo. Aí no domingo de manhã é aquela fila na penitenciária, porque tem senha. Tem gente que dorme ali... na esquina do bar. Estou falando sério! Tinha gente ontem aí [sexta-feira], não era nem nove horas da noite (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Logo em seguida, ela fez a mesma crítica que Maria a respeito do estacionamento “*para eles*” – o espaço que foi explicado anteriormente –, mas que não utilizam, e param os carros nas ruas do bairro. Segundo a afirmação das duas entrevistadas, eles acabam “*roubando todas as sombras das árvores do bairro*”. Após essa afirmação, prossegue a respeito da influência sensitiva e simbólica da penitenciária no bairro:

²⁸ O CDP é o abreviamento para “Anexo de Detenção Provisória”, que foi construído após a rebelião de 2006, momento em que a penitenciária foi inteiramente reformada. Esse espaço carcerário, que faz parte desse sistema prisional, possui dias diferentes para visita, até porque homens que estão neste lugar, ainda não foram condenados e esperam pelo julgamento presos.

O medo fica mais por conta do bar da esquina do balão (em frente à penitenciária) tem muita gente que vem e tenta entrar com droga, elas usam o banheiro ali do bar, colocam o que tem que colocar. Eu do bairro, moradora, não vou ali no bar [o espaço chama-se Shalon] comprar nada. O medo não são as mulheres dali, mas... tem as pessoas que passam as drogas... ali perto teve gente que mudou a vida! Abriu uma marmitaria logo 'ali'...pra suprir as necessidades dos familiares do pessoal da penitenciária. Fornece almoço, marmitex... o banheiro. O José? Ele abriu uma distribuidora de bebidas, se fosse pelo bairro... ele abriria 8 ou 9 da manhã...mas ele abre às 5h nos finais de semana. Ele serve o bairro... mas ali de madrugada 'é' as meninas... mães... crianças que vêm visitar. Todo mundo tem que passar ali na revista antes de entrar também, viu? (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Uma informação nova e bastante significativa a respeito das visitantes da penitenciária que vêm durante os dias da semana para visitar no Centro de Detenção Provisória (CDP) foi sobre “as cores²⁹”:

No CDP tem as cores, as mulheres vêm com as cores da raia...[Ela faz uma pausa, ri e diz que é um 'centro de informações']. É o rosa, vermelha se não me engano, verde também...porque tem as raias, que é o corredor onde ficam as celas. Tem a cor pra poder diferenciar os visitantes...porque aí eles separam... ali dentro tem um pátio. As mulheres que vêm visitar são muito unidas entre elas...então assim, às vezes uma mãe não pode visitar esse preso, então ela pede pras outras, levam comida a mais pra elas dividirem[...] É um ajuda o outro... ali é só eles, né? (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

A questão das cores, depois dessa entrevista, tornou-se um importante e estimado foco de observação no campo, pois se mostrou relevante descobrir como isso funcionava no bairro. Não pude confirmar com nenhuma das visitantes tal sistema de diferenciação, por isso não posso tomar o lugar de fala, mas a observação nos dias de visita pôde confirmar que há um sistema próprio articulado entre eles. Demonstrarei isso no relato da minha última pesquisa no campo. Sara, além de informada e articulada em seu bairro, faz questão de ressaltar que tem conhecimento sobre a história da cidade, então confirma uma

²⁹ Não pude confirmar essa informação com os agentes administrativos e penitenciários que trabalham no espaço. Porém, Sara passou essa informação, garantindo que alguns amigos dela que trabalham dentro da penitenciária poderiam confirmar essa dinâmica, além de apontar, enquanto andávamos pelo bairro, dois exemplos de grupos compostos por visitantes, em que cada grupo realmente vestia uma cor semelhante entre elas e distintas do outro grupo.

das minhas hipóteses a respeito da penitenciária: ela não foi construída e ficou-se naquele espaço meramente por estar afastada do centro, determinando de vez que aquela seria uma região periférica, ou somente por acordos políticos da época.

Mas foi construída porque aquele espaço precisava ser urbanizado, asfaltado, loteado e que necessitava de investimentos em equipamentos urbanos. A alternativa encontrada em Araraquara, assim como ocorreu e continua ocorrendo em outras cidades do interior do estado, foi a construção do presídio:

A cidade começou a crescer no centro, quando aqui começou só tinham quatro ruas, aí veio o Jardim Pinheiros, o ônibus não passava aqui, aqui era pura terra. Isso aqui não tinha asfalto não, eu tinha 10 anos, eu tinha medo de vir pra cá na casa da minha amiga. Eu tinha três anos quando a penitenciária foi feita, o bairro na verdade começou a crescer depois de 1984, os moradores mais velhos mesmo, nem existem mais. A população começou a chegar pra cá por causa da penitenciária, daí começou chegar as coisas pra suprir as necessidades, comércio etc... Para passar ônibus aqui a população do bairro teve que lutar (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

A moradora e interlocutora prossegue tecendo sua visão sobre o policiamento – ou a falta dele – no Jardim Pinheiros durante os momentos de rebeliões. Como foi informado no capítulo anterior, a penitenciária de Araraquara fez parte desse circuito de motins do estado de São Paulo em momentos de instabilidades prisional:

Teve um tititi que saiu...porque tavam matando policial... tinha vizinhos aqui que não estendiam nem a farda no varal... não saíam de casa fardado... não chegavam com a viatura em frente de casa. Minha mãe ficou com medo na época.. aqui tem um guardinha na rua... mas aqui é grande.. não dá pro guardinha estar em todo lugar ao mesmo tempo. Compensa pagar monitoramento 24h aqui. Lá naquela época foi tumultuado, tinha medo de sair de casa, não podia abrir o portão pra qualquer coisa, a gente tinha que avisar que tava chegando quando íamos em alguma casa aqui do bairro. Minha mãe tinha o portão aberto...porque aqui tinha um terreiro.. ela era benzedeira e lia a sorte, então o portão era direto... era só encostado. Com a história da penitenciária eu brigava, fazia ela fechar o portão. O tumulto era de que iam tentar invadir pra resgatar certos presos. Preso quando foge, não quero fugir pro seu bairro...quer correr... mas e se machuca? Vai entrar no primeiro lugar... então aqui a gente vivia com medo...portão trancado, janela fechada com grade,

porta trancada. Porta aberta durante o dia? Nunca. Tudo fechado. Sair de casa à noite? Nem pensar. Depois das 18h? Jamais. Era a insegurança. Policial fardado na rua? De jeito nenhum. Agente penitenciário? Não andavam sozinho e nem de uniforme (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

Quando pedi para que ela falasse sobre a movimentação policial no bairro, a moradora diz:

Ronda policial aqui? O que é isso? É raro! Muito raro...minto! Só quando tem escolta de preso. A gente vê só a escolta, aí você vê polícia. Não vê polícia de dia, nem de noite. Ronda escolar? Nunca vi na escola; na creche? Imagina! Só vejo quando vão na casa do PM, que a gente tem quatro policiais aqui do lado. Os dois que moram pro fundo do bairro não saem fardado, nem deixam a viatura ir em frente a casa deles[...]Policiamento aqui você não vê, só quando a gente começa brigar muito muito muito...vi duas vezes nesse último ano, só porque o policial mora por aqui. Segurança aqui faz a gente mesmo, através da vizinhança [...] A gente vê quando tem movimento estranho[...]Tem muita gente nova no bairro que mudou pra cá por causa da penitenciária, ou pra trabalhar na penitenciária, ou por conta de um parente que esta preso. Tem pessoas que mora aqui que é de anos... então a gente tá sempre de olho. Mas tem muita gente estranha e nova... final de semana? Você fica esperto. Pra mim é tranquilo porque eu quase não saio de casa, mas o movimento aqui é diferente[...] Você fica meio receoso pra sair de casa. Tenho uma amiga que mora logo ali na frente...que tem criança... só que ela não sai de casa, tem medo de gente estranha ver que ela sai e entra na casa. Todo mundo fica de sobreaviso[...] (SARA, INFORMAÇÃO VERBAL).

De modo geral, Sara possui um discurso muito próximo ao apresentado por Maria. Diante desses relatos, é de suma importância compreender a dimensão simbólica dos espaços construídos na cidade, ressaltar que o constructo físico impõe uma estrutura de poder que estão para “além-muros” e atuam na rotina do bairro e na vida privada desses moradores. De um lado, temos a garantia do Estado de segurança e prisão para os que infringem a lei, e os muros representam que o perigo está isolado do lado “de dentro”. Do outro lado, temos a incerteza dos moradores quanto à população – advindas dos detentos – que circula pelas ruas aos finais de semana. Ainda mais complexo, é que esta dinâmica só ocorre porque casas e presídios tornaram-se vizinhos de muro.

4.5 A FALA DOS DE DENTRO: os agentes prisionais e a visão dos que estão acima do muro

Antes de relatar minha entrada na penitenciária, preciso dizer como consegui o acesso ao espaço, e também reforçar a ideia de que o trabalho, a pesquisa de campo muitas vezes ultrapassa o próprio ambiente do campo, de modo que se insere em um espaço que mesmo sem intenção, acaba atuando nele. Foi assim que conheci Leandro³⁰. O meu mediador na penitenciária trabalha na Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” ou FUNAP, vinculada à SAP.

O meu encontro com o Leandro foi ao acaso, durante uma capacitação oferecida pelo Observatório das Migrações em São Paulo (IFCH/NEPO/UNICAMP), do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI/UFSCar), do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP/UFSCar) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Organização, Poder e Mercado (NESPOM/FCLAr/UNESP).

O evento chamado Programa de Capacitação: População, Cidades e Políticas Sociais ocorreu em abril de 2017 na FCLAr. No primeiro dia, os participantes da capacitação apresentaram-se e discorrem sobre o seu campo de trabalho, ou a pesquisa de pós-graduação que estava sendo realizada, como no meu caso. Dito isso, após as apresentações houve um intervalo, e Leandro me abordou dizendo sobre seu trabalho e que se fosse do meu interesse, ele poderia me ajudar a conhecer meu objeto.

Trocamos e-mails e devido ao seu livre acesso à penitenciária, ele passou o contato de um agente penitenciário e pediu para que eu combinasse com ele um dia de visita. Tranquilizou-me e disse já estava tudo certo, só não sabia se eu poderia conhecer a penitenciária por completo – e de fato, eu não pude. Foi então que minha visita ao presídio ficou marcada para o dia 25 de maio de 2017, às 14h30min. Assim que cheguei e me apresentei na portaria, o porteiro disse que José já estava me esperando e me indicou por onde iniciava a minha entrada. Não há como deixar de relatar os três primeiros impactos – no sentido espacial – que tive: a penitenciária apresenta dimensões vultosas.

³⁰Tal como ocorreu com as informantes do bairro, os nomes dos agentes penitenciários serão mantidos em sigilo. Por isso, todos os nomes são fictícios.

Não há como não notar a grandiosidade dos muros e do lugar por completo – há um recuo de cerca de 4 metros entre o início das muralhas e uma grade de proteção presente na calçada e rua de fato (ver figura 15). Todas as vezes que estive no bairro, percebi que sempre há familiares no espaço de espera do presídio. Esse espaço é aberto e todos que passam por ali enxergam os visitantes, é como uma gaiola, o que não se distancia tanto daquilo que encontrarão dentro. Para encontrar José, passei por três portarias, os três lugares sabiam quem eu era e a razão de minha visita. De fato, a representação simbólica dos muros indica o que eles representam na parte de dentro: controle, vigilância e isolamento.

Figura 19: Área de segurança – o recuo dos muros e a rua



Fonte: Acervo Pessoal

A próxima experiência que passaria ali dentro – antes de encontrar meu interlocutor José – foi a revista. É claro que não foi feita da forma padrão, como nos dias de visita. Cabe salientar que há muitas denúncias de constrangimentos corporais durante as revistas em dias de visita. Deixei minha mochila com absolutamente tudo, inclusive caneta, celular, caderno e qualquer outra coisa que poderia me ajudar a registrar o diálogo. Uma agente prisional pediu para eu entrar

em uma sala, tirar a blusa e pediu minha autorização para fazer a revista corporal. Não houve nenhum problema, apenas o meu estranhamento por ter entrado em um território completamente diferente.

Passei por um aparelho de “raio-x” o mesmo tipo de aparelho encontrado em aeroportos que detecta objetos de metal (por isso o inconveniente com o fecho de metal do sutiã). Após ultrapassar o terceiro “paredão”, fui recebida por José, que estava à minha espera. Ele me levou para uma sala administrativa, que estava localizada em um salão de recepção dentro do presídio. Na sala, além dele, estava Elis, outra agente prisional, que também me aguardava. José exerce a mesma função há 32 anos, e Elis há 25. Como eu não tinha um roteiro para aplicar, tentei seguir o padrão que havia feito com as outras três entrevistadas. Expliquei novamente minha pesquisa e eles logo começaram a falar.

Elis inicia sua fala, em relação ao que expliquei sobre minha pesquisa, e a interlocutora rapidamente afirma que não sabia se eu iria encontrar algum incômodo causado pela presença da penitenciária no bairro. Em seguida, eu pergunto o porquê dessa afirmação, e ela informa que eles se empenharam para criar um ‘mecanismo’ em que os familiares dos internos chegam durante a semana com o jumbo³¹, fazem o “despacho” e isso garante que o tempo de espera e revista aos finais de semana seja encurtado, assegurando que a entrada na penitenciária seja rápida. Segundo a agente, antes da instauração desse mecanismo, o bairro ficava tumultuado, mas agora isso tinha sido resolvido. Enquanto isso, José ao seu lado confirma e concorda com a fala de Elis.

A agente com muita naturalidade levanta a questão da regionalidade dos familiares – e do preso – e afirma que as cidades dos internos não podem ficar a mais de 100 quilômetros de distância. Já que foi natural tratar desse assunto, questiono sobre quais são os principais delitos dos que estão cumprindo pena em Araraquara, e ambos afirmam que são tráfico, homicídio, roubo e furto. Preocupam-se em dizer que não há nenhum crime de estupro nesse espaço, pois há unidades prisionais direcionadas somente para crimes dessa natureza – não passaram detalhes e nem nomes de onde estavam localizadas essas unidades.

³¹ A denominação dada a ‘sacola’ que os familiares trazem com comida e coisas de higiene pessoal para os detentos. As sacolas devem ser necessariamente padronizadas: transparentes e com a mesma medida. Não entra nada com rótulo ou embalagens que não possam ser abertas e revistas.

Uma vez que a minha interlocutora não se incomodou com assuntos que poderiam ser polêmicos (como a questão dos delitos), resolvi perguntar a questão das cores anunciada por Sara. Nesse momento, ambos se entreolharam e disseram desconhecer essa prática. Esquivaram-se, dizendo que se a questão de demarcação de cores por raia realmente acontecia, não era uma ação institucional, sem qualquer ligação com a SAP, no máximo uma regra criada internamente, sem especificar se pelos detentos ou pelos familiares. Apressadamente, garantiram que as únicas cores proibidas para as visitas pela Secretaria de Administração Prisional eram as que os presos usavam: camisetas brancas, cáquis ou pretas, pois eram as cores do uniforme dos agentes da penitenciária. Pediam também para que as mulheres fossem de calça tipo *legging*, na cor preta. Enquanto conversávamos, dois internos apareceram na sala para tirar o lixo, e reparei que eles convivem de forma amistosa com os que eram incumbidos de ajudar na organização do lugar.

José quase não falou, somente confirmava tudo que Elis apresentava sobre a dinâmica, e no decorrer dos relatos, ambos afirmavam constantemente como a penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira era inovadora em suas práticas, na humanização e sociabilização dos internos. No final dessas explicações, focavam-se novamente no fato de que, por conta disso tudo, os moradores não tinham do que reclamar, afinal, eles também eram moradores do bairro. Nesse momento, abro um parêntese a respeito da localização residencial dos agentes penitenciários no bairro. Primeiro, é preciso dizer que eles se fixaram a 1,5 km dos ‘muros’ e, portanto, distantes do entorno de fato. Segundo, é necessário evidenciar que os dois vangloriavam a vinda da penitenciária por conta do trabalho que eles tinham, principalmente no início das contratações em que muitos dos trabalhadores enriqueceram, pois segundo eles, o salário era alto e atrativo.

Portanto, não é de se estranhar que sob a égide deles, se divide em dois territórios distintos – mas de conflito constante – a afirmação de que o espaço prisional e o espaço do bairro estavam em perfeita sintonia e sem incômodo de fato. É claro que a rotina do lado de dentro dos muros do cárcere, causava-lhes familiaridade e o impacto neles era diferente dos que viviam de fora. Estar dentro, fazer parte do sistema prisional do estado de São Paulo, parece tornar os

impactos no bairro de uma cidade de médio porte como Araraquara, irrelevantes perto de toda a hierarquia e complexidade advinda do próprio sistema.

Por isso, ainda que eles pudessem fazer parte do mesmo pedaço que Giovana, Maria ou Sara, consideravam-se superiores por estarem dentro do espaço de poder e ainda que de “fora”, o pedaço deles era “dentro”. Esse processo, ao final da entrevista, pareceu conceder-lhes o poder de me dizer os lugares e pessoas que eu deveria conversar ou ir, e os que não. Ao me alertarem a não ir a lugares considerados perigosos por eles, considerei ir, pois são nessas oportunidades encontramos respostas – ou novas indagações importantes em uma pesquisa de campo. Finalizamos a conversa e cerca de duas horas depois, me despedi. José se colocou disponível para caso eu tivesse alguma dúvida e tornou a dizer alguns lugares que eu poderia ir e eram de “confiança” no bairro. Não tive tempo para as visitas indicadas e também nenhum me chamou tanto a atenção quanto o bar Shalon. O próximo relato é o meu último campo, no bar (ver figura 16) e nas imediações em frente à penitenciária.

5. O ÚLTIMO CAMPO: o desdobramento a respeito das cores e a extensão do estigma prisional no bar e nas imediações

Resolvi deixar minha última saída a campo para o momento mais próximo de finalização deste trabalho. Foi no dia 04 de fevereiro 2018, domingo, por volta das 10h00 que fui até o bar já citado duas vezes durante as entrevistas, e outras tantas vezes em conversas informais. De qualquer forma, devo dizer que antes de decidir por essa data, fui ao bairro durante um mês, todos os domingos, e não me sentia preparada – e até intimidada, talvez – para entrar nesse estabelecimento comercial. É importante dizer que não há qualquer manifestação de violência ou algo que pudesse me submeter a um espaço perigoso, a questão da intimidação que sentia vinculava-se aos relatos que escutei sobre o bar, que ele seria um território de domínio dos “*outsiders*”, ou melhor: aquele era o pedaço das visitas, e à isso foi atribuído um estigma espacial. Na verdade, reconheci o bar como a “região”, segundo Agier (2009), em que as fronteiras espaciais e identitárias estavam extremamente demarcadas pelos “*outsiders*”; logo, não sentia que minha presença era bem-vinda, principalmente sem um

mediador para me apresentar ao “pedaço”. De acordo com a dinâmica estabelecida nesse território e já anunciado por Feltran (2009), “onde há fronteira, há conflito”.

Ressalto que a única coisa que esperava extrair desse espaço era a questão das cores, que foi o ponto de interrogação sem respostas até aquele momento. Sabia que eu não poderia confirmar esse fenômeno somente por boatos, e gostaria de conferir diretamente com pessoas envolvidas em questão. Assim o fiz, mas não exatamente como planejado. Estacionei o carro em uma rua atrás do bar, resolvi que a abordagem mais “honestá” para aquele espaço era me apresentar como pesquisadora e deixar o mais claro possível que não estava interessada na dinâmica do bar ou qualquer tipo de sociabilidade que pudesse ocorrer ali, somente explicaria minha pesquisa e perguntaria a respeito das cores. Por isso, me vesti como alguém que não fazia parte mesmo daquele pedaço: calça preta, blusa branca (cores não permitidas pela penitenciária para as visitas), tênis e óculos de sol. Desci do carro e fui em direção ao bar, porém, logo na esquina antes de chegar ao estabelecimento, encontrei uma loja de roupas aberta e notei que ali nesse lugar, as camisetas coloridas – tal como eu já tinha avistado todas as vezes que estive lá – estavam à venda.

Não hesitei e entrei na loja. Não tinha ninguém ali dentro, mas em poucos segundos, uma senhora chegou e eu perguntei se aquele estabelecimento era dela. A senhora confirmou e senti que de imediato, ela ficou desconfiada, por isso apressei minha apresentação e expliquei o que estava fazendo ali e qual era a minha pesquisa. Logo que mencionei que minha intenção era saber como os moradores se sentiam com a presença da penitenciária, ela apressadamente me disse que a presença da penitenciária era excelente e que não havia nada de mal nela. Por isso, tive que dizer que era esse tipo de relato sincero que esperava, e ela disse que imaginou que eu quisesse ouvir que era algo negativo. Em seguida e rapidamente, a senhora começou a contar como o bairro era seguro por causa daquelas muralhas, exclamando coisas como: “*os vizinhos aqui da minha rua não precisam nem guardar o carro*” ou “*antes o muro da minha casa era super baixo, nunca me assaltaram aqui*”. E prosseguiu exclamando: “*tenho essa loja há muito tempo e minha filha era dona do bar aqui ao lado*”. Nesse momento, tive a certeza de que estava no lugar certo e a metodologia de estar “aberta às surpresas do campo” de Ruth Cardoso e Pettonét realmente era algo presente

naquela situação.

Quando Dona Rosa³² me informou que sua filha era a dona do bar do qual fiquei tão receosa em entrar, soube que talvez eu não precisasse mais ir nesse espaço de fato, poderia saber das cores através desse espaço que surgiu no meio do caminho. Novamente, essa interlocutora de fala apressada e tom constantemente na defensiva, conta que sua filha morreu havia sete meses de problema cardíaco³³ e agora, seu neto advogado (reforça o ofício de seu neto) que cuidava do bar. Prossegue dizendo que seus outros netos (que foram criados desde pequenos nesse local) também ajudam no trabalho. Como se precisasse reafirmar a “honra” de sua família, Dona Rosa enfatiza que todos eles possuem um “bom coração” e para justificar, informa que são evangélicos. Provavelmente, devido ao estigma que o bar – ao se tornar o pedaço dos *outsiders* – e a família adquiriram ao longo dos anos, ela se defende e diz que eles não podem se responsabilizar com o que acontece fora do “balcão”.

Dona Rosa prosseguiu nesse mesmo tom rápido e em defesa do trabalho de sua família, contando algumas histórias pessoais que não cabe descrevê-las. Chamou as visitas da penitenciária como “povo do Egito”, que segundo os evangélicos, significa povo sofrido. Quando ela termina de me contar, entendo que ela está mais tranquila e pergunto a respeito das cores, pois reparei que em sua loja havia uma prateleira só com as camisetas identificadas nas visitas todas as vezes que caminho pelo bairro. Ela me informa que ela vende sim camisetas para eles, e que não há uma “regra” a respeito das cores – tal como Sara havia sugerido em sua entrevista – e que eles (visitantes) só não podem entrar de branco, preto ou cáqui. Dito isso, ela me mostra algumas camisetas penduradas nas cores: azul, verde, roxa, vermelha, rosa e laranja. Quando sugiro a regra das raias que Sara mencionou, ela desconversa e diz que é mentira, que isso não existe. A interlocutora volta a falar sobre a presença da penitenciária, dizendo que não há nada de ruim e que ela se sente muito mais segura nesse lugar do que “no centro da cidade”, e que não entende o porquê de tanta gente ter preconceito com eles.

³² Nome fictício para preservar a identidade e o local de trabalho.

³³ Essa não foi a notícia divulgada no jornal da cidade, segundo a informação da imprensa local, a filha dela foi encontrada morta com sinais de violência corporal.

Assim que conclui parte de sua fala, conta a seguir sobre “quando a cadeia quebrou”³⁴ e diz que esse foi o único momento em que ela sentiu medo, mas que essa situação ocorreu por causa do “salmo do Marcola”³⁵.

Apressadamente, exclama que esse é o termo utilizado pelo pessoal de “lá”, e foi como contaram a ela. Recorda que naquele momento, havia tanto barulho de tiros dentro da penitenciária (e que segundo ela, eram balas de borracha) que o bairro tremia. Prontamente, minha informante reafirma que esse momento foi o único inconveniente que ela e sua família passaram até hoje com a presença da penitenciária.

Lembro neste momento da passagem de Tuan (2005): “Quando as situações são reais e amedrontadoras, as pessoas se adaptam e a ignoram” (p. 15). Em seguida, Dona Rosa muda de assunto e conta que vai reformar a pensão que é proprietária, que anteriormente, segundo ela, só alugava para as visitas do presídio e agora, com a vinda da Faculdade de Tecnologia (FATEC) implantada próxima ao bairro, ela iria alugar somente para estudantes. Pediu para que, se eu pudesse, divulgasse em “minha faculdade”.

Chegou um cliente em seu estabelecimento e por isso, notei que era hora de me despedir. Só então, Dona Rosa perguntou o meu nome, respondi e questionei se caso houvesse necessidade, eu poderia voltar para conversarmos mais um pouco, ela consentiu, mas disse que era melhor no período da tarde, pois de manhã ela estava mais atribulada. Quando indiquei que iria me retirar, perguntei se eu poderia ir até o bar para conversar um pouco e ela, novamente com o mesmo tom utilizado em grande parte da conversa, disse que eu poderia, mas que era a cunhada dela que estava trabalhando e que ela diria as mesmas coisas que eu já tinha escutado dela. Disse ainda que possuía mais tempo e experiência no bairro do que sua cunhada, mas que eu poderia chamar o vizinho ao lado para aplicar minha pesquisa. Entendi isso como uma advertência, e por isso, me despedi e resolvi não ir ao bar.

Voltei ao carro satisfeita com a conversa, mas senti que poderia explorar um pouco mais a questão das cores, afinal, conseguia distinguir todas

³⁴ Dona Rosa se refere à rebelião de 2006. Foi uma das maiores crises de segurança pública do estado (e do Brasil).

³⁵ Marcola é um conhecido líder do PCC, é possível chamá-lo de “mentor” da facção. Por isso, utiliza-se o termo “salmo do Marcola”, para determinarum comando dado por ele.

as pessoas que passavam na minha frente, justamente por causa da diferenciação de roupas dos que eram de fora e circulavam pelo bairro com camisetas coloridas. Isso só poderia significar algo, pois se para mim é uma demarcação bem clara, para os estabelecidos e *outsiders* é ainda mais. Fiz o contorno na rua, parei meu carro em frente ao espaço determinado pela prefeitura para os familiares guardarem seus carros, desci e fui até o ponto de ônibus que está localizado em frente ao bar.

Sentei e decidi ainda que eu não conversasse com mais ninguém, eu utilizaria o tempo para anotar o fluxo do espaço naquele momento. Quando sentei no ponto de ônibus, havia uma moça vestida com uma camiseta cinza e uma calça preta, aparentemente esperando o ônibus. Ela se afastou no banco e me deu um lugar na sombra, pois estava sentada embaixo do sol. Agradei e tirei meu caderno da bolsa, ela me olhou e eu disse que estava fazendo uma pesquisa. A seguir, ela me disse que estava ali porque tinha esquecido um documento e por isso, não pôde ver seu pai.

Confesso que me surpreendi, ela não estava nem vestida com uma das cores ditas acima, nem com a bolsa transparente que leva o “jumbo”. Não evitei e disse que não imaginava que ela fazia parte das visitas e isso, segundo Goffman (1963), possui uma explicação na qual eu também, infelizmente, me encaixei: “um estigma é, então na realidade, um tipo especial entre atributo e estereótipo” (p. 13). Não há outra explicação senão esta, para eu ter me surpreendido que aquela moça, que aparentava ser uma moradora do bairro, na verdade era uma das visitas. Atribuo isso também à cor da camiseta dela, que era “apenas” cinza e “discreta”. De todo modo, esse encontro ao acaso não poderia ser melhor para finalizar meu último momento em campo, pois além de ser um indivíduo aleatório, ela fazia parte daqueles que eram considerados *outsiders*, e, ao mesmo tempo se afastava do estereótipo das outras mulheres. Segundo o que disse, ela nunca fez amizade com o “resto do pessoal”, sua vivência no espaço se resumia em uma vez por mês entrar, ver seu pai e sair o mais rápido possível do lugar. Conteí qual era o objetivo da minha pesquisa, e ela em seguida me deu duas informações que julgo relevantes apresentar aqui: a primeira era que seu pai estava preso havia cinco anos e que ela odiava ter que passar por tudo aquilo para vê-lo. A segunda coisa, foi em relação à minha pesquisa, ela exclamou o quanto os moradores do Jardim Pinheiros devem detestar a presença desse

“*bando de gente estranha andando por aqui*”. Por isso, encontrar essa informante no momento da pesquisa deixou bastante evidente o caráter conflitante de como os *outsiders*, ao mesmo tempo em que possuem consciência da sua relação de “estrangeiro” e “estranho” no espaço do bairro, muitos deles – tal como ela – não querem enfrentar a consequência de ter um ente familiar encarcerado e a sociabilidade construída advinda do sistema prisional.

Figura 20: O bar



Fonte: Acervo Pessoal

Ela também é de Araraquara, mas de outro bairro, não mencionou qual e também não achei necessário perguntar. Já era por volta das 11h30, ficamos um tempo em silêncio e contei que eu queria na verdade ter entrado no bar que estava à nossa frente. Ela me disse que ali ficava uma das “mulheres do chefe”. Fingi não entender e perguntei o que isso queria dizer, então ela diz que são as mulheres dos envolvidos com o PCC, e elas que organizam toda a dinâmica das visitas: estabelecem tempo de permanência, filas e possivelmente outras coisas³⁶.

³⁶ Minha informante não afirmou o que falarei a seguir, mas indicou que o tráfico de drogas e de informações entre os encarcerados e o ambiente externo ficava sob responsabilidade dessas “mulheres de chefe”. O que afirmou- é que elas também faziam parte da facção, junto com seus maridos.

Nesse momento, ela pede pra eu olhar discretamente para uma mulher de blusa verde com o celular na mão em uma roda de outras duas mulheres e crianças, que estavam sentadas no bar e informa que era uma delas. Deduzi que ela jamais conversaria comigo a respeito das cores, e a moça que nessa altura tinha virado uma de minhas interlocutoras, afirmou que não mesmo, pois atribuem a ela uma postura agressiva (“barraqueira e muito brava”). Afirmou que inclusive ela não permite que as visitas fiquem andando pelo bairro, devem ir embora assim que passam pelos portões do presídio.

Na figura 17, indico como o sistema de cores das mulheres é evidenciado pelo bairro. Elas estão paradas em frente ao espaço de espera, já mencionado anteriormente.

Figura 21: As cores



Fonte: Acervo Pessoal

Conversamos mais algumas coisas e ela fez alguns desabafos a respeito do seu pai, e respondi dizendo que esperava que tudo acabasse logo e ficasse tudo bem para sua família, ela suspirou com um ar de cansada e disse que rezava

toda noite por isso. Logo em seguida, o amigo que ela estava esperando chegou, nos despedimos e ela me desejou boa sorte com meu trabalho e eu desejei boa sorte em sua vida.

Há muito que considerar a respeito das informações obtidas nessa última saída ao campo. Ao mesmo tempo em que pude constatar que há uma relação de cores firmada pela dinâmica interna da penitenciária, há também o impacto que supera o constructo físico, a extensão dos muros atinge a dimensão social e coletiva de forma visual e notória. O panóptico (FOCAULT, 1975), com sua capacidade de vigiar e disciplinar “os corpos” através da estrutura física somada ao poder e ao controle do Estado, é lembrado nesse momento, pois não há como ignorar a dimensão do controle que deriva das roupas e das bolsas transparentes que levam o jumbo, enquanto as visitas circulam pelo bairro.

Considerações Finais

O problema do hiperencarceramento (SINHORETTO, 2016) brasileiro atinge dimensões sociais e espaciais em proporções igualmente negativas. De um lado, trouxemos em dados quantitativos o número de pessoas presas e os déficits alarmantes que atingem níveis inadmissíveis. Ironicamente, em contrapartida, as construções prisionais são executadas em uma velocidade acelerada e mesmo assim, nunca é o suficiente para contemplar os números de penas a serem executadas e cumprirem – ao menos na teoria – sua função social. Nota-se uma discrepância efetiva tanto na política de segurança pública, quanto na de execução penal, afinal: por que, mesmo inaugurando e priorizando obras prisionais em ritmo exponencial no estado, nunca é o suficiente para abrigar a quantidade de presos, diminuir estatísticas criminais ou sanar o déficit de superlotação em presídios. Ao que tudo indica, prender também se tornou um programa político e financeiro, ao constarmos que essa é a política mais “estável” e contínua na área, que se mantém há vinte anos. Obras carcerárias são estratégias financeiras em cidades de pequeno e médio porte.

No caso de Araraquara, constatou-se que a cidade faz parte do cenário da Interiorização Prisional o que, conseqüentemente, também fez com que o município fosse atingido por problemas advindos de políticas prisionais do

Estado. Os bairros Jardim Pinheiros e Vila Biagioni foram relegados a ser um território cercado e marcado pela dinâmica complexa da Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”. Notou-se que a instalação prisional foi o principal instrumento de urbanização do bairro, além de ser o constructo físico responsável por segregar o bairro em territórios aos finais de semana. Justificamos essa afirmação no momento em que se encontrou uma reportagem no jornal da época colocando um grupo de empresários, o Rotary – que inclusive, fazia parte do primeiro grupo a pensar o plano diretor da cidade de Araraquara – foram responsáveis por divulgar e promover o grande empreendimento que o município receberia (a penitenciária) além de iniciarem fóruns para discutir os benefícios desse processo com a população.

Logo, afirmamos que o projeto de planejamento da cidade de Araraquara na década de 1970, estava circunscrito na tipologia de planejamento técnico, construindo espaços para determinados fins, centralizando as decisões em grupos de interesse ligados ao governo e aos empresários da cidade. Isso determinou que o Jardim Pinheiros fosse periférico no âmbito geográfico e, com a vinda do presídio, também no âmbito social. A paisagem do bairro é determinada pelos muros prisionais, o bairro se urbanizou e se equipou não para proporcionar espaços públicos para integrar a cidade como um todo e para os cidadãos; ele se organizou para ser parte do projeto político de encarceramento e construção prisional do estado. Segundo Canclini (1995), “pode-se dizer que a cidade [...] existe mais para o governo e para imprensa do que para os cidadãos”.

O que foi apreendido da pesquisa de campo é que os moradores do Jardim Pinheiros e Vila Biagioni justificam seu incômodo não pela presença física da penitenciária, mas pela presença social que dela advém. As visitas aos finais de semana trazem consigo o estigma e a demarcação de pessoas que não são capazes de fazer parte da sociedade, por isso devem ficar afastadas e sob o controle do Estado. Quando os muros do cárcere são vizinhos de um bairro, consideramos impossível que as práticas de controle prisionais se limitem aos muros físicos. Bauman (2009) demonstra na afirmação a seguir, exatamente a dinâmica observada no bairro aos finais de semana:

Os muros[...] assinalavam o limiar entre ‘nós’ e ‘eles’, entre a ordem e o caos, paz e guerra: os inimigos eram mantidos do outro lado e não podiam se aproximar. [...] Os amigos e os

inimigos – sobretudo os misteriosos e incompreensíveis estrangeiros que oscilam ameaçadoramente entre esses dois extremos – misturam-se nas ruas da cidade. A guerra à insegurança, aos riscos e aos perigos está em curso dentro da cidade; nela, os campos de batalha são nitidamente delimitados, e as linhas de frente são “demarcadas” (p. 61-62).

Por isso, constatamos que o caso das “cores” estabelecidas pelas mulheres, as sacolas transparentes para transportarem o “jumbo” e o espaço cercado construído pela prefeitura na tentativa de separar e demarcar os visitantes do restante do bairro, agem como a extensão do controle prisional, ou como foi antecipado, os muros avançam para além do seu limite físico e incorporam-se nos transeuntes do bairro aos finais de semana, tanto nos que são de fora quanto nos de dentro. Finalmente, averiguou-se em todo o processo que há muito a ser trabalhado a respeito do entrelaçamento entre as políticas de planejamento urbano e de segurança pública. A lacuna existente entre essas duas áreas vem à tona em momentos críticos, pois são tratadas separadamente, o que resulta no aprofundamento dos problemas e déficits já relatados nesse trabalho.

Ademais, evidencia-se que as construções urbanas são passíveis de leituras e sensações. Demarcam grupos, refletem comportamentos e suas decisões ideológicas, políticas e sociais de um tempo e momento histórico, tal como ocorre em um livro ou um texto. Os espaços da cidade possuem uma linguagem sensível e própria, quando decifradas, é possível entendermos e questionarmos como elas refletem em nossas relações humanas e na construção de nossa sociabilidade com o espaço público. Logo, verificou-se que provavelmente o trabalho mais intenso e perpendicular à análise apresentada é, se o que possuímos nas cidades e nos territórios que transitamos, é o direito de viver os espaços ou apenas um vislumbre de uma cidadania que ainda não se concretizou em diversas dimensões do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- A EXPANSÃO penal e as reconfigurações do poder punitivo no Estado de São Paulo: uma investigação sobre as dinâmicas da militarização, interiorização e privatização do poder de punir no sistema prisional paulista. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 5, 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2014.
- ADORNO, S. Sistema penitenciário no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 9-1, 1991, p. 65-78.
- AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AMÉRICO, J; NETO, J. F. A estratégia da interiorização dos presídios. Brasil de Fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo. São Paulo, out. 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/10813/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.
- BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), jan-jul, 2005, p. 68-80.
- BRASIL, IBGE. Sinopse por setores censitários 2010 – Sinopse do censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- CARDOSO, R. Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Paz e Terra, 1997.
- CARLOS, A. F. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CALDEIRA, T. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARVALHO, S. **Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento**. In: VITTE, C; KEINERT, T. (Orgs.). Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CHIES, L. A. B. A questão penitenciária. **Tempo Social revista de sociologia da USP**, v.25, n. 1, 2013, p. 16-36.
- DA SILVA, A. C. **Sistemas Penitenciários no direito penal brasileiro**: Uma síntese histórico/jurídica. Maringá, 2009, p. 7-106. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Estadual de Maringá [Prof. Dr. Luiz Regis Prado].
- DIAS, C. C. N. PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DIAS, S; PRADO, M. Compensações financeiras às cidades com presídios no interior de São Paulo. JusBrasil, 2014. Disponível em:

<<http://mayprado.jusbrasil.com.br/artigos/153075319/compensacoes-financeiras-as-cidades-com-presidios-no-interior-de-sao-paulo>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGBRUCH, W; MORAIS, B. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 11, p. 7, dez. 2012.

FELTRAN, G. **Fronteiras de Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Vigiar e punir: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRÚGOLI, H. Sociabilidade Urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*. São Paulo – USP, vol. 48, n. 1, jan.-jun., p. 133-165.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GIAMPAOLI M. O espírito do Pére-Lachaise. Espaço, cultura e memória: integrando .visões da cidade. Fortaleza: EdUECE, 2016. p. 43-86.

GOMES, P. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

OLIVEIRA, M. Um conceito de cidadania para para se trabalhar a cidade. **Revista GEOgraphia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, v. 1, n. 1, p. 93-120, 1999.

OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia USP**. São Paulo, v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37.

HARVEY, D. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-190.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2011.

LEFEVBRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: Com Arte, 2014.

MACIEL, J. Ordenações Filipinas – considerável influencia no direito brasileiro. **Jornal Carta Forense**. São Paulo, set. 2013. Disponível em:

<<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas-consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

MOTA, J. **Planeamento do território: metodologias, actores e participação.**

Universidade de Aveiro, 2013. Tese de doutoramento. Disponível em:

<<http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>>. Acesso em: 21 dez. 2017

MUMFORD, L. **A cidade na história.** São Paulo: Martins Editora, 2001.

ROLNIK, R. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

SABAINI, R. **Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP.** São Paulo, 2012, p. 12-157. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. [Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer].

_____. **Uma cidade entre presídios: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano.** Sociedade e Território. Revista do Departamento de Geografia da UFRN, Natal, v. 23, n. 2, p. 21-37, 2011.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O tempo nas cidades.** Cienc. Cult. [online]. 2002, vol. 54, pp. 21-22.

Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252002000200020&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **O espaço do Cidadão.** São Paulo; Edusp, 2007.

SANTOS, L. **A interiorização do sistema prisional: análise dos impactos sociais e propostas de gestão estratégica pela polícia militar.** **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da Unesp/Marília.** Marília, n. 14, Nov. 2014, p. 12-38.

SALLA, F. **De Montoro a Lembo: As políticas penitenciárias em São Paulo.** Revista Brasileira, São Paulo, ano 1, n. 1, 2007, p. 364-390.

_____. **Os impasses da democracia brasileira: O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil.** Lusotopie, 2003, p. 419-435.

_____. **As prisões em São Paulo: 1822-1940.** São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **O trabalho penal: Uma revisão histórica e as perspectivas frente às privatizações das prisões.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

Secretaria de Administração Penitenciária [SAP]. Disponível em:

<<http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

PÉTONNET, C. **Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense***.** Antropolítica, Niterói, n. 25 2008. p. 99-111.

SALLA, F. De Montoro a Lembo: As políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira**, São Paulo, ano 1, n. 1, 2007, p. 364 – 390.

_____. Os impasses da democracia brasileira: O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Lusotopie**, 2003, p. 419-435.

_____. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVESTRE, G. Dias de Visita: Uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo: Alameda, 2012.

SIMONI, C. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **Cidades – Revista Científica Grupo de Estudos Urbanos**. São Paulo, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SOUZA, M. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

TOLEDO, R. Trajetórias do planejamento urbano no município de Araraquara: centralismo decisório ou participação. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Unesp, 2013.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ZANOTELLI, C. Cidades Sitiadas e o Novo Urbanismo Militar de Stephen Graham. **Resenha Geografares - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**. Vitória/ES, Janeiro-Junho, 2017. p. 141.

ZOMIGHANI JR., J. H. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-09042014-124253. Acesso em: 29 ago. 2017.